

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS



**O Bronze Final na Serra do Socorro
(Mafra, Torres Vedras)**

Íris da Costa Dias

Tese orientada pelas Professoras Doutoradas Elisa Sousa e Ana
Catarina Sousa, especialmente elaborada para a obtenção do grau de
Mestre em Arqueologia

(2017)

Agradecimentos

O desenvolvimento do presente trabalho traduziu-se num processo de aprendizagem e de crescimento que só foi possível com o apoio directo, ou indirecto, de determinadas pessoas e de instituições às quais dedico as linhas que se seguem.

Em primeiro lugar, agradeço às professoras Elisa Sousa e Ana Catarina Sousa pelo acompanhamento, orientação e revisão científica desta dissertação. Ainda à Ana Catarina Sousa devo um especial agradecimento por toda a dedicação e acompanhamento ao longo destes cinco anos, pelo incentivo e por ter estado sempre presente.

À Direcção Geral do Ensino Superior, por me ter concedido a Bolsa de Estudos, factor determinante que assegurou a continuidade dos estudos desde a Licenciatura até ao 2º ciclo.

À Dra. Marta Miranda, do Depósito Oficial de Bens de Mafra, à Dra. Isabel Luna e ao Carlos Anunciação, do Museu Municipal Leonel Trindade, pela simpatia e disponibilidade de acesso aos materiais e à documentação gráfica.

À minha família: irmão, pai, tia e Jorge, obrigada pelo apoio. Particularmente à minha mãe, que, apesar dos milhares de quilómetros de distância, esteve sempre presente, por ter apoiado desde o início a minha decisão de seguir Arqueologia e ser um verdadeiro modelo de pessoa e de força.

À Rita Silva e Joana Ferrão, pela amizade ao longo destes cinco anos.

Aos meus colegas de curso e amigos da “Empresa”, particularmente à Mariana Loureiro, pela amizade, troca de ideias e pela informação acerca do sítio da Quinta do Marcelo e à Inês Figueira, pela companhia nas idas ao Museu Nacional de Arqueologia.

Ainda a uma pessoa pela qual sinto profunda admiração, pelo encorajamento num momento de dúvida e pelas palavras sábias, palavras que tenho trazido sempre comigo, não só no meu percurso académico como na vida, obrigada Rainer Daehnhardt.

Por último, ao Carlos, a quem dedico o presente trabalho. Pelo apoio incondicional durante este percurso, pela paciência, pelos conselhos (e “sermões”) que me motivaram a continuar nos momentos mais atribulados, por toda ajuda e ensinamentos, obrigada!

Resumo

A nível cultural, o Bronze Final da Estremadura tem vindo a provar-se rico e diversificado, tendo o último sido um espaço onde confluíram influências de carácter atlântico e mediterrâneo. No entanto, verifica-se ainda um défice na caracterização das ocupações proto-históricas desta área, situação que contrasta com o panorama oferecido nas beiras e no Sudoeste. Neste sentido, para um melhor esclarecimento desta realidade são necessários estudos complementares, com novas abordagens.

Com cerca de 396m de altitude, a Serra do Socorro constitui o ponto mais elevado do actual Concelho de Mafra, o que lhe confere condições propícias a um eficaz controlo da paisagem envolvente, característica que terá motivado a sua ocupação por parte das comunidades ao longo do tempo

O sítio tem sido mencionado na bibliografia da especialidade desde 1946 nos mais diversos âmbitos. Sabemos que foi palco de diversas ocupações, desconhecendo-se ainda a génese da ocupação, embora tenha sido já atestada a sua ocupação efectiva durante o Bronze Final, tendo sido alvo de intermitentes ocupações desde então e até à actualidade.

Esta larga diacronia de ocupação resultou na afectação acrescida dos níveis estratigráficos. Além desse factor, e apesar de integrar diversas publicações, nunca se havia problematizado nem sistematizado a ocupação do Bronze Final.

O presente estudo pretendeu assim uma uniformização dos dados artefactuais recolhidos no local até à data, concretamente aqueles que remetam para a sua ocupação durante a transição do 2º para o 1º milénio a.C.

Do ponto de vista arquitectónico, foram identificadas uma base pétreia de planta semicircular, uma estrutura de combustão e, a partir de leituras de superfície, foi possível verificar que aquela área é delimitada por uma estrutura de planta oval, actualmente muito afectada.

Abstract

On a cultural level, the Late Bronze Age of Estremadura has been proving to be diversified and rich, having inclusively been a place where the Atlantic and Mediterranean influences merged. However, there is still a deficit in the classification of proto-historical occupations in this area, which contrasts with the scenario presented in the Beiras and South West regions. In a sense, for a better understanding of this reality, complementary studies are required with new approaches.

With about 396m in height, the Serra do Socorro establishes the highest point of the current Concelho de Mafra, thus, providing it the right conditions to control the surrounding landscape, an attribute which has motivated many communities to settle throughout time.

This place has been mentioned in the bibliography of the specialty since 1946 in various scopes. We know that it was the scene of several occupations, whilst the genesis of the settlements still being unknown. Nevertheless, it's been proven an active site for occupation during the Late Bronze Age, having been spot of successive occupations ever since its origin.

This wide diachrony of occupation resulted in an increased impact of stratigraphic levels. Besides this factor, and despite being part of many publications, the occupation regarding to the Late Bronze Age has never been methodized or systematized.

Therefore, this study sought a standardization of the data on artefacts collected at Serra do Socorro to date, pointedly those that refer to its occupation during the transition of the 2nd to the 1st millennium a.C.

From an architectonic point of view, it has been identified a stone base with a semicircular disposition, a combustion structure and, through surface readings, it was possible to attest that the area is delimited by an oval plant structure, which is currently very degraded.

Índice

Agradecimentos	1
Resumo	2
Abstract.....	3
1. Nota Introdutória	5
2. A Idade do Bronze na Estremadura: Contextualização, Limitações e Carências.....	7
2.1. O Bronze Final na Estremadura: Desde o Alto, Interacção com o Espaço	14
3. A Serra do Socorro: Integração Histórico-Cultural e Cronológica	24
3.1. Contextualização Geográfica, Geomorfológica e Geológica	24
3.2. História das Investigações e Modelos Interpretativos	27
3.3. A Ocupação do Espaço: Breve Percurso	30
3.4. Intervenções e Contextos de Proveniência	40
4. O Conjunto Artefactual	51
4.1. Metodologia e Critérios de Análise	51
4.2. O Conjunto Cerâmico.....	53
4.2.1. Fabricos: Dados Gerais.....	54
4.2.1.1. Grupos de Fabrico	55
4.2.2. Tratamentos de superfície.....	58
4.2.3. Decoração	59
4.2.4. Caracterização Tipológica e Funcionalidade dos Recipientes Cerâmicos ...	65
4.3. Indústria Lítica.....	78
4.4. Artefactos Metálicos.....	80
5. O Bronze Final na Estremadura Portuguesa: Ensaio de uma Leitura Integrada	82
6. Considerações Finais A Serra do Socorro	112
7. Bibliografia.....	119
7.1. Referências	119
7.2. Fontes	135
7.3. Relatórios técnico-científicos	135
7.4. Manuscritos	136
7.5. Processos Consultados.....	136

1. Nota Introdutória

O estudo da fase final da Idade do Bronze na área da Estremadura portuguesa tem permitido a identificação de vários sítios, aparentemente, dispersos na paisagem. Contudo, para a maioria deles as leituras e atribuições de significados carecem ainda de avaliações, ou reavaliações, pormenorizados, mas, acima de tudo, de uma uniformização dos dados que permita um olhar mais próximo e preciso sobre estas comunidades.

Ao contrário do cenário oferecido para o Sudoeste do território nacional e para a zona das beiras, que têm sido alvos de trabalhos sistemáticos e recentes, a Península de Lisboa apresenta ainda algumas lacunas, subsidiadas por recolhas antigas sem quaisquer suportes conceptuais teóricos nem contextuais, cujos espólios se encontram dispersos por distintas entidades.

Chamamos, assim, a atenção para a necessidade de voltar a olhar para essas colecções antigas, revitalizando-as através de novas bases teórico-metodológicas, bem como, se possível, de uma reavaliação dos seus contextos de recolha. O historial de destruição de alguns contextos emblemáticos também tem auxiliado este cenário de desconhecimento. Neste âmbito, e a título de exemplo, importa referir os casos da Tapada da Ajuda e do Monte da Pena.

Apesar do exposto, sublinhamos que esta situação deve ser interpretada como um estímulo a projectos futuros e, conseqüentemente, a novas leituras. Este foi, aliás, o agente impulsionador do presente trabalho, que incidiu sobre a colecção da Serra do Socorro. Este sítio arqueológico tem sido, a par do que mencionámos acima, alvo de recolhas em diversos âmbitos, carecendo de uma avaliação global do conjunto artefactual que se debruçasse sobre um tema crono-cultural específico. Estamos conscientes de que a avaliação individual de uma única estação arqueológica não responderá a todas as questões que o estudo do Bronze Final na área suscita. Além de tal situação poder, inclusivamente, ser “megalómana” para este tipo de estudo, merece uma atenção mais detida do que aquela que foi possível nestas páginas.

Procurámos, no início, interpretar a Serra do Socorro com base na informação contextual das recolhas, em consonância com uma análise comparada do espólio associável à transição do 2º para o 1º milénio a.C. (depositado no Museu Nacional de Arqueologia, Museu Municipal Leonel Trindade e no Depósito Oficial de Bens

Arqueológicos em Mafra), tendo como objectivo a sua inserção num quadro mais amplo, tanto à escala regional como supra-regional.

Neste sentido, o trabalho é constituído por quatro partes. A primeira, composta por um breve enquadramento histórico-cultural do período em questão, apresenta o estado da arte bem como as potencialidades e limitações do estudo.

A segunda parte incide nos enquadramentos gerais. Neste capítulo, foi feita uma contextualização geográfica, geomorfológica e geológica do sítio, procurando expor de forma extensiva a história das investigações, as fases de ocupação identificadas, os trabalhos de campo e a caracterização das recolhas.

No terceiro ponto foi feita a análise do espólio, encabeçado pela apresentação dos critérios e quadros metodológicos nos quais nos baseámos para a classificação e interpretação do conjunto. Em seguida, foi feita a descrição exhaustiva dos materiais e, em simultâneo, a comparação com os conjuntos recolhidos noutras estações do Bronze Final.

No capítulo seguinte, expõe-se uma leitura à escala regional, procurando integrar a Serra do Socorro numa realidade mais ampla, com a qual se relacionaria. Para tal são apresentadas as diversas estações identificadas na Baixa Estremadura, com modalidades de implantação e características próprias, procurando-se expor também algumas considerações acerca das funcionalidades desses locais, bem como da malha de povoamento, com base numa análise comparada.

A análise do conjunto artefactual, aliada à interpretação da malha de povoamento, entenda-se à escala regional, permitiu compreender melhor a individualidade da Serra do Socorro, destacando-se aqui a importância das desigualdades. Pretende-se, com isto, afirmar que são essas diferenças que nos permitem a definição não só dos sítios, mas, sobretudo, das comunidades que ali residiram, com motivações e gostos específicos, que materializaram assimilações, ou resistências, a agentes externos.

2. A Idade do Bronze na Estremadura Contextualização, Limitações e Carências

Aquilo que desde cedo determinou e esclareceu a investigação da Idade do Bronze durante o século XX resultou das teorias evolucionistas de final do século XIX (Vilaça, 1995, p. 26), que pretendiam dividir as várias etapas da Pré e da Proto-História de acordo com a evolução do vasto manancial de espólio, especificamente os materiais metálicos. De facto, o peso que este tipo de materiais, bem como a sua evolução tipológica e consequente periodização, teve na definição do referido período histórico demonstrou-se imperioso, bem como derivou a noção de que o mesmo constituía o período áureo da generalização do metal (*Ibidem*).

Os vastos trabalhos e estudos sobre os objectos metálicos pertencentes à Idade do Bronze divulgados um pouco por toda a Europa, dos quais destacamos a obra pioneira de Montelius acerca do bronze nórdico (Millote, 1970), despoletaram um crescente acervo de publicações referentes a este período histórico, tal como à sua consequente periodização. Não obstante, a base dos referidos estudos continuaria a assentar no desenvolvimento da investigação dos objectos metálicos e seus paralelos com peças análogas de diferentes regiões.

No entanto, um qualquer estudo deste tipo deve ser concretizado e investigado a nível regional ou supra-regional. Além de se ter vindo a verificar uma certa aceitação de uma unidade cultural para cada fase da Idade do Bronze (Vilaça, 1995, p. 28), também as propostas de Almagro Basch, ainda que revistas e corrigidas ao longo da segunda metade do século XX, nomeadamente a que a revisão do depósito de Huelva permitiu (Almagro Basch, 1940), demonstraram que a área peninsular não engloba uma só influência, mas sim numa multiplicidade de influências. De facto, denota-se que o Bronze Ibérico (Bronze I) ou o Bronze Céltico (Bronze II), por si equacionados, não abarcam toda a área peninsular, ainda que a sua zona periférica de influência apresente largas fronteiras.

Foi com esta averiguação que se multiplicaram os estudos regionais da Idade do Bronze, em que Tarradel se empenhou particularmente. Esta nova noção regionalista permitiu a Schubart definir o “Bronze do Sudoeste” que se estenderia por todo o Sul de Portugal, apresentando um limite setentrional demarcado pela foz do Sado e, a Este e Centro, pela província de Huelva (Schubart, 1974, p. 356).

Philine Kalb pode, com base nos vastos estudos das escavações que realizou no povoado da Sr.^a da Guia (Baiões), fomentar a investigação acerca da problemática do “Bronze Atlântico” no território hoje português (Kalb, 1980, p. 35), efectivando um estudo prestigiante que viria a ser crescentemente implantado no seio da comunidade científica arqueológica. Numa tentativa de suportar a tese de existência de paralelismos entre os bronzes da fachada atlântica e os da Europa Central, o que não constituía uma realidade verificável pelos investigadores franceses e ingleses, esta investigadora esforçou-se em relacionar contextualmente os objectos metálicos com os materiais cerâmicos contemporâneos. Este estudo permitiu, assim, a distinção de três áreas do “Bronze Atlântico”; o Norte, onde define duas sub-regiões com base na cerâmica “tipo Penha” e na cerâmica “tipo Baiões/Santa Luzia”; o Sul, relacionado com o “Bronze do Sudoeste” de Schubart; a Estremadura, que relaciona com a cerâmica “tipo Alpiarça”.

Foram já diversos autores que elaboraram análises críticas acerca do conceito “Cultura de Alpiarça” (Pinto e Parreira, 1978, p. 150-151; Arnaud, 1979, p. 88-89; Fabião, 1993; Arruda, 1994, p. 53-54; Calado, 1994, p. 360-362; Vilaça, 1995, p. 30-31; 1999, p. 16), tendo-se provado que era inadequado uma vez que ficou provado que a realidade era muito mais complexa do que tinha sido inicialmente pressentido.

Apesar de esta ser uma questão largamente discutida, importa aqui tecer algumas considerações acerca do conceito de “Cultura de Alpiarça”, especialmente atendendo ao facto de este ter sido referido inúmeras vezes por G. Marques no seu caderno de campo da Serra do Socorro, integrando neste “horizonte” várias das recolhas que efectuou no local.

Esta designação inicialmente proposta por G. M. Andrade e G. Marques em 1974 teve por base critérios meramente tipológicos, procurando integrar nessa realidade sítios onde se identificaram cerâmicas brunidas e objectos metálicos de excepção (como é o caso, por exemplo, de fíbulas de dupla mola ou braceletes de bronze).

O facto de se atribuírem a estes materiais uma cronologia comum, que os autores pensavam ser situável na II Idade do Ferro, delatou a real limitação deste conceito, já que se encontra actualmente comprovada a larga diacronia destes artefactos, que remonta a fases bem mais anteriores do que as avançadas por aqueles autores. Neste âmbito, importa referir que alguns dos materiais que integram a “Cultura de Alpiarça” são hoje tidos como importantes fósseis-directores, sobretudo para o final da Idade do Bronze (recipientes com ornatos brunidos), enquanto outros remetem já para a fase dos

contactos pré-coloniais e inclusive para o próprio período orientalizante (concretamente as fíbulas de dupla mola).

O impasse por vezes verificado na atribuição cronológica e cultural de alguns dos materiais associados à “Cultura de Alpiarça” só poderá assim ser suprimido com base nos dados contextuais, sublinhando-se a importância da estratigrafia nestes casos, que irão possibilitar atribuições crono-culturais mais acertadas.

Com isto, reparamos que os crescentes estudos sobre o material cerâmico se demonstram necessários no desenvolvimento da investigação da Idade do Bronze. Não só se começam a elaborar as vastas tipologias para este tipo de material, como também permitem a criação de “grupos culturais” enquanto meio de caracterização arqueológica regional ou supra-regional.

Entre os “grupos culturais” mais presentes na vasta bibliografia acerca do Bronze Final, conta-se o denominado “Grupo do Tejo”, definido por Schubart, suportando-se nas cerâmicas brunidas que atribuiu ao início do I milénio a.C. (Schubart, 1975, p. 140).

Ainda assim, a designação de “Bronze Atlântico” acabaria por traduzir uma manifestação geográfica ampla e vasta, reconhecida pela primeira vez pelo investigador MacWhite, o qual aceitou claramente que as relações entre a área peninsular e o Atlântico se iniciaram desde cedo, utilizando, no entanto, o referido conceito apenas para a fase final da Idade do Bronze. Este investigador viria ainda a defender a tese de que as relações estabelecidas entre as referidas áreas geográficas se estenderiam ainda ao Mediterrâneo Central (Macwhite, 1951 *apud* Vilaça, 1995, p. 31). Contudo, esta ideia de “Bronze Atlântico” parece ter sido posta de lado, sendo aceitável em contrapartida a existência de conjuntos tecnológicos similares e de uma metalurgia atlântica comum.

Mais recentemente, tal expressão tem sido vista mais como um vasto espaço de trocas de longa duração no qual transparece uma abertura evidente de transacção de produtos capaz de originar importações e até imitações (Coffyn e Roux, 1991, p. 180). Ainda assim, não se ousa falar aqui de comércio, uma vez que tal termo seria utilizado de forma desapropriada, implicando transacções de produtos manufacturados, em escala considerável.

Neste âmbito, demonstra-se imprescindível estabelecer uma diferenciação no que concerne à cultura material deste período, diferenciação que não constitui uma

novidade uma vez que foi já proclamada por outros investigadores (Kristiansen, 1985; Bradley, 1990; Vilaça, 1995), aliás, com toda a pertinência. Deveremos ter sempre em conta, no estudo destes contextos, a diferenciação entre objectos utilitários e objectos de prestígio. Os últimos constituem artefactos de fabrico mais cuidados, com matéria-prima de boa qualidade. Os produtos utilitários seriam já produzidos localmente e também com matéria-prima local. Ainda assim, sublinhamos que a cultura material apresenta diversas fases de vivência, desde a sua produção até ao momento de decadência (Kristiansen, 1985, p. 254-255). Assim, temos conhecimento das seguintes fases: “fase de produção”, em que se dá a criação da peça; “fase de circulação”, em que a peça se encontra no seu auge, quer de utilidade quer de prestígio; “fase de deposição”, em que a peça simplesmente é abandonada por não representar já qualquer utilidade prática ou simbólica. No entanto, Bradley propôs a existência de apenas duas fases, a sua produção e a sua decadência (Bradley, 1990). De facto, a cronologia obtida para os diferentes espólios recolhidos em escavação corresponde, em muitas ocasiões, ao período de deposição dos mesmos, não devendo, contudo, colocar-se de lado o momento de utilidade dos materiais, uma vez que é afinal nesse momento que estes adquirem um qualquer significado cultural ou simbólico.

Não obstante, deparamo-nos com uma pequena problemática no período aqui em questão, ainda que de forma sucinta. Na “fase de circulação” os materiais alvo de estudo adquiriram uma longevidade geográfica acrescida, ou seja, deparamo-nos com um mesmo tipo de produtos análogos presentes em diversas regiões. Razão pela qual um estudo deste tipo terá que ser efectivado de forma ascendente, iniciando-se com a análise do espólio em si retirando dele a maior quantidade de informação possível quer pelo factor presença ou ausência, efectuando posteriormente paralelos com sítios arqueológicos de cronologia similar a nível regional e supra-regional.

Importa ainda referir neste capítulo, a problemática da divisão da Idade do Bronze, dando especial destaque ao Bronze Médio e Final. Desde cedo a tripartição deste período parecia ter sido aceite pelos investigadores que se debruçaram sobre o mesmo, a qual visava uma separação entre Bronze Antigo (1800-1500 a.C.), Bronze Médio (1500-1200 a.C.) e Bronze Final (1200-700 a.C.), separação inicialmente elaborada por Hatt (1958).

Relativamente ao período designado de Bronze Médio, na área geográfica da Estremadura portuguesa, o registo arqueológico sofre uma retracção pela invisibilidade

de contextos habitacionais. De facto, este cenário contrasta com os períodos imediatamente contíguos para os quais as ocorrências são em maior número. Até à data, foram identificadas ocorrências esporádicas com achados avulsos (sobretudo, metálicos), dos quais aqui se destacam a Pedra do Ouro, o Zambujal, a Vila Nova de São Pedro, o Monte Abraão, o Pai Mogo, a Cova da Moura, o Abrigo Grande das Bocas, a Gruta da Marmota, a Grutas das Nascentes do Almonda, as Baútas, a Gruta Natural das Redondas, a Lapa da Furada, o Amaral, a Ota, o Correio-Mor, o Almaraz e o Escaroupim, classificados como depósitos ou contextos sepulcrais (Senna-Martinez, 1994, p. 174, Figura 8; Senna-Martinez e Luís, 2016). Apenas para três sítios é apontada uma ocupação permanente, de *habitat*, datável deste período: o Catujal (Cardoso e Carreira, 1993; Cardoso, 1994a; Carreira, 1997; Cardoso, 1999-2000), o Agroal (Lillios, 1993; Cardoso, 1999-2000) e o Casal da Torre (Carvalho *et al.*, 1999).

Este cenário, de aparente invisibilidade de ocorrências de carácter habitacional para o Bronze Médio, pode ser justificado por problemas na identificação de sítios deste período, por os achados serem provenientes de escavações e recolhas antigas em que os dados contextuais careciam de rigor que lhes pudessem atribuir algum significado e conseqüente interpretação (quando não são mesmo inexistentes), além da falta de publicações e projectos de investigação neste âmbito cronológico. Resta-nos, assim, basearmo-nos numa análise tipológica comparativa dos materiais recolhidos, nos os quais os achados metálicos assumem, para esta fase, o papel de “fóssil-director” (Senna-Martinez, 1994, p. 161), nomeadamente os machados de tipo “Bujões”, presentes, por exemplo, no Escaroupim, Salvaterra de Magos (Senna-Martinez e Luís, 2016), alabardas de tipo Atlântico, como o exemplar identificado nas Baútas, Amadora (Senna-Martinez, 1994).

Outro aspecto importante, que define este período, é o facto de ser nesta fase que se verifica uma generalização das produções metalúrgicas com bronzes binários (Senna-Martinez, *et al.* 2013, p. 15). Tal ocorrência demonstra simultaneamente a provável experimentação metalúrgica que ocorreu neste momento, assim como as relações extra-regionais que permitiram o acesso ao “know-how” que permitiu a prática de esta nova tecnologia. Porém, esta considerável evolução dos processos metalúrgicos contrasta com a invisibilidade de sítios arqueológicos conhecidos, de que falávamos antes.

No que diz respeito às cerâmicas atribuíveis a este período, J. L. Cardoso chama a atenção para as afinidades entre a Estremadura e o grupo cultural do “Bronze do

Sudoeste”, corroborando estas relações com a identificação de taças de tipo Santa Vitória, no Catujal e Lapa do Suão, recipientes de colo apertado decorados (também identificados no Catujal e no Castro da Pedra do Ouro), bem como a peça tetramamilada nas imediações do Monte da Rotura, em Setúbal (Cardoso, 2005, p. 9 e 10) e o vaso da Encosta de Sant’Ana em Lisboa (Leitão e Cardoso, 2014). Os recipientes campaniformes, por sua vez, já não integram o repertório cerâmico deste período na área da Estremadura, o que não parece suceder na zona nortenha, onde essa decoração e formas se mantêm até à introdução dos modelos do Bronze Final (Ruiz-Gálvez Priego, 1984, p. 336-337; Senna-Martinez, 1994, p. 175; Cardoso, 1999-2000, p. 369).

Assim, durante o Bronze Médio as demonstrações de complexificação social, antes materializadas em contextos monumentais de tradição calcolítica, surgem agora em contextos sepulcrais de fraca visibilidade e em depósitos compostos por artefactos metálicos, representados em estelas (Lopes, 2014, p. 13). Este cenário altera-se com a transição para a fase seguinte, o Bronze Final, para a qual temos acesso a contextos de *habitat*, mas carecemos ainda de informação acerca do mundo funerário associado.

O Bronze Final na Estremadura portuguesa, período compreendido entre o final do 3º quartel do 2º milénio e o século. IX a.C. (Cardoso, 2000; 2004a), é ainda divisível em subfases, apresentando de igual forma uma tripartição (Ruiz-Gálvez Priego, 1984).

Esta subdivisão tem suscitado algumas controvérsias entre os investigadores. Embora o século XIII a.C. constitua o início desta fase, bem como o século VIII a.C., em cronologia tradicional, corresponda à sua fase final, denota-se alguma indeliberção relativa à subdivisão desta fase. Porém, Almagro Gorbea parece constituir um dos investigadores que escapa um pouco a esta clássica subdivisão tripartida, uma vez que entende que na fase final da Idade do Bronze apenas nos deparamos com o “dito” Bronze Final (compreendido cronologicamente entre 1300/1200 e 900 a.C.), e uma segunda fase que denomina de “Proto-Orientalizante” (cronologicamente localizada entre 900 e 700 a.C., em cronologia tradicional, de acordo com os dados disponíveis nessa época). Esta segunda fase que Almagro Gorbea individualiza corresponderia assim aos primeiros contactos com indivíduos exógenos e simultaneamente com novos produtos e novas técnicas de fabrico, altura em que surgem as cerâmicas produzidas a torno, bem como a introdução dos primeiros produtos metálicos de ferro (Almagro Gorbea, 1977).

Neste âmbito importa aqui introduzir o conceito de “pré-colonização”, designação que procurou enquadrar os contactos entre o Extremo Ocidente e o Mediterrâneo Oriental durante a Idade do Bronze Peninsular, que se teriam iniciado ainda na órbita da cultura micénica (Moscati, 1983) tendo sido depois perpetuados sob a esfera cipriota, entre 1200 e 900 a.C. (Torres, 2008). A última fase deste “período” revestiu-se de um carácter marcadamente fenício, a partir de 925 a.C. (Torres, 2008). Esta fase de contactos, inicialmente proposta por Almagro-Gorbea (1989, p. 284; 1998, p. 95), foi recentemente consolidada por vários achados posteriores no Extremo Ocidente, entre os quais se destacam, sobretudo, os identificados em Huelva (González, Llompart e Serrano, 2004).

A utilização desta designação de “pré-colonização” não é unanimemente aceite por toda a comunidade científica. J. Alvar Ezquerro admite que este conceito tem inerente uma conotação cultural e cronológica, mas opta por um outro tipo de classificação formal. Assim, designa esta modalidade que antecede a colonização por *Modo de Contacto não Hegemónico* (Alvar, 1997, p. 21; 2008, p. 20), definindo-se por uma inter-relação comercial esporádica e não sistemática com outros âmbitos culturais sem que exista uma regulação ou controle das fases de extracção e produção. Chama ainda a atenção para a desigualdade nestas relações, colocando o agente indígena numa posição de inferioridade por este desconhecer o real valor da oferta estrangeira (Alvar, 2008, p. 23), situação que parece ter sido pelo menos parcialmente colmatada se considerarmos as evidências da adopção de um sistema metrológico comum, destacando-se então a importância dos elementos de pesagem (ponderais) nestas trocas.

De facto, o Bronze Final denotava uma mudança com a chegada das primeiras cerâmicas a torno e introdução dos primeiros artefactos metálicos de ferro por indivíduos exógenos, na medida em que constituíam uma novidade técnica e cultural nas comunidades autóctones

Desta forma, pretende-se com este capítulo introdutório demonstrar que a cronologia, para o período aqui em estudo, não constitui uma unanimidade, quer entre investigadores que se debruçam acerca do tema quer geograficamente. Neste último, denota-se uma maior incidência na transição do Bronze Final para a Idade do Ferro. Certamente que os contactos entre os indivíduos exógenos que chegam à Península Ibérica, nomeadamente os fenícios, e as comunidades autóctones foram efectuados de forma gradual. Os agentes exógenos não terão chegado aí e ocupado a totalidade

geográfica da referida área em massa. Assim, enquanto algumas das comunidades locais tinham já conhecimento de algumas das novas inovações introduzidas por estes agentes externos, ainda outras, mais interiores, transparecem uma vivência típica deste período. Deveremos sempre reservar algum cuidado no que concerne à extrapolação de cronologias relativas a outros sítios arqueológicos, especialmente se estes apresentarem uma distância geográfica considerável entre si.

Ainda que, o número de ocorrências associáveis ao Bronze Final seja abundante, na margem norte do Rio Tejo esses testemunhos carecem, em muitos casos, de informação contextual primária. Os conjuntos que têm vindo a ser estudados remetem para recolhas antigas sem informação acerca dos contextos, sendo na maioria dos casos recolhas de superfície ocasionais. Até à data foram escassos os trabalhos de escavação sistemáticos para esta área sob a luz de novas metodologias, o que vem contribuindo também para alguns constrangimentos nas leituras e interpretações sobre a caracterização das ocorrências identificadas.

Destes achados ocasionais destacam-se os objectos metálicos que, para a área estremenha, reúnem já um vasto conjunto. De facto, esses artefactos, pelo seu papel fundamental na própria história das investigações sobre a Idade do Bronze, têm vindo a ser sobrevalorizados face ao espólio cerâmico.

Contudo, apesar do panorama exposto, alguns sítios intervencionados recentemente proporcionaram novos dados, que com um registo rigoroso e enquadramento contextual nos oferecem novas informações acerca das dinâmicas culturais e sociais das comunidades do Bronze Final.

2.1. O Bronze Final na Estremadura

Desde o Alto, Interação com o Espaço

Apesar da situação exposta, têm sido identificados e estudados novos sítios arqueológicos, à luz das novas metodologias de intervenção e registo, o que tem permitido reunir novos dados e, assim, tecer novas perspectivas acerca do que foi o povoamento na área da Estremadura portuguesa durante a transição do 2º para o 1º milénio a.C.

É inegável que o cenário apresentado é de dicotomia, no que respeita às modalidades de implantação. Temos por um lado sítios implantados a cotas elevadas

delimitados por aparelhos pétreos (sejam taludes naturais ou muralhas) e, por outro, os “povoados abertos” em zonas de vertente ou planície. Uma das propostas defendidas aponta para que estes dois tipos de povoamento mantinham entre si uma relação de interdependência e de subordinação. Os designados “casais agrícolas”, encontravam-se implantados em locais sem quaisquer condições de defensabilidade, geralmente associados a actividades agro-pastoris, sendo ainda admitida a produção de excedentes com fim a abastecer os “povoados centrais”. Estes últimos, implantados em locais de cotas elevadas, dotados de um amplo domínio visual sobre a paisagem e de considerável defensabilidade, são tidos como centros de poder habitados por elites sociopolíticas que controlam e organizam o espaço adjacente. Reparamos com isto que esta proposta relaciona a implantação destes aglomerados a uma funcionalidade concreta, ainda que outras sejam admitidas (Cardoso, 2004a, p. 177-178).

A área da Península de Lisboa era, assim, considerada como um todo, à qual este modelo de povoamento hierárquico é aplicado, tese suportada ainda pela presença de cerâmicas com ornatos brunidos nos sítios de altura, bem como a maior expressividade de artefactos metálicos.

Conquanto não se pretenda discordar deste modelo, devemos admitir que outras possibilidades devem ser consideradas, que, por sua vez, não invalidam esta relação de interdependência entre povoados de altura e casais agrícolas. Além disso, embora possamos entender que esta relação possa ser unilateral, obrigando a uma dependência de um por parte do outro, tal relação seria bem mais complexa.

Efectivamente os povoados de altura permitiam uma defensabilidade acrescida, a qual foi, geralmente, complementada com estruturas defensivas, porém eventuais bens que estes aglomerados consumiam poderiam ter sido obtidos em outras áreas. De facto, nos grandes povoados não se verificam significativas concentrações de riqueza, ou espólio de excepção que nos permita distingui-los dos povoados implantados na zona da Baixa Estremadura em áreas relativamente mais baixas. Neste âmbito poderíamos relacionar a excepcionalidade do “Colar de Sintra” documentado num contexto funerário (Cardoso J. L. e Silva, 2014) com o povoado do Castelo dos Mouros, ou o sítio do Castelo da Amoreira, onde também não se documentaram artefactos de prestígio, e que seria relacionável com a gruta do Correio-Mor, verificando-se que estes conjuntos excepcionais não são documentados nos locais de *habitat*, mas noutros próximos.

A par disto, era nas zonas de planície que se produziam bens em larga escala, como a produção de gado e de cereais, entre outros, o que significa que as populações aí fixadas também poderiam deter algum poder na relação entre povoados de altura e de planície.

Significa, portanto, que embora se admita que os povoados de planície pudessem ser, de alguma forma, controlados pelas supostas elites que habitavam os montes, simultaneamente estes dependiam daqueles para que acumulassem riqueza e também para que pudessem ser abastecidos com os bens que eram produzidos nas terras férteis das várzeas.

Devemos ainda ter em conta propostas mais recentes, nomeadamente a apresentada por E. Sousa, “*Algumas considerações sobre a ocupação do final da Idade do Bronze na Península de Lisboa*” (2016), na qual nos é oferecido outro olhar sobre a malha de povoamento desta região durante a Idade do Bronze Final. A autora chama a atenção para a necessidade de reavaliar o modelo tradicional com base nos novos dados.

Esta nova leitura introduz uma nova condicionante na interpretação da rede de povoamento do Bronze Final na Península de Lisboa. Para a área do interior da Península de Lisboa, os sítios com ocupação durante o Bronze Final tendem a implantar-se em zonas de cumeada bem destacados na paisagem, onde o domínio visual é amplo e tendencialmente circular, salvo exceções de implantações em vertentes. Estes sítios são caracterizados pelo acesso condicionado devido à própria configuração do terreno, aliados ainda à presença de afloramentos rochosos que delimitam estes espaços. Por outro lado, nas zonas próximas às margens do Tejo, as populações do Bronze Final parecem ter-se fixado em sítios sem condições de defensabilidade natural. Efectivamente, a morfologia do próprio terreno parece ter influenciado esta dicotomia do povoamento, pois zonas de maior irregularidade apresentam tendencialmente um maior volume de sítios de altura. Por outro lado, é indiscutível a necessidade de defesa sentida por essas populações, o que justificará a constante existência de povoados de altura, mas desigual de região para região.

Outras leituras apontam que, este tipo de ocupação, além de nos indicar uma necessidade de defensabilidade aliada à adopção de dispositivos defensivos, pode estar associado a uma necessidade de afirmação identitária dessas comunidades. Com efeito, alguns autores admitem que “*mais do que ver, estes povoados são vistos*” (*Op. cit.* Mataloto, 2012, p. 208), o que de alguma forma pode estar relacionado com um

enaltecer das comunidades fixadas em posições geográficas elevadas, à semelhança do que sucedeu mais tarde com os castelos de época Medieval. A referida afirmação identitária pode, portanto, estar relacionada com uma hierarquização, mais complexa quanto maior fosse a densidade populacional, mas que se reflectia igualmente na rede de povoamento, motivo que pode justificar a afirmação citada, pois mais visível é a edificação do que aquele que dela se aproxima.

Por outro lado, parece pretender-se ainda associar tal enaltecimento dessas comunidades à cultura material que neles é encontrada, que, como foi já referido, deixa antever que neles se encontravam as elites, situação bem atestada para outras áreas regionais, como as Beiras e o Alentejo. No entanto, a par do que foi referido acima, a zona da Estremadura carece ainda de dados que permitam associar estes povoados de altura a elites, visto os conjuntos artefactuais não divergirem muito do verificado nos povoados abertos de encosta/vertente.

Todavia, embora seja aceitável um determinado grau de estratificação das sociedades do final da Idade do Bronze, seguramente que estas permaneceram num considerável estado de “descomplexificação”, pelo menos até aos primeiros contactos com elementos exógenos. A adopção destes aparelhos amuralhados pode ser ainda associada à necessidade de delimitação e organização do espaço (Vilaça e Arruda, 2004, p. 16), o que pode complementar o que acabámos de afirmar. Todavia, deve ter-se ainda em conta que a crescente adopção destes aparelhos defensivos é característica do Bronze Final, situação que poderá estar, ou não, relacionada, justamente, com contactos de elementos forâneos.

A parca existência de sítios de planície para a área imediatamente adjacente à Serra do Socorro não significa necessariamente que estes não existam, porém, há que ter em conta que essas ocorrências tendem a surgir próximas a cursos de água, com boa exposição solar e em sítios cujo terreno é fértil e propício à actividade agro-pastoril, como ocorre no Sul da Península de Lisboa, como os casos da Tapada da Ajuda (Cardoso, J. L. e Silva, 2004), Abrunheiro (Cardoso, J. L., 2010-11a), Alto das Cabeças (Cardoso, J. L., e Cardoso, G., 1996), Quinta Nova de Santo António (Neto *et al.*, 2013), Moinho da Atalaia (Pinto e Parreira, 1978), Praça da Figueira (Silva, 2013) / Encosta de Sant’Ana (Muralha, Costa e Calado, 2002) e a Quinta do Percevejo (Barros e Santo, 1991). Todavia, embora se pretenda ver em determinados artefactos elementos diferenciadores da rede de povoamento, é o caso de artefactos metálicos ou, inclusive,

da cerâmica com decoração brunida, convém referir que nos sítios da Rua das Alcássimas, Abrunheiro e Moinho da Atalaia, foram registados elementos cerâmicos com essas características. Reparámos, pois, que ditos elementos diferenciadores podem também surgir noutros aglomerados que não os de altura.

Relativamente aos locais de implantação idêntica à da Serra do Socorro que parecem ter tido efectivamente função primária de *habitats* durante o Bronze Final são o Cabeço de Alcainça (Vicente e Andrade, 1971; Ponce, 2012), Castro do Amaral (Pimenta e Mendes, 2010-11), Castelo dos Mouros (Cardoso, J. L., 1997-98a), Castelo da Amoreira (Boaventura, Pimenta e Valles, 2013) e o Castro de Pragança (Vasconcellos, 1909; Gonçalves, 1990-92; Senna-Martinez, 2002; Figueiredo, Melo e Araújo, 2007). Para estes casos foi o conjunto material recolhido e a sua dispersão, por vezes associada a estruturas, que permitiu defender tratar-se de povoados, o que, tendo ainda em consideração que neles foram identificados artefactos metálicos e cerâmica decorada com ornatos brunidos, permite partir do princípio que, segundo o modelo tradicional, neles se encontrariam elementos de destaque social.

Por outro lado, a julgar pela fertilidade dos solos próximos a alguns dos povoados de altura, pela presença de elementos de foice de sílex, assim como pela de dormentes e de moventes, como é o caso do Cabeço de Alcainça, pressupõe-se que estas comunidades poderiam recorrer também à produção agrícola, não sendo imperativa a subordinação de povoados de planície para o efeito. Já referimos que a relação entre aglomerados neste período pode ser mais complexa do que aquela que vem sendo considerada.

Os sítios da Penha Verde (Sintra) e do Penedo do Lexim (Mafra) apontam para uma reutilização do espaço, que havia sido previamente ocupado por comunidades calcolíticas. Para estes sítios a cultura material atribuível ao período do Bronze Final mostra-se relevante não pela quantidade, que na verdade é até reduzida relativamente ao conjunto recolhido para outros períodos, mas por integrar espólio de excepção como artefactos metálicos de ouro e ponderais, no caso da Penha Verde.

Já os sítios do Cabecinho da Capitôa, Monte do Sereno e Fojo dos Morcegos parecem enquadrar-se em uma presença episódica. São pequenas concentrações de material que incluem artefactos metálicos, podendo, contudo, ser diferenciados, pois um deles corresponde a um contexto de gruta e no primeiro foram identificadas estruturas negativas associadas a uma estrutura de combustão. De facto, o Cabecinho da Capitôa

apresenta uma considerável concentração de materiais, sobretudo cerâmicos, que excede a modesta leitura de “ocupação episódica”. Além da recolha de um colar completo de contas de âmbar, o conjunto apresenta, segundo os seus escavadores (Pereira, 2006; Sousa, A. C., 2008), características de fabrico de evidenciam uma produção propositada e apressada para o efeito. Esta realidade, associada à ausência de estruturas habitacionais e presença de depósitos para onde tais artefactos foram atirados, augura uma frequentação do espaço, possivelmente, de carácter celebrativo.

Esta ocupação é associável com a realidade verificada no sítio da Moita da Ladra, onde se documentaram recipientes cerâmicos associados a fauna mamalógica e malacológica, uma conta de colar de moscovite, fíbulas, alfinetes e argolas de bronze (Cardoso, J. L., 2013; Monteiro e Pereira, 2013, p. 90).

Estes testemunhos de acção humana, frequentemente designados de “depósitos” são definidos pela identificação de um ou mais artefactos depositados no mesmo local. O que terá motivado estas ocorrências é um debate que permanece, e permanecerá, em aberto pela própria diversidade do fenómeno. Com efeito, o conceito de “depósito” engloba bem mais do que um único fenómeno, pois uma simples lixeira que colmata uma estrutura negativa também pode ser considerada como tal.

São ainda conhecidos contextos de gruta para a área geográfica da Península de Lisboa durante o Bronze Final. Nomeadamente o Abrigo Grande das Bocas, a Gruta do Cabeço do Casal/Vimeiro, a Gruta da Cova da Moura, a Gruta do Correio-Mor, Fojo dos Morcegos, Poço Velho, Cerrado das Torres e a Gruta do Monge. Em todos estes sítios foram identificados fragmentos cerâmicos com decoração de ornatos brunidos, do tipo “Lapa do Fumo”, com excepção da Gruta da Cova da Moura em que o estilo se apresenta mais elementar na face externa da peça (Almeida, 2014, p. 140)

Verifica-se, portanto, que os sítios primários de *habitat* coexistem de facto com outros de ocupação pontual vocacionada para actividades específicas, é o caso das trocas comerciais, atestadas pela presença de “materiais de excepção” e ponderais. R. Vilaça e E. Sousa, além de argumentarem sobre essa possibilidade, atribuem também a esses vestígios uma carga simbólica e ritual que estaria associada a estas trocas (Sousa, E., 2016, p. 393; Vilaça, 2003, p. 274).

Todavia, permanecem algumas questões sem uma resposta clara. Conquanto não se pretenda discordar aqui com as propostas avançadas parece evidente que não esclarecem todas as questões. Sem dúvida que o estabelecimento de ocupações

concretas e pontuais pode ser justificado pela existência de relações comerciais entre diferentes culturas. Tal situação explicaria, de facto, a presença de artefactos considerados de “excepção” e outros associados a estes ponderais.

Aliás, os povoados de maior densidade populacional seriam, talvez, aqueles que permitiam um frequente contacto de culturas e maior mobilidade de produtos. De facto, na zona das Beiras estes ponderais surgem em contextos de *habitat*, o que permite apontar nesse sentido (Vilaça, 2011). No entanto, a situação da Baixa Estremadura afasta-se deste modelo, já que os contextos de recolha dos ponderais nesta área não são compatíveis com zonas efectivas de *habitat* durante o Bronze Final.

Os mesmos artefactos de “excepção” são, portanto, utilizados em distintos aglomerados para defender distintas realidades. Por um lado, nos povoados de altura permitem defender a presença de elites que dominam e controlam o território, por outro, em determinadas ocupações esporádicas (Vilaça, 2003; Cardoso, J. L., 2010-11a), essa presença é utilizada como argumento de sítios vocacionados para trocas comerciais de forte carga simbólico-ritual que marcam vias comerciais de destaque.

Se efectivamente não se discorda com a possibilidade de que estes tenham tido tal função, sobretudo se repararmos que ofereceram ponderais, outros, com outros vestígios, mas igualmente de ocupação esporádica, não parecem enquadrar-se na mesma leitura, é o caso, por exemplo, do Monte do Sereno ou do Cabecinho da Capitôa. Além disso, a presença dos mesmos materiais de “excepção” nos grandes núcleos habitacionais não será indício de que também aí foram praticadas tais relações comerciais? Embora as propostas que têm sido apresentadas sejam pertinentes, estas e outras questões demonstram que a leitura é consideravelmente complexa e heterogénea. Por outras palavras, a evidência de trocas comerciais entre estas comunidades pode ter sido realizada de maneiras distintas e em distintos locais.

Outra questão que permanece por esclarecer é a funcionalidade dos ponderais utilizados como argumento para apoiar a função de entreposto comercial destes sítios. É evidente que estes artefactos seriam unidades de peso (Vilaça, 2003; Vilaça, 2011), porém, as suas reduzidas dimensões parecem estar vocacionadas para medir pequenos volumes, (Vilaça, 2003, p. 266, Quadro II). Tal situação obriga a uma reflexão sobre a sua real função, ou seja, o que estaria do outro lado da balança. É interessante que a maioria destes artefactos surge associada a outros, metálicos, como acontece na Penha

Verde (Cardoso, J. L., 2010-11b) ou no Penedo do Lexim (Sousa, A. C., Valério e Araújo, 2004, p. 101-106; Vilaça, 2011, p. 145).

Efectivamente, os metais eram a matéria-prima mais relevante e de prestígio para estas comunidades, auferindo-lhe automaticamente um valor acrescido o que justificaria um manuseamento cuidado.

A avaliar pelo peso intrínseco destes artefactos (nomeadamente os de Pragança como já foi referido acima), não parece haver dúvida sobre o valor dos produtos pesados, que seriam manipulados em reduzidas quantidades. Seria o caso do ouro, âmbar (presente no Penedo do Lexim e Pragança), sal, óleos, plantas com propriedades medicinais, entre outros (Vilaça, 2011, p. 160).

Para outras ocupações igualmente pontuais e aparentemente “aleatórias”, onde não foram reconhecidos tais elementos de “excepção”, não nos é possível atribuir uma funcionalidade concreta, ainda que para algumas seja proposta uma conotação simbólico-cultural (Vilaça, 2003, p. 274; Sousa, E., 2016, p. 393).

Apesar do que foi dito, não parece haver dúvidas quanto ao papel desta área nas trocas comerciais tidas entre o litoral e o interior, a qual funcionaria como área central de contactos entre a zona Atlântica e outra mais interior identificada particularmente em redor do Tejo. Assim, mostrava-se crucial o controlo eficaz das vias de comunicação entre estas comunidades, o que justificaria o estabelecimento de sítios com boas condições de visibilidade numa zona que se apresenta bastante acidentada. A presença de objectos “valiosos” e o facto indiscutível destes locais integrarem rotas de curta, média e longa distância, são por si um reflexo social de abertura destas comunidades.

É essa abertura que culmina na transição para a Idade do Ferro, identificada a partir do espólio recolhido. G. Marques, a propósito dos seus trabalhos desenvolvidos acerca da problemática “Cultura de Alpiarça”, lista um conjunto de sítios com ocupações do Bronze Final/início da Idade do Ferro, sendo eles: Castelo dos Mouros (Sintra), Santa Eufémia (Sintra), Serra do Socorro (Mafra/ Torres Vedras), Castelo de S. Jorge (Lisboa) e o Castelo da Amoreira (Loures), dotados de relações de intervisibilidade entre si (Boaventura, Pimenta e Valles, 2013, p. 390).

No caso do Castelo de S. Jorge, os trabalhos aí desenvolvidos não permitiram a identificação de níveis correspondentes à Idade do Bronze, sendo apontada uma ocupação orientalizante imediatamente sobre o estrato geológico (Silva, 2013; Boaventura, Pimenta e Valles, 2013; Pimenta, Silva e Calado, 2014; Sousa, E., 2014),

tendo sido identificada a ocupação do Bronze Final em área anexa, na Praça da Figueira, implantada numa zona baixa (Cardoso, J. L. e Carreira, 1997; Silva, 2013)

Para os sítios do Castelo dos Mouros a ocupação da Idade do Ferro remete para a segunda metade do 1º milénio (Cardoso, J. L., 1998), em Santa Eufémia não foram recolhidos dados atribuíveis ao Bronze Final (Sousa, E., 2011) e no Castelo da Amoreira os trabalhos ali desenvolvidos não forneceram evidências da Idade do Ferro (Boaventura, Pimenta e Valles, 2013). Assim, até à data não dispomos de dados que testemunhem esta transição efectiva da Idade do Bronze para a Idade do Ferro nestes sítios arqueológicos.

No caso da Serra do Socorro a identificação de uma base pétreia de cabana nas intervenções aí desenvolvidas por A. C. Sousa e M. Miranda nos anos de 2007 e 2008, veio confirmar o que já havia sido referido na bibliografia: “*para além da muralha principal, bem visível de duas entradas principais, uma delas com lajeamento de acesso em óptimo estado, existem quase totalmente soterrados, mas perceptíveis, os contornos circulares de algumas habitações*” (A. C., 1975).

No final da década de 80 do século passado, G. Marques também ali empreendeu trabalhos de intervenção directa no solo, cujo registo se materializa no caderno de campo depositado no Museu Nacional de Arqueologia. Aí, o autor faz referência à existência de habitações de planta ortogonal extramuralhas nos socalcos daquela Serra (*Caderno de Campo de G. Marques*, p. 31).

Para este povoado, é aceitável uma drástica alteração na planimetria arquitectónica, que terá tido lugar em data incerta, mas que pauta duas fases claramente distintas. Uma ocupação no final da Idade do Bronze e outra já na Idade do Ferro que parece distribuir-se além muralha, pelas encostas, onde G. Marques recolheu cerâmica atribuível a essas duas fases.

Concretamente na Serra do Socorro, os dados até agora recolhidos permitem atestar uma ocupação durante o Bronze Final, seguida de outra na II Idade do Ferro, atestada pela tipologia cerâmica e pela identificação do elemento de xorca.

A cerca de 1km, o sítio do Moinho das Mariquitas (Anexo II.1, Fotografia 3) foi alvo de intervenções, nos anos 2005 e 2006, no âmbito da construção do Parque Eólico da Serra do Socorro I, onde foram documentadas duas ocupações da Idade do Ferro. Com base no espólio recolhido nesses trabalhos, concretamente o conjunto cerâmico e

contas de pasta vítrea, foi possível atestar uma ocupação orientalizante (Monteiro e Cardoso, G., 2016) que poderá relacionar-se com a Serra do Socorro.

Esta área foi, portanto, palco da transição da Idade do Bronze para a Idade do Ferro, podendo as estações identificadas ter desempenhado um papel mais ou menos activo nas transformações intrínsecas desta nova etapa, nomeadamente ao integrarem rotas comerciais mediterrâneas que viriam a promover os primeiros contactos com populações do Próximo-Oriente, que chegaram ao estuário do Tejo em meados/final do século VIII a.C.

3. A Serra do Socorro

Integração Histórico-Cultural e Cronológica

3.1. Contextualização Geográfica, Geomorfológica e Geológica

Importa, antes de mais, definir e compreender o âmbito geográfico onde se insere a Serra do Socorro, a Estremadura, que corresponde, genericamente, à área que engloba os actuais distritos de Leiria, Lisboa e Setúbal, ocupando a faixa litoral do centro do território nacional.

Na bibliografia verificamos, no entanto, alguma ambiguidade relativamente aos limites aplicados no âmbito dos estudos regionais referentes, concretamente à Baixa Estremadura. Neste âmbito, V. Gonçalves considera as penínsulas de Lisboa e Setúbal como uma mesma unidade regional, cujo limite, a Norte, é marcado pelo paralelo da Lourinhã/Peniche (Gonçalves, 1995), enquanto J. L. Cardoso considera o paralelo de Torres Vedras como limite setentrional e a foz do Sado o limite meridional (Cardoso, J. L., 1999-2000, p. 355; 2004a, p. 21). R. Boaventura assumiu também as penínsulas de Lisboa e Setúbal como unidade, limitando a sua área de estudo, a Norte, pelas bacias das ribeiras do Lizandro, de Trancão e da Pipa e, a Sul, pela foz do Rio Sado e a Arrábida (Boaventura, 2009, p. 20).

Verificamos que existe uma conformidade no que respeita à unidade regional, que engloba as duas penínsulas, com limite a Sul marcado pelo Rio Sado, divergindo os autores no que refere limite setentrional. Importa mencionar que estas propostas são subsequentes de estudos que incidiram sobre temáticas e períodos distintos, com âmbitos culturais muito próprios.

Assim, para o presente estudo optámos por nos cingir apenas à Península de Lisboa por não dispormos do tempo nem de espaço físico para abordarmos uma área regional tão ampla. Quanto ao limite setentrional, recorreremo-nos do avançado por J. L. Cardoso, de forma a relacionarmos a Serra do Socorro com a área do estuário do Tejo, por não nos parecer que esta estação represente uma realidade distinta daquela. O limite oriental é marcado pelo médio Tejo e, a Oeste, pelo Oceano Atlântico, ambos visíveis a partir da Serra do Socorro.

Concretamente, o sítio arqueológico da Serra do Socorro encontra-se administrativamente integrado nas freguesias de Enxara do Bispo, em Mafra, e Turcifal

em Torres Vedras, no distrito de Lisboa (Anexo I, Fig. 1 e 2) com as coordenadas 39° 00' 45"N, 0° 04' 27" W (*Datum WGS84*).

Com cerca de 396m de altitude, numa zona caracterizada por vales e montes de relativamente reduzida altimetria, o sítio aqui em estudo destaca-se bem na paisagem, constituindo o ponto mais elevado do actual Concelho de Mafra, reunindo condições propícias a um eficaz controlo da paisagem envolvente em todas as suas vertentes. Com efeito, é possível visualizar, a Oeste, o Oceano Atlântico, a Noroeste, as Berlengas, a Nordeste, a Serra de Montejunto (Anexo II.1, Fotografia 4) e a Sul a Serra de Sintra (Anexo II.1, Fotografia 5).

Por se encontrar implantado em um local bem destacado e privilegiar de um amplo domínio visual, é indissociável a relação entre as comunidades que ali residiam e a área envolvente (Anexo I, Fig. 7).

A Serra do Socorro tem uma configuração ovalada, orientada a SW-NE, com um comprimento máximo de sensivelmente 440m por 150m de largura na sua plataforma superior, onde se encontra implantado o edifício religioso.

A área onde se enquadra, é caracterizada por elevações que correspondem a dobras anticlinais, limitadas por falhas ou intrusões de rochas ígneas (Kullberg e Kullberg, 2000, p. 7).

Do ponto de vista geológico, a Serra do Socorro enquadra-se no Maciço Jurássico, delimitado, a Sul, pelo Maciço de Sintra e, a Sudoeste, pelo Complexo Basáltico de Lisboa (2013, p. 55). Este maciço compreende dois acidentes estruturais de destaque. O primeiro corresponde ao diapiro de Matacães e o segundo à bacia de Runa, onde se insere a Serra do Socorro (Zbyszewsky, 1965, p. 5).

A área envolvente da Serra do Socorro define-se por uma paisagem pautada de cabeços que resultaram da intensa actividade vulcânica, sendo os níveis cretácicos e jurássicos, das cotas mais baixas, interrompidos por concentrações basálticas que se encontram representadas nos níveis mais elevados (2013, p. 56). Exemplo desta situação é a Serra do Socorro, cujo sopé integra uma formação cretácea, composta por conglomerados e grés de granulometria variável, com colorações que podem variar entre o branco e o amarelo, por vezes com alguns elementos ferruginosos. Estes são, por sua vez, intercalados com argilas acinzentadas ou arroxeadas, com restos de vegetais e bivalves encrustados (Zbyszewsky, 1965, p. 27-28, Anexo I, Fig. 5). A partir dos 367m

de altitude, é evidente a concentração basáltica de origem vulcânica que se estende até ao topo, a 396m (Anexo I, Fig. 4).

A elevação da Serra do Socorro corresponde, assim, a uma formação basáltica de origem vulcânica, a par de sítios arqueológicos próximos, também esses com ocupações pré e proto-históricas, de que são exemplo o Moinho das Mariquitas (Monteiro e Cardoso, G., 2016), o Penedo do Lexim (Sousa, A. C., 2010) e o Cabeço de Alcaíça (Ponce, 2012).

Relativamente a recursos, os níveis cretáceos de Runa são favoráveis à exploração de argilas, areias e caulino. Importa ainda destacar neste âmbito que, nas *Memórias Paroquiais de 1758*, existe referência a uma mina de ouro, que, com a licença do Rei, foi explorada por volta de 1752 (Gorjão, 1997, p. 326).

A nível hidrográfico (superficial), a área do concelho de Mafra é marcada por uma densa rede, constituída por cursos de regime permanente, temporário e efémero, que, na sua maioria, se desenvolvem de Sudeste para Oeste (2013, p. 51). Esta rede complexa é divisível em nove bacias hidrográficas sendo elas: Rio Lizandro/ Ribeira de Cheleiros/ Ribeira do Casal Novo; Rio do Cuco; Rio Safarujó/ Ribeira do Sobral; Ribeira de Pedrulhos/ Rio Sizandro; Rio Trancão; Bacia da Ribeira do Falcão; Ribeira da Fonte Boa; Regueira de Barcide e outras pequenas bacias na zona costeira consideradas aqui como uma unidade.

Na área anexa à Serra do Socorro não é conhecido nenhum rio. No entanto, existe registo de pequenos cursos dos quais se destaca o Reguengo do Gradil, cuja nascente se localizava perto de Vila Franca do Rosário, a cerca de 7Km da Serra do Socorro, que no Inverno chegava mesmo a transpor as margens alagando as várzeas (Gorjão, 1997, p. 327). Para além deste, a informação contida nas Cartas Militares representam outros cursos de água, dos quais se destaca a Ribeira da Nora (Anexo I, Fig. 3).

A uma escala mais reduzida, a tradição popular indica a existência de minas de água nas encostas da Serra do Socorro, surgindo na bibliografia menção a uma fonte natural de água que se encontrava coberta por uma laje. Nas *Memória Paroquiais de 1758* é mesmo referido:

“Serra do Socorro, junto ao lugar de São Sebastião, para a parte sul do mesmo monte, uma fonte natural que se acha de baixo de uma laje que terá novo palmos em quatro, que se firma por três lados em penedo brutos, que forma uma lapa que olha ao meio dia e pela dita lapa está destilando tanta água que os moradores do

dito lugar, talvez mouros, que por aquele sítio têm outras obras suas, pondo-lhe uma laje por guarda na boca da dita lapa, fizeram uma fonte que de Inverno e Verão tem sempre três palmos de água (...) Não tem lagoas, fojos, mas muitas fontes de muita água” (*Op. cit.* Gorjão, 1997, p. 326).

Na zona da encosta Sul, à beira do caminho que conduz ao topo da Serra, são actualmente visíveis duas fontes de água em funcionamento (Anexo II.2, Fotografia 7).

É, portanto, evidente a abundância de recursos hídricos nesta área, situação que terá consequentemente sido um factor determinante para a instalação de comunidades no local. Por outro lado, frequentemente associado à existência destes recursos encontramos outros, nomeadamente fauna e flora, essenciais para a dieta alimentar dessas comunidades.

3.2. História das Investigações e Modelos Interpretativos

A Serra do Socorro tem vindo a ser ao longo do tempo referida por diversos autores e alvo de recolhas e prospecções de ordem vária.

A referência mais antiga da Serra do Socorro remonta ao ano de 1946, realizada pelo Padre Eugénio Jalhay na revista *Brotéria*, a qual dirigia desde 1924. Este padre jesuíta desde cedo mostrou especial carinho pelo mundo da Arqueologia tendo desenvolvido pesquisas e trabalhos de diversos âmbitos cronológicos (desde a Pré-História até à Epigrafia de período Romano) deixando uma marca relevante na Arqueologia Portuguesa para as gerações de profissionais que o procederam. Na realização de um desses trabalhos contou com a parceria do Tenente Afonso do Paço, com quem partilhava uma relação profissional e uma profunda amizade (Moita, 1951). Dessa parceria resultou a publicação do artigo “*O Monumento Pré-Histórico do Casal do Zambujal*” no qual foi referido pela primeira vez o povoado da Serra do Socorro em contexto científico, afirmando, no âmbito do estudo da realidade que hoje conhecemos como Idade do Bronze Final, que:

“O Castro do Cabeço de Arruda (freguesia da Freiria), o de Fórnea em Matacães, o da Serra do Socorro, o do Cabeço de S. Mateus, o do Outeiro da Cabeça, junto à vila do Maxial, etc., pertencem todos à mesma cultura, que se estende com uma pujança admirável desde o Sado até ao Mondego, numa faixa limitada no

seu maior percurso, à direita pelo Tejo, e à esquerda pelo Oceano” (*Op. cit.* Jalhay, 1946).

Em 1975, a Serra do Socorro volta a surgir numa publicação no jornal regional *Badaladas* (Torres Vedras). Neste artigo é evidente um detalhe mais aprofundado da informação relativamente à ocupação do sítio atribuída à Idade do Bronze. A descrição feita permite ao leitor saber da existência efectiva de um povoado fortificado no local em que a estrutura de muralha seria de formato ovalado, com aproximadamente 300m de comprimento. São ainda descritas outras estruturas circulares que se admitem como sendo habitações. Esta é uma fonte ainda hoje essencial e muito requisitada para o estudo arqueológico do sítio da Serra do Socorro (A.C. 1975)

Ainda na década de 70, L. Trindade realizou no local prospecções organizadas pela Escola Técnica, ficando esse conjunto de visitas registada como “Expedição Arqueológica”. No entanto, as mesmas não detinham na sua essência um propósito científico, ainda assim, o material de superfície recolhido terá sido depositado no Museu Municipal Leonel Trindade.

Até há relativamente pouco tempo, admitia-se que durante a década de 80 do século passado, o Arquitecto G. Marques havia realizado na Serra do Socorro trabalhos de prospecção sem qualquer tipo de registo (*Ibidem*). No entanto, com a incorporação do espólio de G. Marques no Museu Nacional de Arqueologia, foi possível compreender que este autor desenvolveu efectivamente trabalhos de intervenção directa no solo (escavações) entre os anos de 1973 e 1989. Parte dos materiais aí recolhidos, bem como o caderno de campo, encontram-se hoje depositados no Museu Nacional de Arqueologia, constituindo o presente texto a primeira abordagem a esses documentos.

No ano de 1991, devido ao aluimento de terras no pátio exterior da capela, procedeu-se a uma rápida intervenção dirigida por J. M. Arnaud e J. Muralha. Foi no âmbito desta intervenção que se associou a cavidade existente no solo (tida pelos locais como mina de ferro ou de água) para colocação do poste para as transmissões que o exército inglês, durante as Invasões Francesas, utilizou para enviar mensagens codificadas (Anexo II.4, Fotografias 13 e 14). No final da intervenção procedeu-se ao enchimento dessa cavidade com gravilha a fim de permanecer devidamente sinalizado.

Essa cavidade encontrava-se localizada a 1,90m a Oeste do canto Sudoeste da capela. Tinha forma subcircular com um diâmetro de cerca de 35cm. Foi retirada terra

até 1,45m de profundidade, onde se detectaram duas grandes pedras dispostas paralelamente, dando ideia de serem a base de algum tipo de suporte. O espólio recolhido do enchimento da dita cavidade reúne cerâmica atribuível aos séculos XVIII e XIX (Processo S - 00986).

Em 1992 o sítio foi classificado como Imóvel de Interesse Público (Dec. Nº 26 – A/92, DR 126, de 1 de Junho de 1992).

Ainda nesta década, em 1998, constam no relatório de sítio do IPA (Instituto Português de Arqueologia) duas recolhas de materiais provenientes de trabalhos de alargamento ilegal de caminhos no topo do monte bem como a abertura de um terraço com 3m de largura para plantação de eucaliptos por parte do proprietário daquele terreno, tendo sido o mesmo notificado por parte da tutela competente. Datam dessa altura as primeiras recolhas efectuadas pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Mafra. Outras acções de monitorização dos sítios arqueológicos de Mafra propiciaram a recolha pontual de material arqueológico, depositadas no Depósito Oficial de Bens Arqueológicos.

Em 2003, a propósito da elaboração do trabalho de Seminário da licenciatura em Arqueologia da Faculdade de Letras de Lisboa (*Serra do Socorro: uma aproximação à sua caracterização arqueológica no contexto da Estremadura*), C. Matias publicou no Boletim Cultural da autarquia de Mafra um ensaio geral, na tentativa de reunir as colecções dispersas pelas diversas entidades que ao longo do tempo recolheram e salvaguardaram os materiais provenientes da Serra do Socorro. Entre estas encontramos o Museu Municipal Leonel Trindade, o Depósito Oficial de Bens Arqueológicos de Mafra e o Museu Nacional de Arqueologia (em fase prévia à incorporação do acervo de G. Marques).

Apesar de existirem várias referências à Serra do Socorro relativamente sumárias e dispersas de autores e estudiosos do século passado, foi com o trabalho de C. Matias que esta realidade foi finalmente sistematizada, constituindo o referido trabalho um estudo fundamental para uma melhor compreensão do sítio no seu todo, pois é também o mais completo abordando as várias cronologias do sítio.

Durante os anos de 2002, 2003 e 2004 realizaram-se no sítio da Serra do Socorro trabalhos de prospecção, encontrando-se essas actividades registadas pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Mafra (Matias, 2004).

No ano de 2006, funcionários do Museu Municipal Leonel Trindade (Ruben Monteiro, José Henriques e Carlos Anunciação) fizeram algumas recolhas de superfície na área anexa à ermida, encontrando-se esse mesmo espólio depositado nessa instituição.

Em 2007 e 2008 foram levados a cabo trabalhos de escavação no local sob direcção de A. C. Sousa e M. Miranda. Esta intervenção foi realizada no âmbito do projecto “A Rota Histórica das Linhas Defensivas de Torres Vedras”, um projecto intermunicipal que contou com o financiamento europeu do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (Noruega, Islândia e Liechestein) (Sousa, A. C., 2007; 2011).

O projecto, intitulado “A Rota Histórica das Linhas Defensivas de Torres Vedras”, estava direccionado para o estudo de uma realidade cronológica recente (Arqueologia do Período Contemporâneo), mas as acções preventivas do projecto, permitiram a recolha de espólio de realidades mais antigas, nomeadamente de ocupação durante a Idade do Bronze Final e Idade Ferro.

3.3. A Ocupação do Espaço

Breve Percurso

Tem vindo a ser admitida uma primeira ocupação da Serra do Socorro durante a Idade do Bronze Final. No entanto, no caderno de campo da autoria de G. Marques, aquando da abertura de sondagens no local pelo próprio, refere um recipiente com decoração campaniforme do qual, infelizmente, não temos nenhum registo figurativo nem se tem conhecimento do actual paradeiro da dita peça.

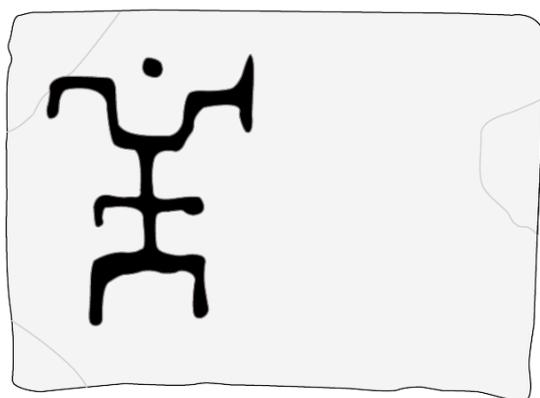
A actual classificação do sítio como povoado baseia-se na repetida referência a estruturas de habitação de planta circular e ortogonal (A.C., 1975; *Caderno de Campo de G. Marques*) que, devido ao desenvolvimento da vegetação e constantes alterações do terreno, não são actualmente passíveis de averiguação.

Apesar desses constrangimentos, a análise dos recipientes cerâmicos permitiu confirmar uma ocupação anterior à Idade do Ferro, como os fragmentos com decorações brunidas, sendo ainda as formas do repertório cerâmico comuns a outros povoados da fase final da Idade do Bronze. Ainda que a perduração de vários destes elementos durante o período orientalizante (século VIII a VI a.C.) tenha sido já documentada em

algumas estações arqueológicas da Península de Lisboa, como é o caso da Alcáçova de Santarém (Arruda, 1999-2000), Santa Sofia (Pimenta e Mendes, 2010-11) e de Lisboa (Pimenta, Silva e Calado, 2014), a inexistência, até ao momento, de dados concretos que permitam atestar uma ocupação contemporânea na Serra do Socorro durante esta fase indicam que os materiais estudados nesta dissertação deverão pertencer, com grande probabilidade, à fase final da Idade do Bronze.

Com efeito, a análise exaustiva do conjunto não conduziu à identificação de nenhum artefacto claramente relacionado com o chamado pacote orientalizante que é introduzido nesta área geográfica a partir do momento final do século VIII a.C. Todos os materiais que são atribuíveis à ocupação da Idade do Ferro recolhidos na Serra do Socorro indicam uma cronologia mais tardia, concretamente em torno à segunda metade do 1º milénio a.C. Contudo, é também importante referir que num sítio próximo, o Moinho das Mariquitas, localizado a cerca de um quilómetro da Serra do Socorro, escavações recentes permitiram documentar uma ocupação integrável na fase orientalizante (Monteiro e Cardoso, G., 2016), demonstrando que os impactos resultantes da presença fenícia ao longo do estuário do Tejo também se fizeram sentir nas áreas mais interiores da Península de Lisboa. Como tal, a inexistência de dados que atestem uma ocupação da Serra do Socorro durante este mesmo período pode resultar meramente da incidência dos trabalhos arqueológicos que têm sido realizados no local, podendo a investigação futura aportar novos dados que alterem as balizas cronológicas da sua ocupação.

Na actual pia de água benta da ermida da Senhora do Socorro encontra-se reaproveitada uma gravura que figura num bloco de calcário margoso. Quanto à sua



10cm

Figura 1 - Gravura antropomórfica realizada num bloco calcário reaproveitado na ermida da Serra do Socorro (Adaptado de Matias, 2004).

proveniência, o achado terá sido muito provavelmente identificado nas imediações do local, associando-se a uma ocupação precoce daquele espaço.

A figura representada consiste em um personagem antropomorfo que, quando comparada com outras já publicadas (Gomes, 2010), apresenta algumas singularidades.

Em primeiro lugar destacamos a separação da cabeça do resto do corpo, representada por um pequeno círculo independente. O torso é definido por dois traços paralelos verticais que, na extremidade superior, são rematados pelos braços (linhas horizontais) e um traço horizontal inferior formando uma espécie de quadrado. A base do tronco desenvolve-se depois sob uma única linha central vertical que termina na forma de duas pernas. De facto, se observarmos outras figuras similares o torso é geralmente composto apenas por uma única linha, que liga a cabeça aos membros inferiores.

Na mão esquerda, o personagem parece segurar um objecto muito estilizado, que infelizmente não conseguimos caracterizar. Outro elemento diferenciador é o facto de a figura não apresentar nenhum elemento indicativo do sexo, situação que contrasta com a maioria dos exemplares análogos estudados no Vale do Tejo (Gomes, 2010, p. 213-214).

Chamamos ainda a atenção para a linha horizontal a meio do tronco. Este elemento poderia, embora com algumas reservas, remeter para uma espada estilizada ou outro instrumento semelhante. Neste âmbito importa recordar as célebres estelas de guerreiro, onde se encontram representadas personagens com espadas à cintura. Contudo, devemos referir que esta associação deve ser feita com cautela. Além do factor cronológico, as características estilísticas são díspares entre a figura da Serra do Socorro e aquelas.



Figura 2 - Exemplos de representações antropomórficas presentes em estelas (adaptado de Celestino Perez, 2001, Fig.13)

Infelizmente, não conseguimos encontrar paralelos na região. Os escassos exemplares que se poderiam relacionar com o da Serra do Socorro são os do nº 200 e 235 de São Simão, em Nisa (Gomes, 2010, p. 209), com base nos ângulos rectos que compõem as figuras.

Através de uma avaliação estilística comparada, numa escala mais ampla, foi possível relacionar esta figura, ainda que com acentuadas reservas, com as identificadas em Vale Camónica, em Itália, datadas do Bronze Final a.C. (Matias, 2004).

Sabemos que estas representações esquemáticas, apesar de terem origem no Paleolítico Superior, têm uma larga diacronia alcançando, inclusivamente, a Idade do Ferro. Contudo, alguns autores chegam a admitir que estas figuras humanas esquemáticas são características da Idade do Bronze (Perelló, 1968).

Para esta temática destacamos os trabalhos de E. R. Perelló, cujos estudos incidiram sobre a arte rupestre (1968, p. 167), defendendo este autor que a difusão da arte estilística se encontra associada a novas crenças trazidas por agentes de raiz oriental, que designou de “*prospectores de metais*” (*Ibidem*, p. 190), e que estas gravuras resultam de uma evolução da arte levantina final.

A. Béltran defendeu que esta evolução estilística mais simples resultou da “revolução metalúrgica”, correspondendo estes elementos figurativos à materialização de novas ideias e ideais (1968, p. 72; 1981, p. 187-188; 1983, p. 39-40; 1986, p. 22-25)

Ao contrário da arte Paleolítica, que pretendia representar a realidade e o movimento, esta concepção artística resulta da assimilação de novas crenças e ideias que transpareciam nestes blocos pétreos através de símbolos específicos, com significados concretos.

Voltando novamente ao tema central deste estudo, através das fotografias aéreas e leituras de superfície foi identificada uma linha defensiva de planta ovalada, sendo referido que:

“para além da muralha principal, bem visível de duas entradas principais, uma delas com lajeamento de acesso em óptimo estado, existem quase totalmente soterrados, mas perceptíveis, os contornos circulares de algumas habitações” (*Op. cit.* A.C., 1975).

Actualmente ainda é visível no terreno um considerável talude que pode tratar-se daquele que vem sendo interpretado, pelos vários autores, como a muralha do povoado (Anexo I, Fig. 6). Com efeito, esta protuberância artificial parece ainda hoje circundar a plataforma na sua totalidade, embora não conserve muitas das características que antes foram descritas, é o caso dos possíveis acessos e respectivos lajeados. Os únicos acessos empedrados que pudemos averiguar correspondem, seguramente, a alterações modernas

ou contemporâneas. A construção de alguns destes empedrados pode mesmo ter sido observada por G. Marques, como é o caso do empedrado presente na “esplanada” Noroeste, a qual foi incluída no croqui que ele próprio elaborou quando acompanhou as obras de requalificação dos acessos à Serra.

Há que ter em atenção que este talude, composto por grandes blocos basálticos, poderia ter tido como função delimitar o espaço habitacional, não sendo a sua construção obrigatoriamente motivada por algum tipo de ameaça externa. Assim, a edificação destas estruturas explica-se, e delimita-se, pelos próprios limites naturais, zonas impossíveis de “domesticar”, como as zonas de escarpa (Vilaça e Arruda, 2004).

Todavia, apesar de este talude ser ainda visível em redor do topo da Serra do Socorro, não nos parece provável que conserve a sua configuração original, sobretudo se tivermos em conta que foi alvo de continuadas e prolongadas ocupações. A própria construção da ermida manuelina (Anexo II.2, Fotografia 6), assim como a rede de



Figura 4 - Talude a Sudoeste: a vermelho a localização do talude (Google Earth).



Figura 3 - Talude Sudeste: Fotografia de pormenor do talude (fotografia da autora).

caminhos que foi realizada, alteraram consideravelmente as realidades pré-existentes. Por outro lado, não podemos ignorar que também a utilização desta serra durante as invasões francesas terá afectado níveis e estruturas das ocupações proto-históricas.

Assim, conquanto possamos admitir que o talude visível a Noroeste e Nordeste possa, eventualmente, tratar-se de uma estrutura defensiva antiga, parece razoável admitir que, a Sul, os taludes que aí se conservam podem resultar de movimentações e alterações modernas e contemporâneas. Aliás, esta situação é particularmente evidente na parte Sudoeste, onde a abertura de um acesso, auxiliada seguramente por maquinaria pesada, arrastou blocos pétreos para um e para o outro lado do caminho (Figuras 3 e 4).

Outra característica que parece confirmar uma maior conservação de estratos e estruturas do lado Norte é uma presença, quase hegemónica, de materiais arqueológicos de cronologias antigas, quer da Idade do Bronze quer da Idade do Ferro. Ainda assim, devemos admitir que a grande maioria desses materiais se enquadram em cronologias da Idade do Ferro, situação que é compreensível pelo facto de ser a ocupação que estará mais à superfície. Dos materiais que pudemos observar salientamos a presença de contentores anfóricos enquadráveis na II Idade do Ferro. Concretamente um fragmento do Tipo 3 do estuário do Tejo, com uma cronologia balizável entre a segunda metade do século VI e III a.C., correspondendo este exemplar ao grupo de fabrico 2, que remete para uma produção mais interior do estuário de pastas não calcárias, compactas e pouco depuradas (Sousa, E. e Pimenta, 2014). Entre o conjunto de materiais, publicado por C. Matias (2004), identificam-se também uma série de artefactos de cronologia pré-romana, concretamente ânforas que se assemelham aos tipos 2, 4 e 5 do Estuário do Tejo (Sousa, E. e Pimenta, 2014) e exemplares de cerâmica comum que encontram os seus melhores paralelos nos contextos de meados e da segunda metade do 1º milénio da área meridional da Península de Lisboa (Sousa, E., 2014). Apenas um fragmento do conjunto recolhido na Serra do Socorro poderia indicar uma cronologia um pouco mais antiga: trata-se de um fragmento de bordo e asa de *pithos* (Matias 2004, p. 334 – LXVI), comuns no repertório artefactual da Estremadura durante o período orientalizante (século VIII a VI a.C.). Contudo, vasos semelhantes surgem também em contextos de meados do milénio, como se observa nas formas 10Bb.1, 10Cb da Rua dos Correeiros, sendo também importante referir que este mesmo sítio, datado entre o século V e o início do século IV a.C., proporcionou alguns fragmentos de asas bífidas (Sousa, E.,

2014, p. 180). Assim, e à falta de outros elementos que possam corroborar uma ocupação deste local durante a fase orientalizante, deve admitir-se, até prova em contrário, que a cronologia da fase sidérica se centra em torno aos meados ou segunda metade do 1º milénio a.C.

Foi ainda publicado por J. L. Cardoso um conjunto de contentores cerâmicos, de tradição mediterrânea, provenientes da Serra do Socorro atribuível ao início da II Idade do Ferro (Cardoso, 2004, p. 285 e Fig. 218).

Contrariamente, do lado Sul, a grande maioria dos materiais arqueológicos observados à superfície corresponde a materiais Modernos e/ou Contemporâneos.

Se até aqui falámos apenas de vestígios e materiais sem contexto, devemos também referir que em algumas zonas da Serra foram detectadas estruturas pétreas à superfície, situação que se deve à continuada utilização da plataforma. A existência de um caminho, a Oeste, deixou a descoberto uma sucessão de alinhamentos de estruturas, alguns na base do talude antes mencionado, que podem integrar o sistema defensivo do povoado (Anexo II.3, Fotografias 8, 9, 10. e 12). Porém, essa sucessão de estruturas somente poderá ser devidamente interpretada caso sejam realizadas sondagens nessa área. Aliás, foi precisamente aqui que identificámos os bordos de ânforas.

Também do lado Este se observou a existência de estruturas associadas a materiais arqueológicos integráveis na Idade do Ferro. Porém, seguramente que correspondem a edificações internas do aglomerado, pois estão dentro dos alinhamentos do talude que se supõe poder corresponder ao sistema defensivo. Infelizmente, foram poucos os materiais observados integráveis em cronologias anteriores, o que pode ser justificado por ser a ocupação que está na base dos níveis antrópicos da serra.

Ainda relativamente à Idade do Ferro, a análise do espólio permitiu identificar conjuntos formais que reúnem: taças, tigelas, potes, potinhos, grandes recipientes de armazenamento, alguidares, cossoiros, ânforas e um fragmento de cerâmica estampilhada (Sousa, A.C., 2011, p. 39).

Foi ainda identificado um fragmento de um pendente tipo “sanguessuga” de cobre com preenchimento de cerâmica, que integrava uma xorca. Estes artefactos de adorno eram compostos por um aro metálico e um conjunto de pendentes. Na maioria dos casos, como o exemplar de Ripas, em Alenquer, os pendentes da xorca são de bronze. No entanto há também registos destes objectos de ouro, prata ou cerâmica (Gomes e Domingos, 1983). O presente caso, por ser preenchido a cerâmica, tem como

paralelos aqueles achados nas necrópoles de Alcaria e de Vagarosa, em Monchique. Estes elementos de adorno são cronologicamente enquadráveis no século VI/V a.C. ou mesmo início do IV a.C. sendo assim associável à cerâmica estampilhada.

Para o período romano, a presença de materiais mostra-se muito reduzida em comparação com os períodos anteriores. Segundo o estudo realizado por C. Matias, o conjunto de materiais romanos apresenta alguma variedade formal associada a cerâmica de mesa e confecção de alimentos. Foram identificados pratos, terrinas, tachos, panelas, jarrinhas, bilhas, potes e fundos. Predominam as bilhas e jarrinhas, ou seja, formas de transporte e armazenamento de líquidos. Registaram-se ainda algumas imitações de cerâmicas finas, nomeadamente fundos de taças que se assemelham às cerâmicas campanienses e um bordo que lembra a forma Hayes 197 (Matias, 2004, p. 340). A este limitado conjunto foi atribuída uma cronologia compreendida entre os séculos I e III d.C. (*Ibidem*).

Sobre o período romano devemos ainda expor algumas considerações. Desde logo é problemático o facto de o conjunto ser, todo ele, integrável na grande categoria de cerâmicas comuns, situação que complica consideravelmente, sem um contexto de recolha, a sua datação. Assim, devemos também considerar que esses materiais podem, na verdade, ser de cronologia anterior. Supomos que os fundos, que se consideram ser imitações de campanienses, sem que se refira a existência de bordos, correspondam a bases de pé destacado de perfis que podem ser igualmente atestados em formas de cerâmicas comuns da Idade do Ferro.

Mais complicada é a interpretação de um bordo que foi interpretado como uma imitação de uma forma Hayes 197, portanto, uma imitação de cerâmica africana de cozinha. Embora não desconsideremos completamente esta possibilidade, parece, no nosso entender, difícil que se trate, de facto, de uma imitação dessa categoria cerâmica. Com efeito, esta cerâmica não parece estar muito presente nos inventários dos sítios arqueológicos da Estremadura, contudo, foram recentemente publicadas imitações de cerâmica africana de cozinha e de *terra sigillata* clara, nomeadamente as formas Hayes 181 e Hayes 14 no Palácio dos Condes de Penafiel, em Lisboa (Guimarães e Silva, 2017, p. 1283).

Por outro lado, a pasta que a peça em causa ostenta parece denunciar, em boa verdade, tratar-se de um recipiente de cronologia recente. Insistimos que, apesar do exposto, não se excluí aqui uma ocupação romana da Serra do Socorro, principalmente

se tivermos em conta que se encontra depositado no Museu Municipal Leonel Trindade um fragmento de *Terra Sigillata* (Anexo V, Fotografia 31).

O que temos da época Medieval é um número muito residual de fragmentos de “cerâmica comum” descontextualizados, dos quais foram identificadas formalmente panelas e bilhas (*Ibidem*). O espólio cerâmico restante mostra-se todo ele muito fragmentado, não sendo possível avaliar estes materiais de maneira precisa, nem confirmar se podem ser efectivamente associados a este período.

A partir dos vestígios arquitectónicos e documentais é possível remeter para a época manuelina a fase mais antiga de construção da ermida da Senhora do Socorro. Numa primeira fase, seria composta pela nave de corpo longitudinal, a capela-mor e a sacristia (ambas de planta quadrangular), a Sul, ainda é visível a porta manuelina. A área da nave apresentaria colunas que funcionavam como pontos de apoio à abóboda polinervada (característica própria de época manuelina) que a cobria. A zona da sacristia era também provida de uma estrutura abobadada, mas de apenas 4 nervuras (Fernandes; Vilar, 2008).

Para o século XVIII, fontes documentais indicam uma nova fase construtiva, consequência da crescente afluência de romeiros e crentes ao local para adoração da Santa. Algumas das alterações consistiram na substituição da abside, construção do púlpito e de um lavabo na sacristia. Foi também verificada uma “actualização estética” segundo os padrões da época que consistiu em revestimentos pétreos, azulejaria com figuras de grandes dimensões representando os 4 evangelistas na área da capela-mor (frequente em época barroca) e uma pintura sobre tela com o tema *A Sagrada Família descansando na Fuga para o Egipto* em que figura a Virgem segurando o menino Jesus, José e 3 anjos (*Ibidem*).

Por volta de 1820 deu-se uma nova campanha construtiva. A esta fase é atribuída o pórtico monumental que antecede a capela-mor conferindo-lhe maior destaque; a zona do alpendre que rodeava o edifício do lado exterior foi fechada e incluída na estrutura; a fachada exterior foi também alvo de reformulação e na zona da nave adicionou-se um coro alto. A nível decorativo temos os motivos vegetalistas policromados (*Ibidem*).

Do lado exterior à ermida ergueram-se construções anexas para alojar romeiros, construiu-se a casa das velas, uma área dedicada aos ex-votos entre outras acomodações para auxiliar as festividades (nomeadamente um forno) (*Ibidem*).

Mais tarde, no século XIX, devido à sua condição de defensabilidade natural e excelente domínio visual da paisagem envolvente, o General Wellington escolhe a Serra do Socorro para aquele que foi “*um dos principais centros de sinalização das Linhas Defensivas de Torres Vedras*” (Pereira, 2001, p. 340).

As Linhas Defensivas consistiam numa rede de comunicação codificada. Esta era conseguida com telegrafia visual, isto é um telégrafo que transmitia a informação através de sinais com balões pendurados estrategicamente em linha num mastro com cerca de 10m auxiliados de uma bandeira, permitindo que a mensagem fosse transmitida visualmente entre dois pontos distantes, daí a escolha de locais que se destacam em altura na paisagem, contornando os obstáculos naturais (Luna *et al.*, 2008).

Ao contrário de outros locais onde estes postos de comunicação apresentavam fortificações e as suas plantas encontram-se documentadas em fontes históricas, permitindo-nos saber a localização exacta destes equipamentos, no caso da Serra do Socorro, bem como o Cabeço de Montachique, a localização do telégrafo não dispunha, até recentemente, de qualquer prova física da sua existência. Somente com a recente intervenção arqueológica foi possível comprovar.

A este propósito, no relatório da sua intervenção, J. M. Arnaud afirma que:

“No entanto, para a Serra do Socorro não existe qualquer registo, havendo no local apenas uma guarnição ocupada das transmissões. Isto poderá ser comprovado com a contagem dos postes feita pelo Coronel Francisco Baptista, como pela existência de estruturas (possivelmente de casernas), na área Norte do alto da Serra do Socorro” (*Op. Cit.* Arnaud, 1991).

Decorria o ano de 1991 e devido ao aluimento de terras procedeu-se a uma intervenção arqueológica, dirigida por J. M. Arnaud, onde se identificou uma estrutura negativa com 35cm de diâmetro e 1,45m de profundidade. Associados a esta estrutura foi identificado espólio cerâmico datável do século XVIII/XIX (Arnaud, 1991). Surgiu então a possibilidade de se ter descoberto a localização original do posto de comunicações.

Assim, no seguimento do estudo direccionado para a reconstituição da Linha Defensiva de Torres Vedras foi planeada uma nova campanha arqueológica no local sob direcção de A. C. Sousa e M. Miranda, que decorreu entre os anos de 2007 e 2008. Nesta campanha foi novamente identificada a estrutura negativa junto à actual parede

exterior da capela no designado Locus 1. No entanto, a profundidade da estrutura era apenas de 50cm e o espólio associado (nomeadamente pregos) não reunia provas materiais suficientes que pudessem ser atribuídos à ocupação do sítio pelo contingente militar inglês, sendo a única evidência da sua presença, no local, um selo de uma fábrica de têxteis inglesa recolhido à superfície, alguns anos antes da intervenção. Devido à reduzida dimensão foi avançada a hipótese de aquela estrutura, hoje “musealizada”, não ser o suporte do poste central do telégrafo, mas o local onde se poderia encontrar uma das estacas de amarração do dispositivo (Luna *et al.*, 2008).

3.4. Intervenções e Contextos de Proveniência

O conjunto material que tem vindo a ser recolhido na Serra do Socorro, que integra o presente estudo, também é proveniente, como foi referido, de escavações empreendidas pelo arquitecto G. Marques, que interveio no local durante mais de uma década sem qualquer enquadramento legal nem publicação dos resultados. Foi apenas após a doação do espólio ao Museu Nacional de Arqueologia e disponibilização do mesmo para estudo que foi conhecida esta intervenção, constituindo este trabalho a primeira referência a estas recolhas, que se encontram descritas no caderno de campo de G. Marques depositado no Museu Nacional de Arqueologia.

O trabalho por ele desenvolvido encontra-se, em parte, registado no seu caderno de campo, depositado no Museu Nacional de Arqueologia, ao qual procurámos recorrer com o objectivo de contextualizar os materiais em análise.

Nesse caderno de campo estão registados breves apontamentos e reflexões, esquemas, fotografias e alguns desenhos de peças que o investigador recolheu. A primeira entrada remonta ao dia 16 de Agosto de 1973, na qual o autor descreve a paisagem desde o topo daquela atalaia, mencionando alguns pontos de referência, como Montejunto e Sintra. Além disso, prospectou a área, identificando alguns troços de muros paralelos na zona norte da Serra do Socorro, avançando que poderia tratar-se de habitações de planta ortogonal. Realizou o registo fotográfico da muralha e recolheu algum material do qual destaca as cerâmicas de “Tipo Alpiarça”.

Consequência dessa prospecção, era evidente o potencial arqueológico do sítio. Animado pelos evidentes vestígios que encontrou, mas seguramente justificado pelas obras que se haviam iniciado para a abertura de um novo acesso à serra, G. Marques

realizou algumas sondagens dispersas, sobretudo, pela zona Sul da Serra do Socorro. Aparentemente, a localização de algumas sondagens terá resultado de eventuais indicações de L. Trindade, ou, pelo menos, é isso que se subentende de alguns apontamentos do caderno de campo.

Na Sondagem I importa destacar a identificação de um artefacto metálico, entretanto desaparecido, do qual apenas nos chegou o desenho de G. Marques (Anexo IV, Estampa 22). Parece corresponder a uma lâmina de bronze, ou cobre, que conservava um rebite num extremo e o orifício, no outro extremo, onde se terá fixado o rebite oposto. Infelizmente, não é fácil classificar tal peça unicamente com auxílio desse desenho, pelo que não arriscamos qualquer proposta.

Na Sondagem II, G. Marques identificou cerâmicas que associa à Idade do Ferro, com as quais estabeleceu paralelos em Santa Olaia. Estranhámos, em certa medida, o silêncio de G. Marques acerca dos resultados obtidos nestas sondagens, pois não nos deixou mais que estas indicações. Não é impossível que, com o passar do tempo, se tenham perdido eventuais páginas do seu caderno de campo, motivo que justificaria a desigual quantidade de informação, destas, com as restantes sondagens.

Da Sondagem III desenhou um corte estratigráfico (Anexo III.1, Esquema 1), no qual representou uma camada de greda (argila amarelada) directamente assente no afloramento. Não é improvável, observando os desenhos por ele realizados, que o afloramento apresentasse vestígios de ter sido afeiçoado, pois apresenta uma superfície bastante regular e, o próprio, acaba por admitir a possibilidade de essa camada de barro corresponder a um solo ocupacional. Mais informa G. Marques que, sobre a dita camada de argila amarelada, foram recolhidas cerâmicas e também carvões, que relacionou com a ocupação/utilização desse eventual pavimento. Na camada [3], os materiais que recolheu associa a uma eventual ocupação da I Idade do Ferro (Cultura de Alpiarça), identificando também carvões e abundante argila castanha, que poderia corresponder aos restos das paredes das habitações.

Surpreende, em certa medida, o facto de as informações que G. Marques nos transmitiu serem contraditórias. Por um lado, relacionava claramente os materiais recolhidos nesta sondagem com uma possível ocupação da Idade do Ferro, relacionada com a “Cultura de Alpiarça”, que hoje sabemos corresponder à fase final da Idade do Bronze. Com efeito, referiu que, nesses níveis estratigráficos, não foi recolhido qualquer cerâmica produzida a torno. Contudo, indicou expressamente que, contrariamente a esta

sondagem, na sondagem I a presença de cerâmica a torno (sem especificar a cronologia) era maioritária. Neste sentido, parece provável que a ocupação aí detectada se deva inserir no Bronze Final, pelo menos no que diz respeito aos estratos directamente sobrepostos ao afloramento.

A realização da sondagem IV, de maiores dimensões, ocorreu numa zona próxima à da sondagem III e junto ao novo acesso à serra (Anexo III.1, Esquema 2). Neste caso concreto, a implantação desta nova escavação foi fomentada pela detecção de evidentes alinhamentos pétreos, compostos por blocos de consideráveis dimensões, que necessitavam ser diagnosticados. Por se tratar de uma área ampla e entusiasmado pela eventual presença de estruturas, G. Marques implantou, então, uma área igualmente

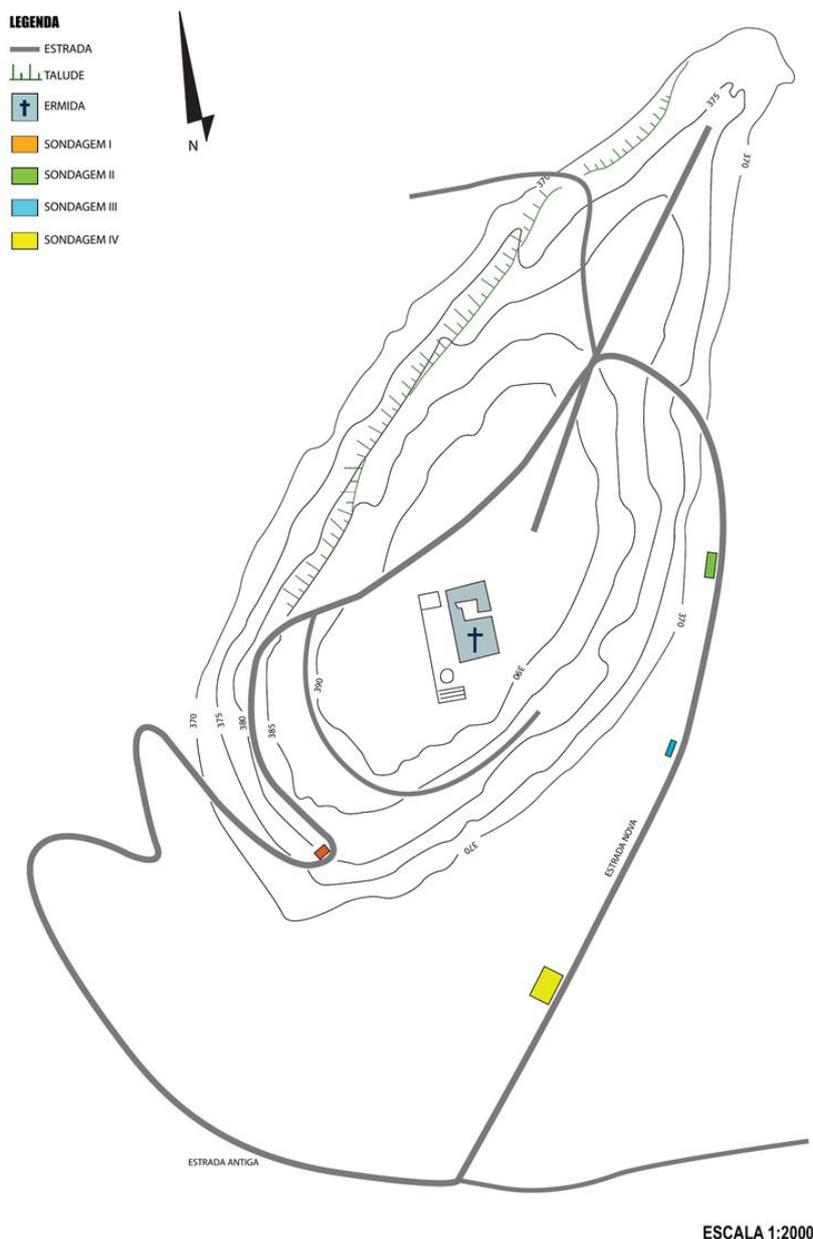


Figura 5 - Localização das sondagens realizadas por G. Marques (adaptado do caderno de campo do próprio).

ampla. É um facto que não deixou constância das dimensões reais das sondagens realizadas, porém, os seus relatos no caderno de campo, tal como a escalas dos desenhos realizados, isso obrigam a intuir.

Referiu também que no talude identificou cerâmicas atribuíveis a várias épocas, destacando um fragmento com decoração de tipo campaniforme. Infelizmente não indica com precisão a que talude se refere, mas, tendo em conta que nessa altura estaria a realizar a escavação da sondagem IV, podemos supor que se tratará do talude que se localiza entre essa sondagem e a ermida da Senhora do Socorro. Esta recolha de materiais, com essa localização, é perfeitamente plausível e aceitável. Creio ser consensual que, sendo esta parte do cabeço aquela que se viu mais afectada pela construção do edifício sacro e, simultaneamente ou não, pela abertura de um caminho antigo que ainda hoje se conserva, algumas terras e materiais terão sido arrastados por essa vertente abaixo.

Do total de 348 peças da amostra estudada, 32% são atribuíveis a recolhas de G. Marques, que, como vimos, conquanto sejam maioritariamente oriundas das escavações, também correspondem a recolhas de superfície. Importa referir que este número resulta da análise, inventariação e classificação de parte do espólio, concretamente aquele depositado nas entidades competentes e ao qual tivemos acesso, desconhecendo-se a localização de parte do conjunto. Damos apenas como exemplo o fragmento de cerâmica de tipo campaniforme e o artefacto metálico, que descrevemos com base nos desenhos do autor, dos quais desconhecemos o paradeiro.

Além destes, G. Marques representou graficamente no seu caderno de campo outros recipientes cerâmicos que reproduzem dois perfis completos de modelos de ânforas do período orientalizante, de tipo R1 (T-10.1.1.1. e 10.1.2.1) de Ramón Torres (1995). Nas colecções de materiais da Serra do Socorro que foram depositadas nas várias instituições não constam estes materiais. É possível que G. Marques tenha reproduzido desenhos de materiais de outras estações, possivelmente de Santa Olaia, que pensava corresponderem à morfologia de alguns materiais que tinha, entretanto, recuperado nas suas escavações da Serra do Socorro. Com efeito, no seu caderno de campo, este investigador refere a recolha de 10 fragmentos cerâmicos (com um peso de 418 g), que pensa corresponderem a ânforas semelhantes às de Santa Olaia. Infelizmente, não sabemos se algum destes fragmentos corresponderia a um elemento de bordo, ou se a associação às morfologias do Mondego se baseava na orientação das

paredes ou eventuais carenas. Este poderia ser, contudo, um indicador que o sítio teria sido ocupado durante a época Orientalizante, o que iria contradizer algumas das propostas que foram esboçadas anteriormente relativas à cronologia desta estação. No entanto, existem alguns factores que devem ser tidos em consideração e que poderiam matizar esta questão. A produção de ânforas inspiradas em protótipos do Sul da Península Ibérica, inicialmente nos tipos T-10.1.1.1. e 10.1.2.1 de Ramón Torres, na Península de Lisboa, foi uma realidade efectiva durante a Idade do Ferro, reflectindo-se na existência de abundantes materiais fabricados na região de Lisboa / Almaraz em toda a área do Estuário do Tejo, sendo actualmente designadas por Tipo 1 (Sousa E. e Pimenta 2014). Contudo, esta realidade não se restringe apenas à fase Orientalizante, tendo perdurado ao longo de toda a segunda metade do 1º milénio a.C. Apesar de, durante este período, se assistir a uma ampla diversificação das morfologias dos contentores anfóricos, a verdade é que a contínua produção dos recipientes inspirados nos modelos mais antigos (Tipo 1 do estuário do Tejo) continua a ser uma realidade durante esta fase mais tardia. Com efeito, contentores desta morfologia estão documentados na Rua dos Correeiros, em contextos bem datados entre o século V e o início do século IV a.C. (Sousa, E., 2014), e também, recentemente, no Cabeço Guião, no Cartaxo, em contextos que se estendem desde final do século V até ao século III a.C. (Arruda *et al.*, *no prelo*). Dada a impossibilidade de analisar directamente os fragmentos recolhidos por G. Marques, não podemos assegurar que a sua cronologia se inscreva quer no período orientalizante quer nos momentos mais tardios da Idade do Ferro. Contudo, se atendermos às características dos restantes materiais pré-romanos recolhidos, esta segunda possibilidade parece ser mais provável, o que implicaria a inexistência de vestígios arqueológicos atribuíveis à fase circunscrita entre o século VIII e VI a.C. Esta é, contudo, apenas uma possibilidade, que terá de ser confirmada ou refutada por dados futuros.

O conjunto a que tivemos acesso das escavações de G. Marques é proveniente, portanto, além de recolhas de superfície, sobretudo da Sondagem I e da Sondagem III. Ainda que não tenhamos argumentos indiscutíveis sobre estas recolhas, isso não é impeditivo de que possamos, aqui, conjecturar algumas considerações que parecem reveladoras.

Chama a atenção o facto de que o artefacto metálico tenha sido recolhido num contexto onde, eventualmente, estaria associado, segundo G. Marques, a cerâmicas e

estratos do “horizonte de Alpiarça”, que poderiam corresponder ao Bronze Final. Todavia, a referência do autor à presença de uma ânfora da Idade do Ferro, poderia indicar que esse contexto seria posterior ao período que nos interessa neste trabalho.

Os contextos detectados e descritos na sondagem III, porém, parecem remeter para momentos anteriores à da Idade do Ferro, pois G. Marques afirma claramente que, aí, somente recolheu cerâmicas manuais, estando ausentes aquelas realizadas mediante a técnica de torno. Ademais, estes materiais estavam associados a uma eventual ocupação que se materializou directamente sobre o afloramento, augurando, portanto, tratar-se da ocupação mais antiga do sítio. De facto, foi descrito um estrato de argila, possivelmente um pavimento, que se encontrava selado por outro onde se acharam abundantes carvões e matérias orgânicas. Estas descrições, com frequência bastante detalhadas, obrigam a tomar como correctas as leituras do autor, já que, quer a presença da camada de argila quer a associação de cerâmicas integralmente manuais a estes estratos, não desmentem uma ocupação do Bronze Final.

A última entrada do caderno de campo remonta ao dia 8 de Junho de 1980, no entanto, sabemos que o investigador continuou as intervenções, pelo menos, até ao ano de 1989. Esta situação traduz-se no actual desconhecimento de outros prováveis contextos e materiais por ele identificados e recolhidos, voltando, este sítio, a ser alvo de atenção no século vigente.

No ano de 2007 iniciaram-se novos trabalhos no sítio da Serra do Socorro sob a direcção de A. C. Sousa e M. Miranda no âmbito do projecto da “Rota Histórica das Linhas Defensivas de Torres Vedras”, em parceria com o IGESPAR e a Direcção de Infra-estruturas do Exército.

Foram realizadas duas campanhas de escavação. A primeira fase, de diagnóstico, decorreu em Julho / Agosto de 2007 e, a segunda fase, desenvolveu-se em 2008 (Abril e Agosto).

Os trabalhos realizaram-se sob o método de Barker-Harris em duas áreas distintas, designadas de *Locus 1* e *Locus 2*. Foi implantada uma quadrícula com malha de 2x2 m, com designação alfanumérica. As peças mais significativas foram coordenadas tridimensionalmente.

A primeira localiza-se junto à ermida, no topo, a Sudoeste da construção moderna, onde foi identificado o buraco de poste da intervenção de 1991 por J. M. Arnaud. A escolha deste local para a implantação da sondagem, teve por objectivo a

relocalização da estrutura negativa onde estaria o poste de comunicações original, além da reavaliação do contexto.

Nesse âmbito, foi aberta uma sondagem de 9x4m. O plano inicial seria de uma quadrícula de 2x2m (Sousa, A. C., 2007), mas para que a identificação do buraco de poste fosse bem-sucedida mostrou-se imperativo alargar a área. Daqui é proveniente a grande maioria de espólio recolhido, correspondendo a 80% do que foi inventariado (1373 peças).

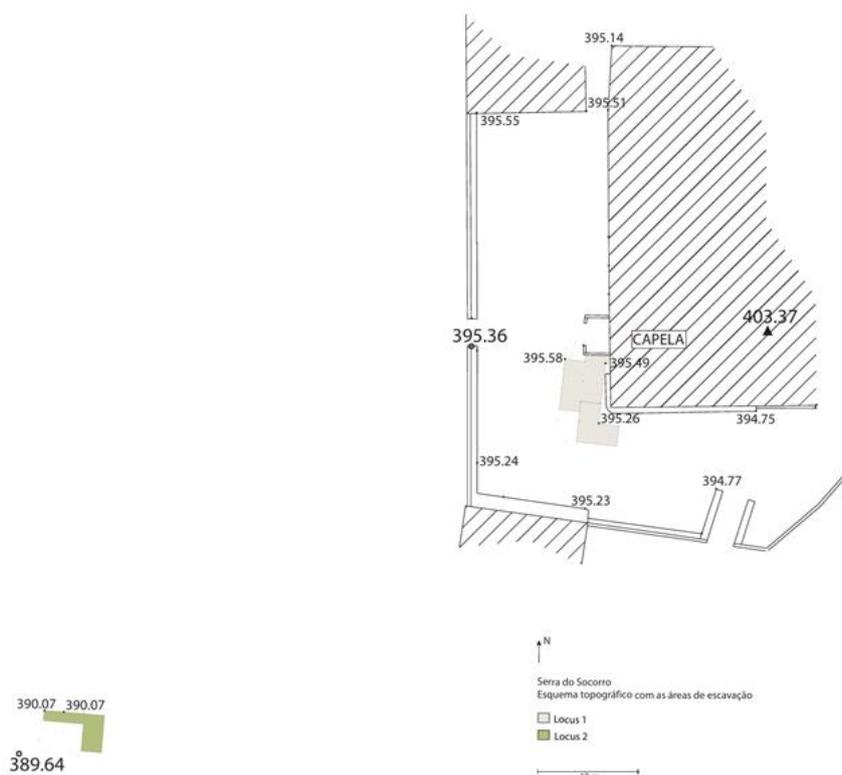


Figura 6 - Esquema de implantação das duas áreas de escavação.

Para o *Locus 1*, foram distinguidas 16 unidades estratigráficas correspondendo a quatro fases: 1ª, ocupação proto-histórica, com a presença de uma estrutura pétrea (U.E.'s 6, 6B, 12 e 13); 2ª, níveis de aterro relacionados com as diversas campanhas arquitectónicas da ermida (U.E.'s 5, 7, 8, 9); 3ª, uso como telégrafo usado na Terceira Invasão Francesa (U.E.'s 4 e 10) e 4ª, afectações recentes (U.E.'s 0, 1 e 2) (Sousa A. C. e Miranda, 2017).

A primeira, designada U.E. 0, corresponde ao pavimento de calíça colocado em 1991, com 10cm de espessura, reunindo materiais de diversas cronologias. Este piso cobre a U.E. 1, que corresponde a um estrato de revolvimento, afectado muito

provavelmente pela edificação do edifício religioso no século XVI, tendo sido aí recolhidos numismas quinhentistas. O grau de afectação parece, contudo, não ter sido homogéneo, tendo-se verificado que em H7 e H8 não só se recolheu um grande volume de materiais, como esses se encontravam em relativo bom estado de conservação, com fragmentos de grandes dimensões e sem sinais evidentes de rolamento. Esta unidade estratigráfica corresponde à camada com maior densidade de artefactos arqueológicos, reunindo um total de 1377 peças inventariadas. O estrato foi cortado por uma vala, denominada U.E. 2, aberta para a colocação de cabos de electricidade.

A U.E. 3 remete para o nível de base, definindo-se por uma camada sedimentar alaranjada e que é coberta pelas U.E.'s 0, 1, 5, 6 e é cortada pela U.E. 4, que corresponde ao buraco de poste do telégrafo, identificado em 1991. A depressão tinha sensivelmente 50cm de diâmetro e apresentava dois blocos de pedra no fundo. O enchimento foi designado U.E. 10.

A camada de aterro, designada U.E. 5, apresentava lajes dispersas, que se associam à desagregação da rocha-base. Esta unidade reuniu 216 materiais modernos e apenas dois fragmentos cerâmicos integráveis na Idade do Bronze.

Coberta por essa, a U.E. 6 define-se por um nível de cascalheira com pequenas lajes de basalto. O sedimento é pouco compacto e de coloração escura (7.5YR 3/3, Dark Brown). Mais uma vez, predominam materiais modernos com 145 elementos, face aos proto-históricos que apenas reuniram 39 indivíduos.

Em H9, verificou-se uma concentração de seis núcleos, carvão e uma base de argila, tratando-se, muito provavelmente, aquela concentração de uma estrutura de combustão, designada de U.E. 6B.

A U.E. 7 corresponde a uma camada de aterro, que teve por objectivo o nivelamento do terreno para a construção da ermida manuelina. Foram identificados nódulos de argamassa e material de construção modernos. Esta camada é coberta pela U.E. 5, cortada pela U.E. 8 e cobre a U.E. 9.

A vala de fundação associada à construção da ermida apresenta somente materiais modernos. A esta estrutura negativa foi atribuída a designação de U.E. 8.

A U.E. 9 remete para mais um nível sedimentar de aterro que cobre directamente o substrato rochoso.

No enchimento do buraco de poste, U.E. 10, foram identificados alguns elementos geológicos de pequenas dimensões. As paredes apresentam sinais de

alisamento, o que poderá ter resultado do contacto directo com o poste. Esta unidade não permite ademais considerações, visto ter sido formada em 1991, aquando da conclusão da intervenção por J. M. Arnaud.

Foi designada U.E. 11 uma mancha de argamassa compacta localizada em H10, junto ao alicerce da ermida. Apresentava nódulos brancos e cerâmicas enquadáveis no século XVI.

A U.E. 12 define-se por um troço de grandes blocos pétreos de forma circular, configurando uma possível estrutura doméstica proto-histórica (Anexo II.4, Fotografia 15). Ainda que esta estrutura tenha sido profundamente afectada por ocupações ulteriores, a proposta avançada pelas responsáveis dos trabalhos, tem por base a ausência de elementos geológicos de grandes dimensões na área central. O diâmetro interno dessa mesma área é de sensivelmente 1m.

Foram individualizadas cinco concentrações de elementos geológicos, designadas U.E. 13A, 13B e 13C, 13D e 13E que, segundo as responsáveis daqueles trabalhos, podem corresponder a buracos de poste dessa mesma estrutura (Anexo II.4, Fotografias 16, 17, 18, 19 e 20). Estes buracos de poste por sua vez, dispõem-se no redor imediato da estrutura pétreo (Anexo III.2, Esquema 3).

A U.E. 15 é uma camada sedimentar heterogénea e arenosa, que comporta alguns nódulos brancos. Esta unidade encontra-se em contacto directo com a camada de desagregação da rocha, equivalente à U.E. 3.

O *Locus 2* situa-se na plataforma inferior, fora dos limites estruturais do edifício religioso, por ser aquele o local escolhido para a implantação da réplica do telégrafo, devido ao amplo domínio visual e pela impossibilidade de colocação no seu local original por interferir com a actual estrutura da ermida (Sousa, A. C., 2007, p. 8).

Esta sondagem, apesar de se encontrar distanciada do edifício da ermida e da zona habitacional (foram edificadas algumas estruturas a fim de albergar as romarias), sofre de uma reduzida potência estratigráfica, característica do local, o que terá resultado na associação de espólio atribuível a vários períodos num mesmo nível, corroborando a inexistência de níveis conservados.

Aí, foi aberta uma área de 2x4m (Anexo II.4, Fotografia 21 e 22), correspondendo às quadrículas L20 e L21 orientadas a Norte-Sul (Sousa, A. C., 2007, p. 11). Desta área, provém apenas 17% da amostra total, correspondendo a 306 peças.

Foram definidas três unidades estratigráficas neste *Locus*. A U.E. 1 corresponde à camada superficial que apresentava um sedimento granulado e alguns elementos geológicos (Sousa, A. C., 2007, p. 15), destacando-se a relativa escassez materiais arqueológicos, reunindo um total de 53 artefactos (18%). A U.E. 2 define-se por uma camada sedimentar amarelada e, à semelhança da U.E. 1, contava com alguma frequência de elementos pétreos. Este nível é considerado pelas responsáveis como o extracto correspondente à ocupação (*Ibidem*), por ser neste onde se concentra a maior percentagem de espólio do *Locus 2* (55% referente a 158 peças). A U.E. 3 seria uma camada de cascalheira na qual já se identifica o substrato basáltico (*Ibidem*). Aqui encontraram-se escassos materiais, mais concretamente 79 peças, que terão migrado para esta camada de base por processos naturais, estando assim descontextualizados. Temos ainda 12 peças de proveniência desconhecida, que, por não apresentarem na sua ficha descritiva nem no inventário a que unidade estratigráfica pertencem foram contabilizados e integram a amostra nessa mesma condição.

A cronologia apontada para os materiais do *Locus 2* remetem para a Idade do Bronze Final, Idade do Ferro e alguns para épocas mais recentes (Moderno/Contemporâneo), distribuindo-se segundo os dados apresentados na Tabela 1.

A partir dos dados expostos, é possível concluir que não existem níveis conservados nas duas áreas. Concretamente no *Locus 1*, verificou-se a presença de materiais modernos em praticamente todos os níveis, situação atestada ainda pela definição de sucessivas camadas de aterros e valas, associadas à construção da ermida manuelina.

Ainda assim, para a U.E. 6B, U.E.12 e U.E.13 é admitida por A. C. Sousa e M. Miranda uma possível associação à ocupação do Bronze Final. Perante essa proposta podemos admitir uma ocupação de conotação doméstica, cronologicamente enquadrável no final da Idade do Bronze, à qual se associam uma lareira, uma base pétrea e cinco buracos de poste. Contudo, não se pode omitir que os níveis associados a estas evidências se encontravam profundamente alterados pelas realidades posteriores, contendo sistematicamente quantidades significativas de materiais claramente mais recentes. A possível existência de uma área de cariz habitacional integrável na fase final da Idade do Bronze pode ser equacionada, sobretudo tendo em consideração alguns dos materiais recolhidos e aqui analisados, contudo a sua confirmação arqueológica só

poderá ocorrer com a realização de futuros trabalhos de campo, preferencialmente em zonas menos afectadas pelas construções mais recentes.

SECTOR	U.E.	INDETERMINADO		BRONZE		FERRO		MODERNO/CONTEMP.		TOTAL	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1	0	11	0,8%	6	0,4%	1	0,1%	30	2,2%	48	3,5%
	1	72	5,2%	72	5,2%	22	1,6%	480	34,9%	646	46,9%
	2	6	0,4%	0	0%	1	0,1%	2	0,1%	9	0,6%
	3	9	0,7%	7	0,5	0	0%	90	6,6%	106	7,8%
	4	2	0,2%	1	0,1%	0	0%	5	0,4%	8	0,7%
	5	26	1,8%	2	0,1%	6	0,4%	216	15,7%	250	18%
	6	51	3,7%	30	2,2%	11	0,8%	145	10,5%	237	17,2%
	6B	13	0,9%	9	0,7%	3	0,2%	2	0,1%	27	1,9%
	7	1	0,1%	0	0%	0	0%	7	0,5%	8	0,6%
	8	1	0,1%	0	0%	0	0%	8	0,6%	8	0,7%
	9	2	0,2%	0	0%	0	0%	3	0,2%	5	0,4%
	10	1	0,1%	0	0%	0	0%	0	0%	1	0,1%
	11	0	0%	0	0%	0	0%	4	0,3%	4	0,3%
	12	0	0%	1	0,1%	0	0%	0	0%	1	0,1%
	13	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
14	2	0,2%	0	0%	1	0,1%	15	1,1%	18	1,4%	
15	0	0%	0	0%	0	0%	1	0,1%	1	0,1%	
TOTAL		197	14,3%	128	9,3%	45	3,3%	1008	73,3%	1377	100%
SECTOR	U.E.	INDETERMINADO		BRONZE		FERRO		MODERNO/CONTEMP.		TOTAL	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
2	0	10	3,2%	3	1%	0	0%	0	0%	13	4,3%
	1	29	9,5%	16	5,2%	0	0%	8	2,6%	53	17,4%
	2	98	32,2%	53	17,3%	2	0,7%	7	2,3%	160	52,4%
	3	43	14,1%	35	11,5%	0	0%	1	0,3%	79	25,9%
TOTAL		180	59%	107	35%	2	0,7%	16	5,2%	305	100%

Tabela 1 - Números e percentagem de materiais por estratos.

4. O Conjunto Artefactual

4.1. Metodologia e Critérios de Análise

Neste capítulo procurámos expor os critérios pelos quais a análise do conjunto artefactual se cingiu, critérios que estão intrinsecamente associados às interpretações e conclusões que pudemos retirar da amostra seleccionada. Esta componente analítica incidiu sobre as diferentes partes morfológicas das peças, bem como a tecnologia inerente à produção das mesmas.

A selecção dos materiais aqui incluídos foi feita com base na observação da totalidade do espólio arqueológico recolhido na Serra do Socorro, entretanto depositado em diversas entidades competentes, concretamente o Museu Nacional de Arqueologia (Lisboa), Museu Municipal Leonel Trindade (Torres Vedras) e o Depósito Oficial de Bens Arqueológicos (Mafra).

O inventário do presente trabalho procurou integrar os espólios associáveis à Idade do Bronze Final, depositados nas distintas instituições mencionadas, tendo-nos sido facultado o inventário integral dos materiais provenientes do Depósito Oficial de Bens Arqueológicos (Mafra). Neste âmbito, expressamos o agradecimento a Marta Miranda e a Ana Catarina Sousa pela disponibilização do mesmo. O espólio das outras duas instituições encontrava-se parcialmente inventariado, tendo sido atribuídos números provisórios que facilitaram a análise neste trabalho.

Através desse contacto directo com os materiais, foi possível individualizar o conjunto que representa na íntegra todo o espólio associável à Idade do Bronze Final, proveniente da Serra do Socorro. Reuniram-se, portanto, os materiais recolhidos por G. Marques e L. Trindade no século passado e no âmbito de trabalhos de prospecção, levados a cabo no local nos anos 2003 e 2006, bem como nas intervenções dirigidas por A. C. Sousa e M. Miranda.

Os fragmentos cerâmicos dominam a amostra aqui em estudo, com um total de 337 peças, seguindo-se a pedra afeiçãoada com dez, a pedra lascada com quatro, dois elementos de pedra polida e os artefactos metálicos, nos quais se incluem três peças de bronze. Para 186 exemplares cerâmicos foi possível estabelecer correspondência com quadros tipológicos previamente elaborados no âmbito de outros estudos.

A este propósito, foram tidos em conta critérios analíticos propostos em trabalhos que se mostram criteriosos, reunindo um conjunto de parâmetros que aqui se entendeu serem pertinentes (Vilaça, 1995; Sousa, A. C., 2010). Assim, a orientação dos bordos foi classificada como sendo direita, invertida ou exvertida. Para a morfologia dos lábios tiveram-se as formas plana, aplanada, biselada, redonda. Os fundos, ou bases, podem ser categorizados como planos, côncavos, convexos ou em *omphalus*.

Quanto à caracterização formal do espólio cerâmico, tivemos por base alguns trabalhos que incidem sobre o mesmo âmbito cronológico, nomeadamente a proposta apresentada por R. Vilaça, para a Beira Interior (Vilaça, 1995), a de J. L. Cardoso em parceria com I. M. da Silva, para o povoado da Tapada da Ajuda (Cardoso e Silva, 2004) e a de C. Oliveira, para o sítio de Castro Marim (Oliveira, 2006). Teve-se ainda em consideração a obra *Pour la normalisation de la description des poteries* (Balfet *et al.*, 1983), com o objectivo de colmatar ambiguidades de conceitos, promovendo uma leitura comparada do conjunto cerâmico em estudo.

Esta abordagem teve como principais objectivos organizar e normalizar morfologias e nomenclaturas, motivo pelo qual optámos por seguir termos e conceitos simples para cada tipo morfológico com base nos estudos já realizados. A morfologia das peças foi neste trabalho identificada por números compreendidos entre um e cinco, correspondendo a cada um deles uma forma específica com uma funcionalidade concreta. Dentro de cada forma foram ainda definidos subgrupos, resultantes da variedade de elementos caracterizadores de cada forma. Estas subcategorias foram por sua vez individualizadas mediante letras.

Deve, contudo, ter-se em consideração que a composição deste conjunto é bastante limitada e que a tipologia apresentada expõe algumas limitações, situação que resulta dos contextos de recolha dos recipientes, maioritariamente de prospecções ou de escavações com um índice de estratos revolvidos bastante elevado. Todavia, esta é susceptível de actualização, integrando novos tipos que surjam num futuro, caso o sítio venha a ser alvo de escavações ou de um eventual projecto de investigação.

O mesmo acontece relativamente aos fabricos. O conjunto, no geral, mostra-se relativamente homogéneo. A análise das pastas foi feita, numa primeira fase, através da observação macroscópica e, numa segunda abordagem, microscópica, com o auxílio de fotografias de 50 e 200 aumentos que permitiram a identificação e caracterização dos elementos-não-plásticos [e.n.p.] e a consequente subdivisão em seis grupos. Esta

divisão segue um conjunto de critérios relacionados com a depuração e textura das pastas, frequência e volumetria de e.n.p., processos de fabrico (ambiente de cozedura) e coloração (tendo sido este último parâmetro tido com a devida reserva já que a cor das peças depende de um conjunto diverso de variantes às quais não temos acesso).

Esta análise permitiu concluir que o conjunto é composto por produções locais, grosseiras, exceptuando raros exemplares de recipientes de menores dimensões, que apresentam um fabrico mais fino e cuidado. A tonalidade das pastas denuncia ambientes de cozedura tendencialmente redutores. No entanto, a variação de cor verificada na superfície de alguns destes recipientes indica que existiu alguma irregularidade no processo, a exposição ao fogo em alguma fase de utilização ou descarte das peças em questão. Esta situação é delatada por diversos vestígios que foram observados, quer nas superfícies dos fragmentos, quer na análise dos núcleos destes. A título de exemplo, não é infrequente que alguns fragmentos apresentem, na superfície externa do recipiente, vestígios que podem ter sido provocados pela exposição ao fogo durante a confecção de alimentos ou por outro tipo de fenómenos pós-deposicionais alheios à sua utilização.

4.2. O Conjunto Cerâmico

A análise do conjunto cerâmico permitiu aferir que as produções atribuíveis ao Bronze Final são de fabrico manual, sendo as produções a torno identificadas pertencentes à Idade do Ferro (mais concretamente à segunda fase deste período), bem como a períodos de época moderna e contemporânea.

O elevado grau de fragmentação das peças, mais evidente nas recolhas realizadas no patamar junto à ermida, onde foram concretizadas as escavações de 2007 e 2008, deve-se à constante movimentação dos solos daquele local, que tem sido ao longo do tempo palco de diversas (re)ocupações. Esta situação adulterou a morfologia original do terreno, assim como aquela que foi adaptada de acordo com os critérios das ocupações antigas. A título de exemplo, devido à construção do acesso que leva actualmente ao topo da Serra, onde se encontra a Ermida, a orografia do terreno alterou-se consideravelmente, afectando-se, inclusive, níveis e estruturas de ocupações proto-históricas. Estes factores antrópicos, aliados aos processos naturais, tiveram como consequência a reduzida dimensão destas peças.

A amostra aqui em estudo é composta por 334 fragmentos cerâmicos, dos quais 261 são bordos, 29 são bojós, 43 são fundos e um fragmento de colo estrangulado de um pote.

Dos 334 fragmentos inventariados foi possível classificar 186, encontrando-se a tabela de formas correspondente apresentada no capítulo 4.2.4.

4.2.1. Fabricos: Dados Gerais

Antes de nos focarmos nos grupos de fabrico, importa realçar alguns aspectos gerais da amostra.

O primeiro ponto a destacar é o facto de serem integralmente produções locais e, assim, as pastas acabam por ser semelhantes às de outros sítios arqueológicos na área da Estremadura, nomeadamente o Cabeço de Alcainça e o Penedo do Lexim (Ponce, 2012, p. 54). Esta situação, se por um lado possibilita equacionar eventuais trocas de produtos a nível local/regional, dificulta consideravelmente apreciações acerca da origem destes. As similares características das pastas das cerâmicas manuais, numa escala regional, é já por si um entrave considerável, pois quando comparadas com as de sítios próximos as diferenças parecem resultar mais de variações de técnicas de cozedura, temperatura alcançada, tipo de arrefecimento, entre outros, processos que dificilmente eram controláveis ao ponto de serem estandardizados.

Ainda assim, note-se que os recipientes de maiores dimensões se apresentam, geralmente, mais porosos e com maior número de desengordurantes, de forma a poderem resistir melhor a altas temperaturas. De facto, quando expostas a fontes de calor as pastas tendem a dilatar, e a maior porosidade confere-lhes maior elasticidade, prevenindo a fractura destas peças. Embora antes tenhamos mencionado processos nos quais era extremamente difícil manter uma regularidade, pelo menos mediante as técnicas então conhecidas, neste caso podemos considerar que o conhecimento tido para o fabrico plástico dos recipientes era já considerável. Efectivamente, este padrão de quanto maior o recipiente, maior a concentração e dimensão das inclusões é algo visível na esmagadora maioria dos sítios de ocupação proto-histórica e mesmo em períodos mais recentes.

O processo de cozedura dependia directamente de 3 variáveis: a temperatura a que são expostas as peças, a atmosfera (oxidante ou redutora) e o intervalo de tempo do processo de cozedura dos materiais (Vilaça, 1995). Como não nos é possível avaliar o

primeiro e último factores, a Arqueologia auxilia-se da análise da atmosfera do processo.

Para o conjunto estudado, o processo de cozedura é maioritariamente redutor por oposição ao verificado para ambientes de cozedura oxidante.

Os elementos-não-plásticos poderiam estar já presentes nas próprias argilas ou serem adicionados intencionalmente de forma a conferir maior resistência e maleabilidade à argila. Relativamente ao calibre e distribuição desses elementos seguimo-nos pela tabela apresentada por Stienstra (1986), que vem sendo constantemente reproduzida, nomeadamente na obra “*Spots before the eyes: New comparison charts for visual percentage estimation in archaeological material.*” (Matthew, Woods e Oliver, 1991, Fig. A4). Desta forma, foram tomados como pequenos os elementos entre 0,5mm a 1mm, médios os que medem entre 1mm e 2mm e os grandes de 3mm ou mais. Optámos por esta tabela classificativa porque, tendo em conta o período em estudo, os elementos-não-plásticos apresentam uma maior discrepância entre si relativamente à sua dimensão podendo variar entre os 0,5mm e os 5mm.

A partir da observação das pastas foi possível identificar alguns elementos ferrosos (pontos laranja/castanho mais escuros). Apenas em algumas peças é evidente a presença de biotite (micas negras mais brilhantes) e moscovite (micas prateadas mais brilhantes). O quartzo surge em todo o conjunto em abundância (elementos brancos e cremes), com excepção do Grupo 4. No geral, estes elementos encontram-se mal calibrados entre si, já que por vezes temos micas grandes e quartzos pequenos e noutros grupos temos a ausência de micas e quartzos maiores. O quartzo domina a amostra e a mica é minoritária, ainda que atinja tamanhos consideráveis e, por isso, possa parecer abundante. Outro ponto a destacar é o facto de não parecer que as areias de quartzo se encontrem muito roladas, sendo estes elementos sub-angulosos a sub-rolados.

4.2.1.1. Grupos de Fabrico

Grupo 1

Neste grupo foi incluído espólio cerâmico cujo ambiente de cozedura foi redutor e o arrefecimento, pelo menos em parte oxidante (Modo A, segundo o que foi estabelecido por Picon (2002). As pastas são bastante homogéneas e compactas.

Subdividiu-se em dois subgrupos devido a algumas diferenças ao nível da compactação das pastas e dos elementos-não-plásticos.

Grupo 1A

Peças que apresentam o núcleo escuro (entre o negro e o cinzento-escuro) e as superfícies com tons relativamente claros, que variam entre o vermelho acastanhado e o laranja. No entanto, alguns fragmentos apresentam a superfície ligeiramente enegrecida, provavelmente devido ao próprio tratamento de superfície. As pastas são bastante homogéneas, sólidas e compactas, ainda que ligeiramente porosas com elementos-não-plásticos de pequenas dimensões e bem distribuídos (10%).

Destacam-se os quartzos, as moscovites e alguns arenitos.



Figura 6 - Fotografia de pormenor: Grupo de Fabrico 1A.

Grupo 1B

Pastas mais homogéneas comparativamente com o subgrupo anterior, de tonalidades que variam entre o vermelho alaranjado e o castanho-escuro. São ligeiramente mais polvorentas e compactas que do Grupo 1A.

Os elementos-não-plásticos são abundantes, bem distribuídos (20%), ainda que pontualmente se encontrem elementos de média/grande dimensão (cerca de 2mm). Destacam-se os quartzos, os elementos ferruginosos e alguma biotite. Neste subgrupo a mica é curiosamente menos abundante que no grupo anterior.



Figura 7 -Fotografia de pormenor: Grupo de Fabrico 1B.

Grupo 2

Neste grupo reuniu-se o material cujo ambiente de cozedura e o processo de arrefecimento se deu em ambiente redutor (Modo B). Assim, as tonalidades são muito homogéneas, englobando diferentes escalas em tons de cinzento podendo mesmo atingir tons negros.

Esporadicamente surgem nuances castanhas nas



Figura 8 - Fotografia de pormenor: Grupo de Fabrico 2.

superfícies. São pastas bastante compactas, homogêneas e ligeiramente polvorentas.

Os elementos-não-plásticos são frequentes, bem distribuídos (10%) e bem calibrados entre si, de pequenas dimensões (1mm), embora pontualmente surjam inclusões de média dimensão (2mm). Predominam os quartzos e as micas. Por terem sofrido um processo de cozedura e arrefecimento em ambiente redutor estas peças, mas sobretudo os elementos-não-plásticos encontram-se muito alterados, tendo dificultado, inclusive, a identificação de alguns deles.

Grupo 3

Os fragmentos cerâmicos que integram este grupo sofreram uma cozedura redutora e arrefecimento irregular. As pastas são de tonalidades negras ou cinzentas escuras e de superfícies avermelhadas ou acastanhadas. São muito porosas, moderadamente homogêneas, sólidas e com frequentes inclusões moderadamente distribuídas (15%) de pequena, média e grande dimensão (1 a 5mm).

Destacam-se os quartzos, o quartzialino, a biotite, os nódulos de argila e, ainda que pouco frequentes, alguns arenitos e algumas moscovites.



Figura 9 -Fotografia de pormenor: Grupo de Fabrico 3.

Grupo 4

Artefactos produzidos em ambientes de cozedura redutora e arrefecimento oxidante (Modo A). As pastas apresentam tonalidades que variam entre o castanho-escuro e o cinzento, com superfícies avermelhadas ou acastanhadas. São peças muito porosas e bastante sólidas e heterogêneas.

Os elementos-não-plásticos encontram-se moderadamente distribuídos (20%) e são de pequena, média e grande dimensão (1 a 5mm). Destacam-se as micas, abundante adição de nódulos de argila e alguns arenitos. Curiosamente o quartzo é muito parco neste grupo.



Figura 10 - Fotografia de pormenor: Grupo de Fabrico 4.

Grupo 5

Definimos ainda um grupo de fabrico de pastas de tonalidades negras, devido à cozedura e arrefecimento redutores (Modo B). As pastas deste grupo são muito



Figura 11 - Fotografia de pormenor: Grupo de Fabrico 5.

compactas, sólidas e bastante homogéneas.

Apresentam geralmente poucos elementos-não-plásticos muito bem distribuídos (10%), de pequenas dimensões (0,5 a 1mm), ainda que, esporadicamente, surjam elementos de médias dimensões. São frequentes as micas e uma quantidade apreciável de argilas adicionadas, aliás, factor marcadamente característico deste grupo. O quartzo surge aqui em número relativamente reduzido.

Grupo 6

Por último, temos um grupo de fabrico cujas pastas apresentam tonalidades alaranjadas claras, geralmente muito porosas. O ambiente de cozedura destas peças foi redutor e o arrefecimento oxidante (Modo A). Os elementos-não-plásticos são frequentes (20%) e estão mal calibrados entre si. Destacam-se neste grupo os quartzos de grandes dimensões, os arenitos, as argilas e as micas prateadas.

4.2.2. Tratamentos de superfície

Os tipos de tratamento de superfície identificados na amostra em estudo não diferem do panorama publicado para outros sítios do Bronze Final. O mais comum, o alisamento, confere um aspecto mais regular ao recipiente através da fricção pouco intensa auxiliada de um material semiduro, como a própria mão ou couro. O polimento é conseguido pela fricção mais intensa da peça com um objecto rijo (ex.: seixo ou osso) na pasta semiseca, conferindo um aspecto brilhante. Por último as peças brunidas sofrem um tratamento em muito idêntico ao processo anterior, mas com maior grau de intensidade e numa fase já adiantada da secagem, conferindo à peça um brilho mais intenso e homogéneo. Se durante este processo houver algum descuido a peça irá apresentar um brilho facetado e os rebordos do instrumento utilizado (Vilaça, 1995, p. 49).

Alguns recipientes do conjunto em estudo parecem ter levado uma aguada, ou um outro tipo de revestimento argiloso, apresentando uma superfície de tons ligeiramente diferentes aos da pasta bem como uns veios muito finos, como se aquela camada superficial estivesse a estalar.

Foram também identificadas superfícies cepilhadas, que resultam da passagem (aparentemente anárquica) de uma escova de material orgânico ou vegetal na pasta ainda fresca. Deste processo resulta uma superfície bastante rugosa com traçados bem marcados. Apesar de alguns autores proporem que se trata de uma técnica decorativa

(Llanos e Vegas, 1974, p. 286; Séronie-Vivien, 1982, p. 49 *apud* Vilaça, 1995, p. 49), na nossa opinião quer-nos parecer que o resultado parece ter um objectivo mais funcional (facilitar o transporte manual destas peças) do que decorativo, visto que os alinhamentos são um pouco caóticos.

Para o conjunto cerâmico total, que integra os que foram classificados e os indeterminados, o tratamento de superfície aplicado na face externa dessas peças é para 78% do conjunto o alisamento, seguido de superfícies polidas com 19%, brunidas 2%, cepilhadas 1% e com aplicação de solução argilosa (aguada), sem expressividade percentual (com apenas um fragmento). Estas percentagens, quando comparadas com as calculadas para a amostra das peças classificadas não diferem muito. As superfícies alisadas continuam a ser o grupo dominante com 75%, as polidas 20%, brunidas 4% e cepilhadas 1%.

No que respeita às superfícies internas, o cenário parece manter-se idêntico. Na amostra total as superfícies alisadas correspondem a 77%, as polidas 20%, as brunidas 7% e aguada 1%. No conjunto dos fragmentos classificados o alisamento é aplicado em 74% das peças, as superfícies polidas são 22%, brunidas 3% e aguada 2%.

Em termos absolutos estes números traduzem o aumento de 1% nos tratamentos de superfícies que conferem impermeabilidade às peças na face interna. Apesar de não ser um aumento muito expressivo, esta impermeabilização das peças, além de poder ter também um papel decorativo (mais evidente quando aplicado na face externa dos recipientes), no caso das superfícies internas responde a uma necessidade funcional dessas mesmas peças, nomeadamente no consumo de líquidos.

Esta variação é comum a outros conjuntos do mesmo âmbito cronológico, tomemos o exemplo do Cabeço de Alcaíça onde, curiosamente, a variação é igualmente de 1% (Ponce, 2012, Gráfico 13 e 14).

4.2.3. Decoração

Ainda que a grande maioria do conjunto cerâmico estudado apresente superfícies lisas, em seis fragmentos foi possível aferir que as superfícies tinham decorações.

Foi identificado apenas um fragmento com decoração de influência “mesetenha” (Cogotas I), um com a superfície penteada e cinco com ornamentação brunida nas respectivas superfícies externas

A primeira corresponde a uma tradição decorativa que terá tido origem na região da Meseta, que se concebe aliás como área cultural desta realidade (Castro-Martínez *et al.*, 1995, p. 65). Esta tendência estilística encontra-se bem documentada na zona do alto e médio Douro, e a montante do Tejo, mas mostra-se escassa nas respectivas áreas estuarinas.

Concretamente na área da Estremadura portuguesa, estas cerâmicas surgem muito pontualmente. Foi documentado na Alcáçova de Santarém um conjunto de 10 fragmentos decorados (Arruda e Sousa, E., 2015, p. 179). Na Gruta do Correio-Mor foi identificada uma peça com decoração “em espiga” no interior do bordo associável à fase “proto-cogotas” (Cardoso, J. L., 2003, p. 255) e, mais recentemente, foi publicado um fragmento, este com decoração impressa, proveniente do Alto dos Cacos em Almeirim (Santarém) (Sousa E., *et al.*, 2016-17, p. 12 e 13).

O único exemplar da Serra do Socorro que podemos associar com segurança a esta realidade apresenta impressões circulares pouco profundas com cerca de 3mm de diâmetro, estas encontram-se por sua vez limitadas acima por uma linha incisa horizontal que separa a decoração ponteadada de uma outra (talvez ponteadada) que, devido à fractura da peça, não conseguimos verificar a sua forma nem extensão (Figura 12).

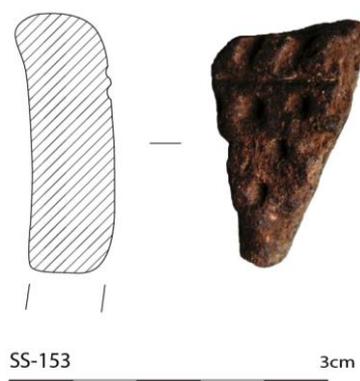


Figura 12 - Fragmento de bojo cerâmico decorado.

Na Quinta da Aramenha (Cartaxo) foram estudados recipientes com decoração maioritariamente ponteadada, cujas linhas se dispõem na horizontal ou são onduladas (Tereso e Ferreira, 2007, Fig. 17 e 18), gramáticas decorativas associáveis também ao mundo de Cogotas I. Curiosamente em nenhum destes locais foi identificado o estilo “boquique”, que terá sido o estilo mais reproduzido fora da área nuclear de Cogotas (*Ibidem*, p. 13, Sousa, E. e Arruda, 2015, p. 184).

Por último temos um fragmento de bojo que parece ter sofrido uma passagem de um instrumento com “dentes”, provavelmente um pente, visto o resultado ser composto por uma série de caneluras que apresentam medidas estandardizadas entre si. Essa passagem foi realizada antes do processo de cozedura, visto que a coloração da superfície da peça é homogénea. Infelizmente conservou-se uma pequena parte do que

seria o recipiente original, assim que não nos permitimos alongar em mais considerações acerca do mesmo.

A cerâmica decorada com ornatos brunidos foi inicialmente identificada por Eduardo da Cunha Serrão, em 1956, no interior de uma gruta, no sítio arqueológico da Lapa do Fumo (Sesimbra).

Consiste numa técnica decorativa que não resulta de pintura. Estas peças são alvo de um tratamento de superfície cuidadoso. São primeiro alisadas, depois alvo de um polimento intensivo (brunidas) e, por vezes, levam ainda uma aguada. Desliza-se depois um objecto de ponta romba sobre a peça antes da cozedura final. O resultado apresenta então traços, de brilho acetinado e de padrões mais escuros que a superfície da peça (Cardoso, J. L., 1997-98a). Com base nos materiais identificados foram diferenciadas duas modalidades de decorações: faixas e sulcos. Estes são resultado de uma aplicação com maior pressão, sendo possível ao tacto sentir a diferença de nivelamento entre as linhas e o resto da peça, enquanto no caso das faixas a peça apresenta uma superfície lisa (Almeida, 2014).

A presença desta cerâmica é um indicador cronológico do Bronze Final, no entanto, encontra-se ausente de sítios da fase inicial deste período, concretamente na Tapada da Ajuda (Cardoso, J. L., 2004a, p. 178), remetendo assim para uma fase mais adiantada do Bronze Final. Esta decoração manteve-se nos repertórios artefactuais até à introdução de produções de torno rápido orientais, no século VIII a.C. em cronologia tradicional, convivendo com esta durante algum tempo (Cardoso, J. L., 2003; Arruda, 2005, p. 298).

Durante o Bronze Final, surge tendencialmente em sítios de altura, mas foram identificados fragmentos em diversos contextos, nomeadamente povoados implantados a baixa altimetria, grutas e reocupações de antigos monumentos funerários.

Quanto à sua dispersão geográfica, parece concentrar-se ao longo dos eixos fluviais do Rio Tejo (e seus afluentes), Sado e Guadiana. O facto de estas cerâmicas terem sido transportadas ao longo dessas linhas fluviais levou a que a sua distribuição

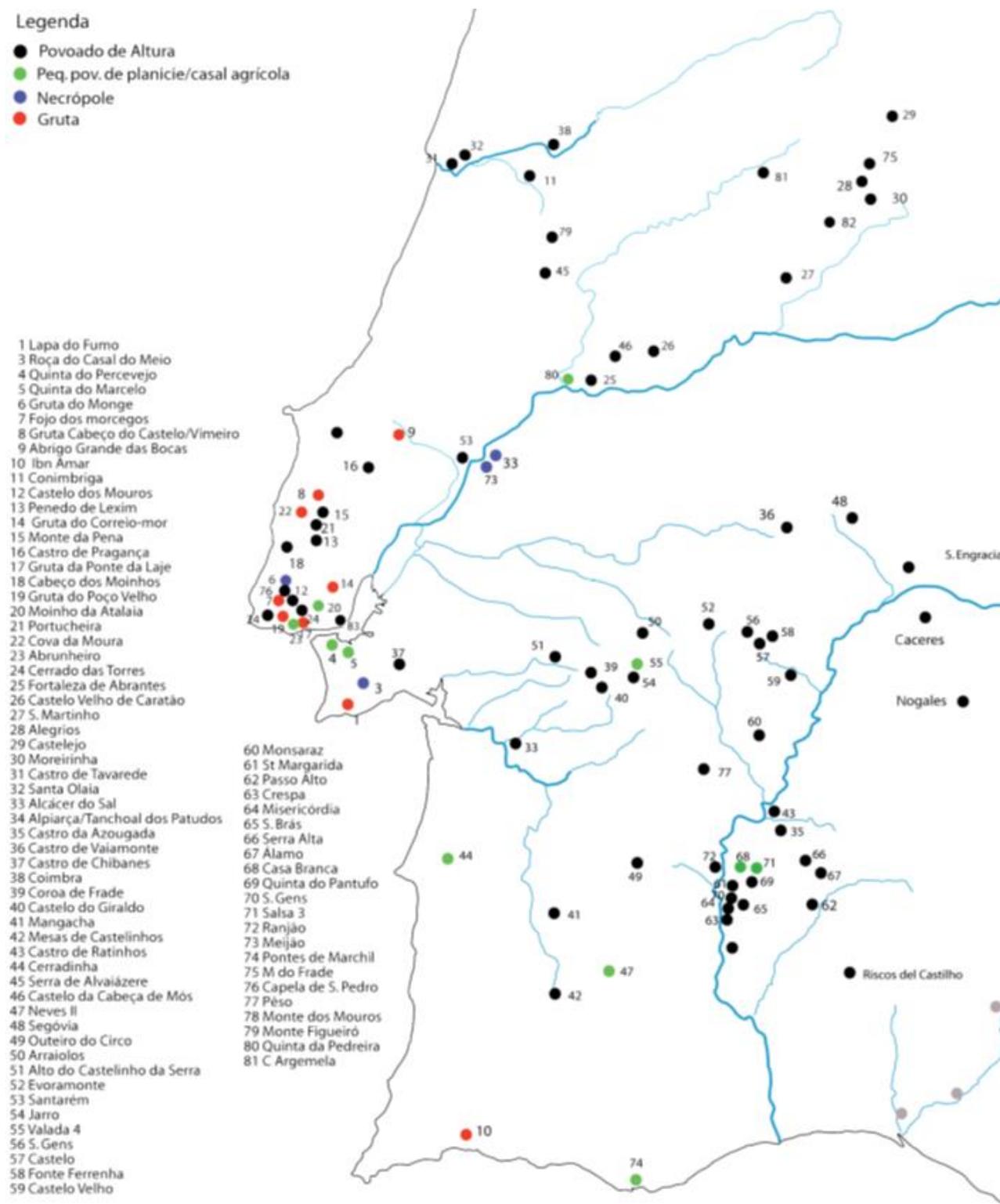


Figura 13 - Contextos de recolha de cerâmica com ornatos brunidos em território nacional (Almeida, 2014, Fig. 2).

além de se concentrar em grande parte na zona da Estremadura, terá também tido algum protagonismo nos conjuntos recolhidos no Alentejo, zona onde se verifica uma maior influência da tradição andaluza, comparativamente com a área em estudo.

No que refere a cronologias, tem vindo a ser apontada na bibliografia uma associação destas cerâmicas a “elites” na fase mais avançada do Bronze Final, concretamente nos séculos XI-IX a.C. (Cardoso, J. L., 1999-2000). No entanto, as escavações levadas a cabo na zona da Beira Interior (que chegou a ser considerada uma área marginal das cerâmicas de ornatos brunidos) permitiram recuar essas datas para o século XII a.C. com base na análise contextual dos materiais (Vilaça, 1995, p. 372-375).

Segundo o cenário que pauta na Figura 13, vemos que a distribuição das cerâmicas de ornatos brunidos se concentra principalmente em sítios de altura, parecendo comprovar-se a ideia de associação destas cerâmicas a elites que habitavam zonas proeminentes na paisagem. No entanto, cada vez mais novos dados sugerem que estas cerâmicas cuidadas estão também presentes nos povoados de planície desprovidos de dispositivos defensivos (sejam naturais ou artificiais). São exemplos os sítios da Quinta do Percevejo em Almada (Barros e Espírito Santo, 1991), a Quinta do Marcelo (Barros, 1998) e a Rua das Alcássimas em Oeiras (Cardoso, J. L., 2016-17), sublinhando-se aqui a transversalidade de ocorrências destas cerâmicas a modelos de implantação distintos, incluindo ainda contextos de gruta (Almeida, 2014, p. 131).

Para o território nacional foram identificadas diferenças estilísticas que se traduziram na categorização em subgrupos apresentados no trabalho “*Estilos e tendências na cerâmica de ornatos brunidos do sudoeste peninsular*” (Almeida, 2014). Neste trabalho a autora distingue 4 grupos decorativos. O primeiro que poderá corresponder a uma fase introdutória da adopção desta técnica decorativa, por ser mais simples, designado de “Grupo Elementar” (ou tipo “Alpiarça”). Predominam neste conjunto as formas fechadas altas. As decorações consistem em motivos simples, limitados em faixas sobre o colo ou ombro da peça. Deste estilo são conhecidos materiais de Cabeço dos Moinhos, Monte da Pena, Roça do Casal do Meio, Quinta do Percevejo e Penedo do Lexim (Almeida, 2014).

As de tipo “Lapa do Fumo” foram identificadas em local homónimo por Eduardo da Cunha Serrão, como mencionado acima. Este estilo identifica-se com o que conhecemos por Barroco devido ao facto de as decorações estarem presentes em toda a superfície externa da peça. É o estilo decorativo de *Ornatos Brunidos* mais complexo e

de melhor qualidade de fabrico, apresentando-se mais cuidado que os outros grupos. As decorações são compostas com motivos “estruturantes” (como triângulos, losangos, linhas em ziguezague e faixas), que são depois preenchidos no seu interior por traços mais finos ou largos, feixes, reticulados, entrançados e espinhas (*Ibidem*).

Conviveram com estas em muito menor quantidade peças com decoração em ambas as faces designadas de “Estilo Misto” (Vilaça, 1995; Soares, 2005; Almeida, 2014). Por último, foram também registadas em território nacional materiais de influência andaluza com decorações exclusivamente na superfície interior (Almeida, 2014).

No sítio da Serra do Socorro foram identificados cinco fragmentos com decorações brunidas, no entanto a superfície de três bojos encontra-se muito desgastada e por isso a reprodução das decorações originais foi impossibilitada. Relativamente aos outros dois, o primeiro corresponde a um bojo côncavo de um grande recipiente que apresenta um padrão de linhas paralelas verticais limitadas por uma série de bandas oblíquas avermelhadas, inclinadas para a direita. Estas bandas poderão tratar-se de triângulos que no interior teriam as tais linhas verticais, mas por só termos acesso a uma parte da peça não se pode confirmar. A sua tipologia poderá inserir-se nas cerâmicas tipo “Lapa do Fumo”.

A segunda peça é uma taça carenada da colecção do Museu Nacional de Arqueologia (SOS.001) e apresenta uma gramática decorativa mais complexa na face externa do recipiente (Figura 14).

O bojo do recipiente apresenta linhas estruturantes que parecem formar molduras preenchidas com motivos decorativos diversos (em X, linhas oblíquas e em ziguezague), no interior dessa dita “moldura” temos três faixas preenchidas por cruces, motivos em ziguezague e em espiga (de baixo para cima). Entre essa última faixa até sensivelmente à zona da carena a peça apresenta um reticulado que se vai desvanecendo sem que se perceba quando terminaria originalmente a decoração.

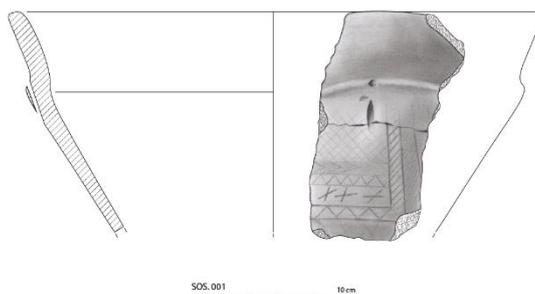


Figura 14 - Taça carenada decorada com ornatos brunidos.

4.2.4. Caracterização Tipológica e Funcionalidade dos Recipientes

Cerâmicos

Apresenta-se neste capítulo a tabela de formas dos recipientes cerâmicos identificados no sítio da Serra do Socorro atribuíveis à ocupação durante o Bronze Final (Anexo VI, Tabela 1). Deve, contudo, assumir-se desde já que esta atribuição cronológica tem por base a análise tipológica dos recipientes aqui estudados e os escassos dados disponíveis sobre a ocupação proto-histórica desta estação arqueológica, nos quais não consta nenhum artefacto seguramente associável a uma ocupação do período orientalizante. As características morfológicas do conjunto presentemente estudado, indicam, assim, uma elevada probabilidade da sua integração na fase final da Idade do Bronze.

A classificação tipológica do conjunto teve por base quadros formais expostos por outros autores (Vilaça, 1995; Cardoso J. L., e Silva, 2004; Oliveira, 2006) que apresentam paralelismos evidentes com os materiais aqui em estudo. Apoiamo-nos ainda nos critérios estabelecidos pelos investigadores do Museu do Homem para a descrição e normalização de nomenclaturas (Balfet *et al.*, 1983).

O processo de classificação foi feito com base na morfologia e orientação dos bordos já que, como foi dito anteriormente, o conjunto se encontra, no geral, muito fragmentado. Ainda assim, alguns recipientes conservam ainda a zona do bojo, destacando-se aqui as formas carenadas para as quais a atribuição tipológica é mais evidente, mesmo quando estamos perante um fragmento da parede. Alguns dos recipientes de forma fechada (potes) apresentam ainda a zona do colo associado ao bordo, fornecendo uma leitura mais clara do recipiente, o que nos permitiu uma correspondência mais objectiva com os quadros tipológicos previamente estabelecidos.

Esta correspondência foi feita não só com base nos critérios morfológicos das peças como teve também em consideração a funcionalidade das mesmas.

1.TIGELAS

Foram contabilizados 23 fragmentos de tigelas que se encontram agrupados em três variantes distintas e que tiveram por base a morfologia dos recipientes.

O primeiro grupo que aqui se apresenta corresponde à variante **1.A**. (Anexo IV, Estampa 1). São cinco recipientes abertos de perfil hemisférico, paredes arqueadas e diâmetros compreendidos entre 23 e 36cm.

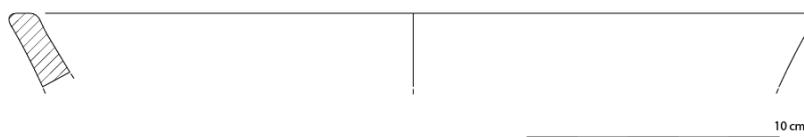


As pastas são homogêneas e compactas com elementos desengordurantes de pequenas dimensões. Foram expostas a um ambiente de cozedura reductor, correspondendo três fragmentos ao grupo de fabrico 1A. Os restantes correspondem ao grupo 3, sendo, portanto, recipientes mais porosos, sólidos e com inclusões de dimensões irregulares.

No que respeita ao tratamento de superfícies, dois dos exemplares parecem ter sido alvos de polimento. Os outros três parecem não ter sofrido nenhum tratamento mais cuidado, tendo sido a superfície apenas regularizada (alisamento).

Esta forma encontra-se documentada noutros contextos de Bronze Final, nomeadamente no Castelo dos Mouros (Cardoso, J. L., 1997-98a), no Cabeço de Alcainça (Ponce, 2012), Alcáçova de Santarém (Arruda e Sousa, E., 2015), na Rua das Alcássimas (Cardoso, J. L., 2016-17), na Tapada da Ajuda (Cardoso, J. L. e Silva, 2004) e na Quinta Nova de Santo António (Neto *et al.*, 2013).

O segundo grupo (**1.B**) constitui a variante maioritária da forma 1 com 12 recipientes abertos, profundos, de parede rectas e perfil troncocónico (Anexo IV, Estampa 2). Os diâmetros de abertura são compreendidos entre os 16 e 40cm, estando de acordo com as medidas apresentadas na proposta elaborada pelos autores do Museu do Homem (Balfet *et al.*, 1983). Esta variante apresenta uma correspondência formal com o Grupo 3, distinguindo-se daquele pela dimensão e, consequentemente, pela funcionalidade.



Estes recipientes, pela configuração própria, seriam multifuncionais, podendo ser utilizados quer na confecção dos alimentos, quer no consumo (individual ou colectivo) (Oliveira, 2006, p. 45).

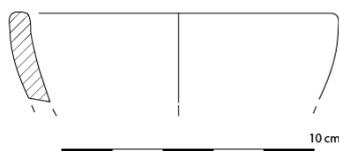
Quanto ao fabrico, esta forma apresenta uma certa ambiguidade, não permitindo considerações relevantes a esse respeito.

O tratamento de superfície maioritário neste grupo é o alisamento seguido das superfícies polidas, com 3 fragmentos.

Esta forma encontra-se geralmente bem representada nos sítios com ocupação durante o Bronze Final. Foi identificada no sítio da Tapada da Ajuda (Cardoso J. L. e Silva, 2004, p. 249 e 250), da Alcáçova de Santarém (Arruda e Sousa, E., 2015, Fig. 7), do Castelo dos Mouros (Cardoso, J. L., 1997-98a, Fig. 9, n.º 7, da Fig. 11, n.º 3 e da Fig. 13, n.º 13.), da Rua das Alcássimas no Centro Histórico de Oeiras (Cardoso, J. L., 2016-17, p. 543-544), da Gruta do Correio-Mor (Cardoso, J. L., 2003, p. 256), do Castelo da Amoreira (Boaventura, Pimenta e Valles, 2013), do Cabeço de Alcaíça (Ponce, 2012) e do Abrunheiro (Cardoso, J. L., 2010-11a, p. 64)

Pela sua multifuncionalidade e processo de fabrico, relativamente simples, esta é uma forma muito frequente em contextos das mais variadas cronologias, quer anteriores quer posteriores.

A variante **1.C** corresponde a pequenas tigelas em calote cujos diâmetros não ultrapassam os 13cm (Anexo IV, Estampa 1). Quatro sofreram tratamentos de impermeabilização no interior das peças (três polidos e um levou uma solução argilosa ou aguada), o que indica uma possível utilização no consumo individual de líquidos. Quanto ao fabrico predomina a associação ao modo 1A com pastas homogéneas e bem depuradas com elementos não plásticos de pequenas dimensões frequentes, cozidos em ambiente redutor tendo sofrido um arrefecimento oxidante, conferindo a estas peças um tom cinzento no interior e alaranjado no exterior bem visível nas zonas de fractura.



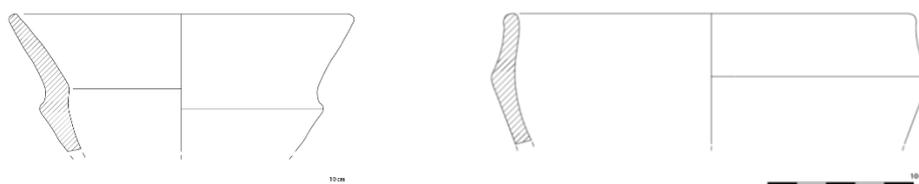
Esta variante encontra paralelos nos sítios do Cabeço de Alcaíça (Ponce, 2012), no Castro do Amaral (Pimenta e Mendes, 2010-11), na Alcáçova de Santarém (Arruda e

Sousa, E., 2015), na Tapada da Ajuda (Cardoso, J. L. e Silva, 2004), no Abrunheiro (Cardoso, J. L., 2010-11a) e na Rua das Alcássimas (Cardoso, J. L., 2016-17).

2. TAÇAS CARENADAS

O grupo morfo-funcional das taças carenadas reuniu um total de 39 bordos e 17 bojos. A classificação morfológica dos bordos resultou na subdivisão em cinco variantes patentes nas linhas que se seguem.

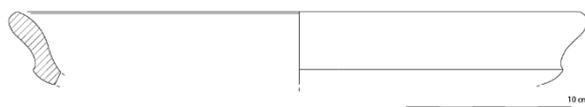
O primeiro grupo, **2.A** (Anexo IV, Estampa 3 e 4), corresponde a 15 bordos de carena média que tendem a desenvolver-se na vertical. O diâmetro médio destes recipientes é de 23cm. O subgrupo 2.A.1 remete para carenas de ombro (apresentam uma protuberância no bojo mantendo sensivelmente a mesma orientação desde o bordo ate à base) e as 2.A.2, carena simples (a carena marca uma mudança na inclinação da parede).



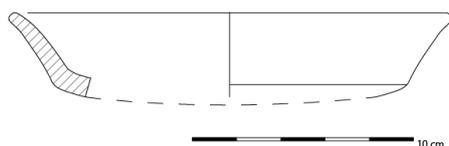
Os fabricos remetem para os grupos 1 e 2 (sendo o mais representativo o grupo 2), são, portanto, pastas homogéneas, bem depuradas e sólidas com frequentes elementos-não-plásticos de dimensões reduzidas e bem calibrados entre si. No que respeita ao tratamento de superfície aplicado, sete recipientes foram polidos, sete alisados e apenas um foi brunido. Vemos, portanto, que mais de metade do conjunto sofreu um tratamento cuidado que lhes conferiu impermeabilização. A presença destas taças, mais concretamente a variante tida aqui em consideração, é característica desta fase, tendo sido registada no Cabeço de Alcaíça (Ponce, 2012), Castelo dos Mouros (Cardoso, J. L., 1997-98a), Castelo da Amoreira (Boaventura, Pimenta e Valles, 2013), Castro do Amaral (Pimenta e Mendes, 2010-11), Alcáçova de Santarém (Arruda e Sousa, E., 2015), Penha Verde (Cardoso, J. L., 2010-11b), Tapada da Ajuda (Cardoso, J. L. e Silva, 2004), Praça da Figueira (Silva, 2013), Quinta Nova de Santo António (Neto *et al.*, 2013,), Abrunheiro (Cardoso, J. L., 2010-11a), Gruta do Correio-Mor (Cardoso, J. L., 2003), Moita da Ladra (Monteiro e Pereira, 2013), Rua das Alcássimas (Cardoso, J. L., 2016-17) e Cabeço do Mouro (Cardoso, J. L., 2006).

O subgrupo **2.B** corresponde a formas com carena de ombro. Os recipientes desta variante distinguem-se do grupo anterior por serem mais abertos, com bordos exvertidos e espessados internamente. (Anexo IV, Estampa 5). Os diâmetros são compreendidos entre os 14 e os 38cm, o modo de fabrico remete para o grupo 1 (A e B) e apenas um para o grupo 2.

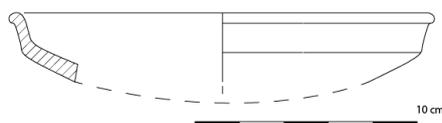
Foi possível identificar recipientes análogos nos sítios da Tapada da Ajuda (Cardoso, J. L. e Silva, 2004), no Abrunheiro (Cardoso, J. L., 2010-11a) e Rua das Alcássimas (Cardoso, J. L., 2016-17). Esta é a forma identificada na Serra do Socorro que surge mais esporadicamente na área da Estremadura em contextos contemporâneos à ocupação durante o Bronze Final.



O único fragmento da forma **2.C** é uma taça de carena simples, baixa, e parede oblíqua cujo fundo seria aplanado. (Anexo IV, Estampa 6). O diâmetro é de 20cm, a superfície foi alisada e o modo de fabrico corresponde ao grupo 1A. Foi documentada na Alcáçova de Santarém (Arruda e Sousa, E., 2015), na Tapada da Ajuda (Cardoso, J. L. e Silva, 2004), na Quinta Nova de Santo António (Neto *et al.*, 2013), na Gruta do Correio-Mor (Cardoso, J. L., 2003) e na Rua das Alcássimas (Cardoso, J. L., 2016-17).



As duas taças **2.D** têm paredes verticais e o bordo exvertido de secção arredondada (Anexo IV, Estampa 6). Os diâmetros de abertura são de 17 e 34cm e as pastas bem depuradas, homogéneas e sólidas, distinguindo-se uma da outra pelo processo de cozedura e arrefecimento. As superfícies foram alisadas em ambas as faces, não ostentando nenhum tratamento de superfície cuidado que lhes conferisse impermeabilização. Foi documentada no Cabeço do Mouro (Cardoso, J. L., 2006), na



Rua das Alcássimas (Cardoso, J. L., 2016-17), na Praça da Figueira (Silva, 2013) e na Tapada da Ajuda (Cardoso, J. L. e Silva, 2004).

A variante **2.E** é representada por duas taças de perfil suave, com uma carena muito ténue (Anexo IV, Estampa 6). Têm diâmetros de 23 e 30cm e o tratamento de superfície aplicado é igual ao da variante D. Para um dos exemplares o fabrico remete para o Grupo 4, ou seja, o processo de cozedura corresponde ao Modo A, a pasta é heterogénea muito porosa e bastante sólida. A pasta do outro fragmento apresenta tons alaranjados, é também muito porosa e com elementos-não-plásticos de dimensões variadas (Grupo 6). Estas taças têm correspondência com os recolhidos na Quinta Nova de Santo António (Neto *et al.*, 2013), no Abrunheiro (Cardoso, J. L., 2010-11a), na Gruta do Correio-Mor (Cardoso, J. L., 2003), na Rua das Alcássimas (Cardoso, J. L., 2016-17) e na Tapada da Ajuda (Cardoso, J. L. e Silva, 2004).

Foram ainda tidos no grupo das taças carenadas 12 bordos cujas morfologias são semelhantes a outros deste grupo morfo-funcional mas cuja fractura se deu acima da carena, estando portanto esta parte ausente dos seus perfis. Além desses, e por oposição, foram contabilizados 16 bojos que por só apresentarem a parte da carena também não nos foi possível determinar a morfologia original, mas que se incluem indiscutivelmente neste grupo.



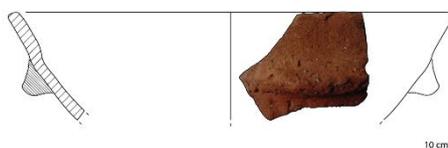
3. GRANDES RECIPIENTES

O grupo 3 foi definido com base nas dimensões de abertura dos bordos dos recipientes. Esta divisão pretendeu seguir os critérios apresentados pelos autores do Museu do Homem, que admitem para os recipientes abertos com diâmetros a partir dos 40cm a designação de “Bassin” (Balfet *et al.*, 1983, p. 13), tendo sido a nomenclatura “Bacias/Alguidares” também adoptada por C. Oliveira no seu trabalho acerca dos níveis do Bronze Final de Castro Marim (Oliveira, 2006, p. 44).

Reúne-se assim neste grupo recipientes abertos com diâmetros que ultrapassam os 40cm, cujo modo de fabrico para 50% das peças corresponde ao grupo 3 (seis peças).

Apresentam pastas muito porosas e sólidas, com frequentes inclusões de dimensões variadas, cozidas em ambiente redutor. Quatro peças correspondem ao fabrico 2 e duas ao grupo 4.

Foram identificados 12 fragmentos de bordos integráveis nesta forma, divididos por quatro subgrupos morfologicamente distintos. O grupo **3.A** remete para apenas um recipiente que aqui foi individualizado por apresentar uma carena suave no bojo associada a um elemento de prensão alongado na horizontal (Anexo IV, Estampa 8). Estes vasos encontram paralelos com peças identificadas na Tapada da Ajuda (Cardoso, J. L. e Silva, 2004) e na Gruta do Correio-Mor (Cardoso, J. L., 2003)



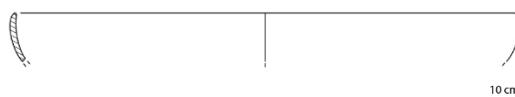
A subforma **3.B** reúne quatro vasos de perfil troncocónico, podendo o bordo ser mais oblíquo ou direito (Anexo IV, Estampa 8). Esta variante apresenta correspondência morfológica com exemplares recolhidos na Gruta do Correio-Mor (Cardoso, J. L., 2003) e no sítio arqueológico de Cabeço do Mouro (Cardoso, J. L., 2006).



A terceira variante, **3.C**, é composta por cinco peças cujos bordos apresentam lábios aplanados e as paredes são de tendência vertical (Anexo IV, Estampa 8). Foram identificados recipientes morfologicamente análogos na Praça da Figueira (Silva, 2013) e no Cabeço do Mouro (Cardoso, J. L., 2006).



Por último, os recipientes **3.D**, são dois recipientes de perfil hemisférico com bordos reentrantes e lábios arredondados (Anexo IV, Estampa 8). Esta variante não encontrou paralelos noutros sítios com ocupação do Bronze Final na área da Estremadura portuguesa.



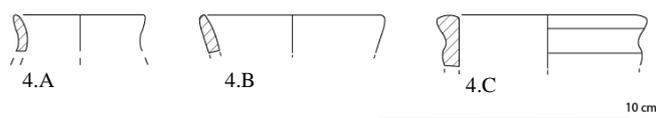
Apenas dois fragmentos apresentam superfícies internas polidas, conferindo-lhes maior grau de impermeabilidade. Os outros exemplares foram alvos de um alisamento para regularização das suas superfícies.

Estes grandes recipientes, cujo fabrico é grosseiro (grupos 2, 3 e 4), comparativamente à forma 1, diferem também daquelas pela sua funcionalidade, sendo comumente associadas à confecção de alimentos, à higiene ou ainda para armazenagem de produtos (Oliveira, 2006, p. 44).

4. PEQUENOS POTES/ COPOS

Este grupo morfológico define pequenos recipientes, com diâmetros de 7 e 10cm de abertura. As suas paredes são finas e o fabrico cuidado. De notar que três dos seis fragmentos apresentam superfícies brunidas e um outro foi polido. Este investimento na produção dos recipientes, aliado ainda ao facto de o próprio tratamento de superfície lhes conferir maior impermeabilidade parece indicar que foram utilizados para o consumo de líquidos.

Para estes pequenos recipientes é-nos difícil aferir qual a sua morfologia original devido ao elevado grau de fragmentação dos mesmos, o que advém também da maior fragilidade das suas paredes. Ainda assim, identificamos três variantes: a primeira **4.A** são potinhos de corpo globular, os recipientes **4.B** são de paredes verticais e por fim a variante **4. C** que define aqui uma peça que apresenta um sulco horizontal na parede (Anexo IV, Estampa 9).



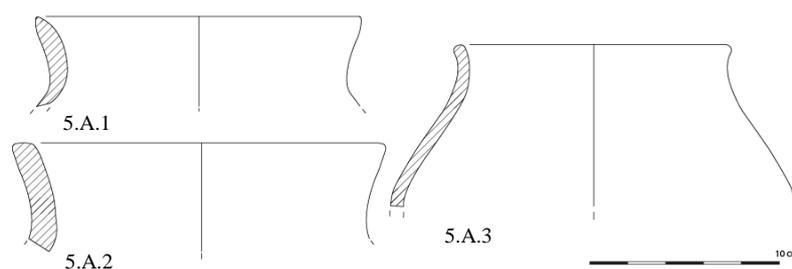
Estes pequenos recipientes surgem com menor frequência em relação às formas anteriores. A primeira variante foi identificada na Alcáçova de Santarém (Arruda e Sousa, E., 2015), Tapada da Ajuda (Cardoso, J. L. e Silva, 2004), Praça da Figueira (Silva, 2013 e na Rua das Alcássimas (Cardoso, J. L., 2016-17). Os recipientes 4.B encontram paralelos na Alcáçova de Santarém (Arruda e Sousa, E., 2015) e na Rua das Alcássimas (Cardoso, J. L., 2016-17). Para a última variante, que apresenta uma canelura, não identificámos nenhum recipiente análogo.

5. POTES

Este grupo reúne 32 recipientes de grande capacidade que, apesar de morfologicamente distintos, parecem ter cumprido sobretudo duas funções em âmbitos domésticos: confecção de alimentos e armazenagem.

Foi possível diferenciar seis subgrupos com base nas características morfológicas dos bordos, sendo que para alguns grupos os recipientes apresentam colo com estrangulamento bem pronunciado e noutros as paredes são direitas, podendo o seu grau de abertura variar.

O primeiro subgrupo, **5.A.**, reúne sete recipientes que apresentam colo estrangulado bem pronunciado, sendo comumente designados de “potes de perfil em S” (Anexo IV, Estampa 10). Através da inclinação da parede parece-nos provável que o corpo destes recipientes fosse de tendência globular. Três dos fragmentos apresentam o lábio duplamente biselado (5.A.1), outros dois exemplares são dotados de lábios planos (5.A.2), a terceira variante (5.A.3) distingue-se pelo lábio redondo. O diâmetro máximo destes potes é de 14cm.



Relativamente ao tratamento de superfície aplicado a estes recipientes domina o alisamento, duas peças apresentam-se brunidas no exterior, e no que respeita às faces internas três fragmentos encontram-se polidos e um brunido, isto traduz-se numa preocupação com a impermeabilização destes recipientes, pelo menos no que respeita a 57% do conjunto. O modo de fabrico corresponde na mesma percentagem ao grupo 1A.

Esta forma encontra paralelos nos sítios do Cabeço de Alcainça (Ponce, 2012), Castelo dos Mouros (Cardoso, J. L., 1997-98a), Tapada da Ajuda (Cardoso, J. L. e Silva, 2004), Castro do Amaral (Pimenta e Mendes, 2010-11), Gruta do Correio-Mor (Cardoso, J. L., 2003), Rua das Alcássimas (Cardoso, J. L., 2016-17), Alcáçova de Santarém (Arruda e Sousa, E., 2015), Praça da Figueira (Silva, 2013), Abrunheiro (Cardoso, J. L., 2010-11a) e Cabeço do Mouro (Cardoso, J. L., 2006).

A forma **5.B.** remete para quatro bordos de potes de colo alto e bordo exvertido com diâmetros que variam entre os 14,5 e os 26 cm (Anexo IV, Estampa 11).

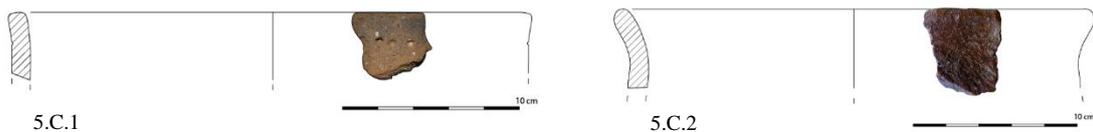


Relativamente ao fabrico, apenas um dos exemplares foi alvo de um tratamento de superfície mais cuidado, encontrando-se a sua superfície polida. Importa ainda referir que o fragmento SOS.059 por apresentar um diâmetro mais reduzido (14,5cm) em relação ao resto dos recipientes que compõem esta variante, que ultrapassam sempre os 20cm, não seria improvável que tivesse sido utilizado no serviço de líquidos (jarro?).

Foram identificados potes semelhantes na Alcáçova de Santarém (Arruda e Sousa, E., 2015), Penha Verde (Cardoso, J. L., 2010-11b), Abrunheiro (Cardoso, J. L., 2010-11a), Gruta do Correio-Mor (Cardoso, J. L., 2003) e Rua das Alcássimas (Cardoso, J. L., 2016-17).

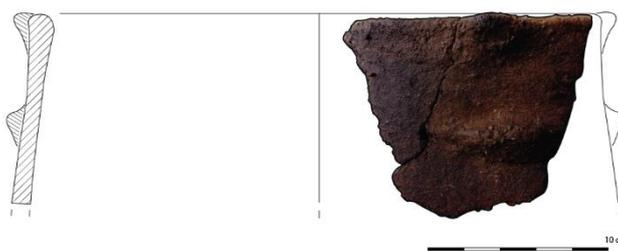
Os 16 potes da forma **5.C.** são dotados de paredes rectas que parecem desenvolver-se na vertical. Nesta categoria distingue-se as variantes 5.C.1, de bordos verticais (Anexo IV, Estampa 12), e a variante 5.C.2, de bordos exvertidos (Anexo IV, Estampa 13).

Os fabricos são variados, podendo alguns fragmentos corresponder a pastas bem depuradas e com elementos-não-plásticos de pequenas dimensões e bem calibrados entre si, ao contrário de outros, cujas pastas são mais grosseiras. Ainda assim, 50% dos potes 5.C correspondem ao grupo de fabrico 1A. Os diâmetros destes recipientes não ultrapassam os 36cm. Alguns são dotados de elementos de prensão e, apenas um, apresenta uma linha de impressões em redor da peça paralela à linha do bordo. 12 destes bordos foram alisados e três têm superfícies polidas. Foi ainda identificado um bordo da variante 5.C.2 cuja parede se apresenta cepilhada, é o único fragmento classificável com esta característica no conjunto estudado, sendo o outro um bojo inclassificável.



Esta forma é relativamente frequente para ocupações sincrónicas, estando presente no Castelo dos Mouros (Cardoso, J. L., 1997-98a), Castelo da Amoreira (Boaventura, Pimenta e Valles, 2013), Castro do Amaral (Pimenta e Mendes, 2010-11), Cabeço do Mouro (Cardoso, J. L., 2006), Alcáçova de Santarém (Arruda e Sousa, E., 2015), Praça da Figueira (Silva, 2013), Quinta Nova de Santo António (Neto *et al.*, 2013), Abrunheiro (Cardoso, J. L., 2010-11a), Gruta do Correio-Mor (Cardoso, J. L., 2003), Moita da Ladra (Monteiro e Pereira, 2013), Tapada da Ajuda (Cardoso J. L. e Silva, 2004) e Rua das Alcássimas (Cardoso, J. L., 2016-17).

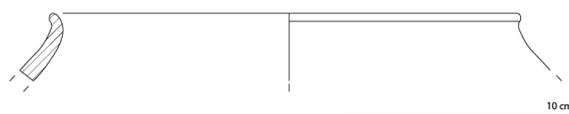
O subgrupo **5.D.** reúne 17 vasos de paredes subverticais, fechadas e tendência ovóide (Anexo IV, Estampa 14). O diâmetro máximo registado é de 36cm. A sua distribuição pelos fabricos diferenciados não é significativa, tendo sido identificados todos os grupos comentados no capítulo 4.2.1.1., sem que se possa destacar nenhuma recorrência em particular. Relativamente a tratamentos de superfície, 76% desta variante foi alisada e 24% polida em ambas as faces.



Foram identificados recipientes análogos no Castelo dos Mouros (Cardoso, J. L., 1997-98a), na Alcáçova de Santarém (Arruda e Sousa, E., 2015), Penha Verde (Cardoso, J. L., 2010-11b), Tapada da Ajuda (Cardoso J. L. e Silva, 2004), Praça da Figueira (Silva, 2013), Quinta Nova de Santo António (Neto *et al.*, 2013), Abrunheiro (Cardoso, J. L., 2010-11a) e Gruta do Correio-Mor (Cardoso, J. L., 2003).

A variante **5.E** remete para potes de tendência globular de paredes subverticais à semelhança do que sucede no grupo 5.D, mas o bordo destes é curto e exvertido (Anexo IV, Estampa 15). Foram aqui incluídos apenas dois fragmentos com diâmetros de abertura de 22 e 31cm e ambos com superfícies alisadas.

Esta forma encontra paralelos em Santarém (Arruda e Sousa, E., 2015), Alto dos Cacos (Sousa, E. *et al.*, 2016-17) e na Tapada da Ajuda (Cardoso J. L. e Silva, 2013).

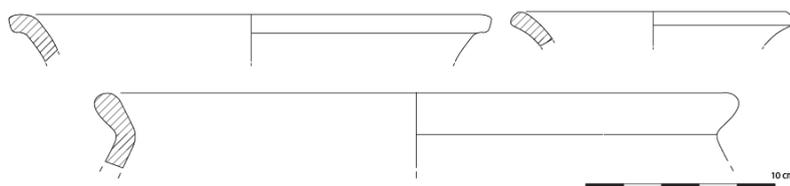


Relativamente à variante **5.F**, foi possível identificar 33 fragmentos de bordos de potes fechados, também comumente designados de esféricos ou globulares, geralmente associados à armazenagem, mas que podem ter sido também utilizados para a confecção de alimentos. Este grupo reúne recipientes com diâmetros de abertura do bordo variados, sendo o de menores dimensões de 12cm e o maior de 37cm. Foram identificados todos os seis grupos de fabrico neste subgrupo morfológico, sobressaindo, ainda assim, a predominância do fabrico 3, pastas porosas muito sólidas e cozidas em ambiente redutor. À semelhança do que sucede com as formas descritas acima, este grupo foi também subdividido com base na morfologia dos bordos, sendo a variante 5.F.1 correspondente a lábios planos (Anexo IV, Estampa 16), a 5.F.2 redondos (Anexo IV, Estampa 16) e por fim, os potes 5.F.3 apresentam os lábios biselados (Anexo IV, Estampa 17).

Estes potes foram identificados nos sítios do Cabeço de Alcaínça (Ponce, 2012), Castelo dos Mouros (Cardoso, J. L., 1997-98a), Alcáçova de Santarém (Arruda e Sousa, E., 2015), Quinta Nova de Santo António (Neto *et al.*, 2013) e Abrunheiro (Cardoso, J. L., 2010-11a).



Por fim, temos um conjunto de quatro potes dos quais resta parte do bordo, para estes não nos foi possível estabelecer uma correspondência objectiva com as variantes acima enunciadas. Assim, podemos apenas distingui-los entre si pela morfologia do lábio, sendo dois deles redondos, um aplanado com ligeiro espessamento externo e outro de secção quadrangular (Anexo IV, Estampa 10).



Fundos

São agora comentadas as bases/fundos, que foram tidos em separado visto não terem sido registados recipientes completos na Serra do Socorro até à data. De facto, esta situação dificultou uma associação clara entre os fragmentos de bordos e fundos, bem como a identificação de fundos que fossem de outras morfologias que não planas, visto que, a título de exemplo, as bases convexas quando fragmentadas são facilmente admitidas como bojos por não apresentarem uma inflexão abrupta no seu perfil, sendo apenas possível a sua identificação quando lidamos com exemplares mais completos, que não foi o caso quando analisámos o presente conjunto.

Foram assim contabilizados 43 bases das quais 40 são planas, duas são convexas (Anexo IV, Estampa 20) e apenas um exemplar apresenta unicamente a parte do *omphalus*, também característicos deste período.

A morfologia mais comum, os fundos planos, apresentam diversas dimensões e ocorrem tanto em formas fechadas como abertas, podendo o grau de inclinação das respectivas paredes ser mais fechado ou aberto.

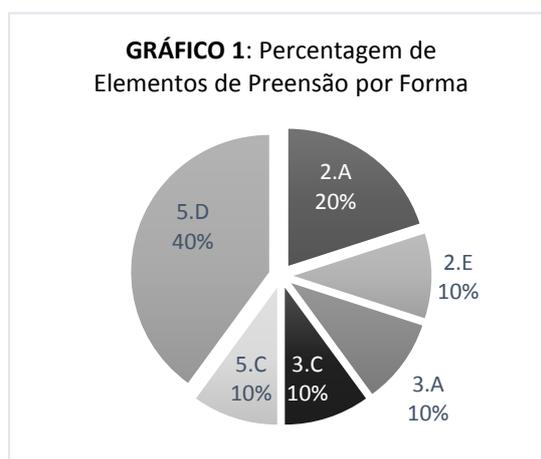
Não foram identificadas marcas de combustão nos fundos registados, indicando que esses recipientes não tiveram um papel activo em processos de confecção dos alimentos, do mesmo modo que não foram agentes passivos numa situação de incêndio. Uma possibilidade que se poderia colocar seria a de os recipientes fechados, mais concretamente os esféricos, terem auxiliado nos processos de confecção alimentar. De facto, os fundos planos analisados não apresentam marcas de fogo, colocando-se aqui a possibilidade de essas marcas estarem presentes nos fundos convexas, os quais pelos motivos mencionados acima foram identificados numa percentagem mínima. Além disso, estes recipientes de bordo fechado têm uma maior aptidão para reter o calor dentro do recipiente, facilitando a preparação dos alimentos. No entanto a falta de exemplares cerâmicos completos que comprovem esta hipótese não permite atestá-la ou refutá-la, deste modo, esta é uma questão que por agora deixamos em aberto.

ELEMENTOS DE PREENSÃO

Num total de 334 fragmentos cerâmicos foram contabilizados apenas 16 elementos de preensão (mamilos). Para 11 foi possível uma associação com a tabela tipológica estabelecida, distribuídos segundo o Gráfico 1.

Verifica-se o predomínio da sua presença em potes, seguidos de taças carenadas e, em menor quantidade, em grandes recipientes. Dez localizam-se no bojo, 5 no bordo e apenas 1 na carena do recipiente.

Relativamente à morfologia podem ser redondos ou ovalados, dispostos na vertical (dois exemplares) ou horizontal (14 exemplares). Estes elementos foram conseguidos através do repuxado da argila do próprio recipiente e visavam facilitar o transporte e manuseamento destes ou, em casos específicos, teriam um papel meramente decorativo.



4.3. Indústria Lítica

A indústria lítica identificada na Serra do Socorro reuniu elementos de pedra lascada, pedra polida e afeiçoada.

A primeira é divisível em restos de talhe, núcleos e os típicos elementos de foice denticulados sobre lasca de sílex. Estes tendem a surgir em maior número nos povoados cuja implantação se circunscreve a cotas baixas por reunirem as condições favoráveis a uma produção agrícola em larga escala. Exemplo dessa situação são os grandes conjuntos registados nos casais agrícolas da Tapada da Ajuda e Abrunheiro (Cardoso, J. L., 1995a; 2010-11a), situação que parece contrastar com os povoados centrais implantados em zonas de maior altitude. No entanto este cenário não é intransigente, no sentido em que não se exclui a possibilidade de que também nesses povoados se recorresse a actividades agrícolas. Os quatro elementos identificados na Serra do Socorro (Anexo V, Fotografias 23, 24, 25 e 26) e o recolhido no Cabeço de Alcainça são testemunhos de que efectivamente esses grupos também possuíam as suas próprias

produções, ainda que em menor escala, constringida pela morfologia acidentada própria da região.

Além disso as foices com elementos líticos encabados em madeira parecem ter convivido, na fase mais recente da idade do Bronze, com modelos metálicos mais resistentes, produzidos a molde (veja-se o caso do Casal de Rocanes).

Apesar de ser sugerida na bibliografia uma progressiva substituição daqueles modelos por estes de bronze (Cardoso, 2004, p. 187), verificamos uma relativa escassez dos exemplares metálicos. De facto, se tivermos em consideração os sítios vocacionados para as actividades agro-pecuárias, os designados “casais agrícolas”, parece-nos ainda mais estranha a sua ausência, o que nos leva a crer que estas foices conviveram efectivamente com as outras, com elementos de sílex denticulados encabados.

A adopção das foices de bronze poderia estar associada à sua resistência e eficácia, no entanto, podiam corresponder a elementos que não seriam fáceis de adquirir pela maioria da população, o que justificaria a sua escassez no registo arqueológico.

A identificação de elementos de moagem na Serra do Socorro (dois fragmentos de dormentes de arenito e dois moventes, além de seis percutores sobre seixo de quartzito), ainda que seja um conjunto relativamente reduzido vem realçar a ideia não só de uma exploração agrícola próxima, como a transformação desses cereais para consumo no local, já que todos estes elementos apresentam sinais de desgaste decorrente do processo de moagem dos cereais (Anexo V, Fotografias 28, 29 e 30). A matéria-prima dos dormentes da Serra do Socorro é o arenito, à semelhança de alguns identificados no Penedo do Lexim (Sousa, A. C., 2010, p. 213) e no Cabeço de Alcaíça (Ponce, 2012, p. 65), o que nos leva a assumir uma origem local desta matéria. No Penedo do Lexim foram também usados o granito e o basalto, correspondendo ao substrato local. Infelizmente não dispomos de informação acerca dos contextos de proveniência destes elementos. Um dos moventes e os seis percutores são seixos com sinais de utilização.

Encontra-se depositada no Museu Leonel Trindade uma enxó de pedra polida (Anexo V, Fotografia 27) e outra no Museu Nacional de Arqueologia (Anexo IV, Estampa 21). A atribuição cronológica destes artefactos é uma questão que, se por um lado poderia apontar para uma ocupação anterior ao Bronze Final, por outro pode contribuir para refutar a ideia de uma “subvalorização” dos utensílios líticos polidos em contextos do Bronze Final apontada por outros autores (Boaventura, Pimenta e Valles,

2013, p. 398), já que foram identificados utensílios líticos polidos em contextos do Bronze Final nos sítios do Castelo da Amoreira (Odivelas), na Quinta Nova de Santo António (Cascais), na Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros) e no depósito votivo do Monte do Sereno (Sintra) (Boaventura, Pimenta e Valles, 2013, p. 398; Neto *et al.*, 2013, p. 37; Senna-Martinez e Luís, 2016, Fig. 19; Ponce, 2012, Anexos VI, p. 164).

O elemento depositado no Museu de Torres Vedras apresenta sinais de desgaste por abrasão numa das faces, indicando que poderá ter sido utilizado nos processos de moagem. Importa ainda referir a origem extra-regional desta matéria-prima, o que inclui a Serra do Socorro nas rotas de circulação de anfíbolito, que tiveram o seu apogeu nas comunidades agro-pastoris durante a transição do 4º para o 3º milénio (Sousa, A. C., 2010, p. 638). A essas redes estão associadas as transmissões de ideais e tecnologias, com um alcance que vai muito além da simples troca de um produto por outro.

4.4. Artefactos Metálicos

Foram recolhidos no *Locus 2* um punhal de rebites, material de excepção no quadro artefactual da Serra do Socorro, além de dois outros elementos metálicos indeterminados.

Embora não nos tenha sido possível recorrer a análises para determinar as ligas destas peças, a abordagem feita recorreu-se de uma observação comparativa com os quadros tipológicos pré-estabelecidos.

O punhal apresenta três orifícios para os rebites, conservando-se ainda um *in loco* (Anexo V, Fotografia 34). O talão encontra-se muito desgastado, resultado das sucessivas afiações da lâmina apresentado um perfil subtriangular. Tem 41,4mm de comprimento por 27,5mm de largura e pesa 8 gramas.

Estes artefactos encontram-se muito bem representados à escala peninsular, com maior expressividade em contextos do Bronze Médio podendo a sua utilização perdurar até o Bronze Final, como parece ter sucedido com este exemplar, com evidentes sinais de desgaste, da Serra do Socorro. Importa destacar que estes artefactos tendem a surgir na maioria dos casos em contextos funerários ou de depósito, no que concerne ao território nacional, não deixando de ser curioso o facto de ter sido documentado na Serra do Socorro, em que os dados parecem indicar uma ocupação habitacional.

Foram identificados no território nacional nas estações de Belmeque, do Vidigal, de Valongo Alcaria do Pocinho, da Gruta da Cezareda, de Antas, de Pragança,

de Reguengos de Monsaraz, do Serro da Eira, do Monte de Cima, de Medo do Espartal e na bacia do Douro (Cardoso, J. L., 2002, p. 327; Bottaini, Serra e Porfírio, 2012; Senna-Martinez, Luís e Silva, 2013; Figueiredo, Melo e Araújo, 2007; Gomes, 2006; Oliveira, 2013; Sánchez, 1997).

Na zona da Meseta espanhola, também são frequentes estes artefactos, concretamente em contextos associáveis ao horizonte cultural Cogotas I, cingindo-se, quase na sua totalidade, a contextos habitacionais. São igualmente documentados, na área da bacia do Douro, dessa área destacamos o exemplar de San Morales (Sánchez, 1997, p. 267; Plaza e Santos, 1984, p. 261-263).

Estes punhais de rebites têm como foco de origem a zona Próximo-oriental, durante o 3º milénio a.C., tendo sido posteriormente distribuídos pela europa-central, onde integraram conjuntos artefactuais do Calcolítico (Gimbutas, 1965, p. 33-35), remetendo deste modo para uma influência mediterrânea (Cardoso, J. L., 2002, p. 327).

5. O Bronze Final na Estremadura Portuguesa

Ensaio de uma Leitura Integrada

A área geográfica onde se integra a Serra do Socorro é, como já foi mencionado, marcada por relevos muito irregulares e pautada por elevações alternadas com zonas de vales encaixados. Tendo isto em consideração, a própria implantação das comunidades ao longo do tempo, concretamente durante o Bronze Final, parece concentrar-se em zonas de cumeada ou de vertente, cujas ocorrências registadas, até à data, reúnem alguma diversidade de contextos.

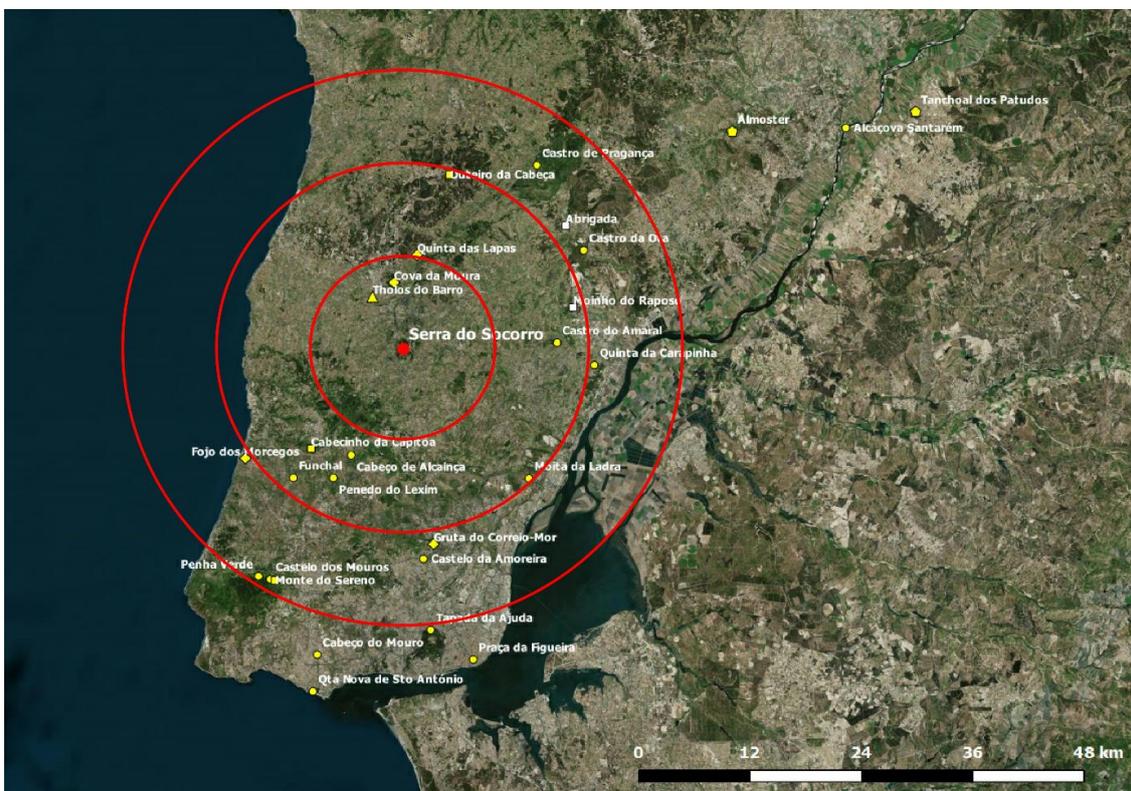


Figura 15- Mapa de povoamento do Bronze Final na Península de Lisboa, com localização da Serra do Socorro (a vermelho) e distâncias a 10Km, 20Km e 30Km de raio.

Os sítios arqueológicos mais próximos da Serra do Socorro, com materiais que permitem atribuir-lhes uma cronologia centrada na transição do 2º para o 1º milénio a.C., coetâneos, portanto, do sítio em estudo, são: a gruta da Quinta das Lapas (Gonçalves, 1992); a gruta da Cova da Moura (Belo, Ferreira e Trindade, 1961; Spindler, 1981); e o *Tholos* do Barro (Jalhay, 1946; Madeira *et al.*, 1972; Araújo, *et al.*, 1986).

Não deixa de ser curioso reparar que, observando o mapa de dispersão de sítios conhecidos contemporâneos da ocupação do Bronze Final da Serra do Socorro, apenas os encontremos, num raio de cinco a 10 quilómetros e localizados no mesmo concelho, tratando-se de ocupações em cavidades naturais ou frequentações de monumentos funerários mais antigos, em ambos os casos com claras evidências de pré-existências campaniformes. A coincidência da (re)ocupação destes mesmos pontos geográficos poderá relacionar-se com idênticos critérios de selecção de espaços (abrigos, espaços de marcado carácter simbólico), não sendo ainda claro se as evidências da fase final da Idade do Bronze possam ter incluído também manifestações de cariz funerário.

Apesar disso, estas reincidências são recorrentes nesta fase e não são exclusivas de contextos funerários campaniformes e grutas, pois também foram registadas em sítios de *habitat* calcolíticos, como é o caso de Pragança (Cadaval), do Castro da Ota (Alenquer), do Penedo do Lexim (Mafra), de Anços (Sintra), do Funchal (Sintra) e da Penha Verde (Sintra).

A partir dos 15 quilómetros, o mesmo mapa de dispersão de sítios e povoados ganha outros contornos. São mais frequentes povoados de altura, transparecendo condições de visibilidade e defensabilidade análogas às da Serra do Socorro. São eles o Cabeço de Alcainça (Mafra) e o Castro do Amaral (Alenquer). Além destes, conhecem-se vestígios de ocupações episódicas registados na estação do Penedo do Lexim e do Cabecinho da Capitôa (Mafra).

Como já foi mencionado, num outro capítulo deste trabalho, para este último sítio os seus investigadores apontam para uma ocupação singular de carácter ritual, tese suportada pela identificação de dois depósitos votivos, ausência de estruturas habitacionais e a recolha de um colar de âmbar (Pereira, 2006, p. 62; Sousa, A. C., 2008). Além destes argumentos, foi salientado que o repertório formal cerâmico cumpre integralmente as formas vigentes no contexto regional, embora com um maior enfâse nos recipientes destinados à ingestão de líquidos, mas apresentando uma aparência algo invulgar (pastas mais claras, superfícies menos cuidadas, motivos decorativos realizados mediante incisão que parecem reproduzir as gramáticas brunidas). Estes argumentos permitiram intuir que o fabrico desses recipientes terá sido apressado e, eventualmente, destinado a uma única utilização, com descarte posterior.

É a cerca de 20 quilómetros da Serra do Socorro que encontramos a maior concentração de ocorrências. Sensivelmente nessa distância, foram identificados quatro contextos de *habitat*, dois em gruta, três depósitos e dois achados isolados.

Os contextos de *habitat* são: a estação do Funchal, em Sintra (Vicente e Andrade, 1977; Vicente e Martins, 1979; Carneiro, 1991; Sousa, A. C., 1998), a Quinta da Carapinha, em Vila Franca de Xira (Pimenta e Mendes, 2010-11), o Castelo da Amoreira, em Odivelas (Boaventura, Pimenta e Valles, 2013), e a antiga Casa da Câmara de Alverca do Ribatejo (Pimenta e Mendes, 2007).

Dos sítios classificados como “povoados” o registo é relativamente pobre no que respeita à ocupação do Bronze Final. A identificação daquele que foi inicialmente citado, o Funchal, resultou de recolhas de superfície de materiais de várias épocas, dos quais se destaca um machado de talão e uma lâmina de bronze.

Na Quinta da Carapinha, foram realizados trabalhos de prospecção com recolha de materiais à superfície, enquadráveis genericamente na Idade do Bronze e na Idade do Ferro. Esta estação implanta-se numa encosta suave, com um bom domínio visual sobre o Rio Grande da Pipa e foi parcialmente destruída por trabalhos agrícolas. Durante os trabalhos arqueológicos realizados foram documentados fragmentos cerâmicos, de produção manual e tratamento de superfície cuidado, reportáveis ao final da Idade do Bronze, a par de alguns elementos de foice de sílex (Pimenta e Mendes, 2010-11, p. 608). Apesar da parcial destruição dos contextos e da inexistência de trabalhos de escavação no local, a partir do conjunto artefactual recolhido pôde-se apontar uma provável ocupação de cariz habitacional.

A sensivelmente 10 quilómetros dessa estação foi identificada uma ocupação proto-histórica, enquadrável no início do I milénio a.C., no interior do edifício da Casa da Câmara de Alverca do Ribatejo, aquando das intervenções no local com vista à adaptação daquele edifício ao actual Núcleo Museográfico (Pimenta e Mendes, 2007, p. 55). Essa ocupação encontra-se atestada pelo espólio recolhido, pois a reduzida área intervencionada não permitiu a identificação de estruturas associadas. Foram recolhidas cerâmicas manuais, destacando-se os grandes recipientes de armazenamento, bem como taças carenadas com acabamentos cuidados, utensílios de sílex, uma argola de bronze e uma conta de pasta vítrea (*Ibidem*).

O sítio do Castelo da Amoreira está implantado a, sensivelmente, 312m de altitude e encontra-se classificado como “povoado fortificado” (CNS 2658). Nesta

estação foi atestada uma larga diacronia de ocupação que parece ter-se iniciado no Paleolítico. Concretamente alusivo ao Bronze Final foi documentado um conjunto considerável de cerâmicas (potes e formas carenadas), destacando-se as peças decoradas com ornatos brunidos de tipo “Lapa do Fumo”. Foi apontado pelos autores um papel de centralidade do sítio na malha de povoamento regional, com contextos de menor dimensão e sem condições de defesa na sua área de influência (Boaventura, Pimenta e Valles, 2013, p. 401).

No caso das grutas do Correio-Mor e de Fojo dos Morcegos as evidências disponíveis indicam uma provável utilização esporádica das cavidades naturais, com paralelos em vários horizontes culturais do Bronze Final na Península Ibérica. Os materiais desta fase raramente surgem em contextos primários, encontrando-se com frequência misturados com materiais mais antigos e mais recentes, fruto das próprias condições de natureza estratigráfica que se verificam neste tipo de ambientes. Uma tendência evidente é a presença de quantidades assinaláveis de cerâmicas decoradas com ornatos brunidos, o que poderá indicar um carácter marcadamente ritual e simbólico da ocupação destes espaços. Estas estações da Península de Lisboa foram mesmo incluídas numa lista de “santuários rupestres” (Marques, 1971), onde se poderia ainda inserir a estação da Cova da Moura (Almeida, 2014, p. 131).

Nos contextos de depósito inserem-se o Castro da Ota, em Alenquer (Barbosa, 1956; Kalb, 1980; Vilaça e Arruda, 2004; Texugo, 2016), o Castro de Pragança, no Cadaval (Coffyn, 1985; Cardoso, J.L., 2004a; Vilaça e Arruda, 2004), e o sítio da Moita da Ladra (Cardoso, J.L., 2013; Monteiro e Pereira, 2013).

No caso da Ota, temos conhecimento de um conjunto metálico significativo, cujas tipologias remetem para a fase final da Idade do Bronze. Desse conjunto destacam-se pontas de lança, machados e ponderais (Barbosa, 1956; Kalb, 1980; Arruda e Vilaça, 2004). No entanto, esses materiais carecem de informação contextual, tendo sido aquela estação recentemente estudada no âmbito do 4º e 3º milénios a.C., estudo no qual o autor, com base nos materiais enquadráveis na Idade do Bronze, coloca a possibilidade de esta ocupação poder corresponder a um depósito (Texugo, 2016, p. 37).

Do castro de Pragança pouco se sabe acerca do quadro artefactual cerâmico deste período, situação que parece contrastar com o conhecimento do espólio metálico, que tem vindo a ser abordado repetidamente por diversos autores (Monteagudo, 1977; Coffyn, 1985; Gonçalves 1990-92; Vilaça e Arruda, 2004; Domingos e Gomes, 2005;

Figueiredo, Melo e Araújo, 2007; Cardoso, J.L., 2010-11b). Aí, foi documentado um dos maiores conjuntos metálicos à escala nacional, reunindo mais de 500 peças, divisíveis em três grupos funcionais: armas, utensílios e objectos de adorno (Figueiredo, Melo e Araújo, 2007, p. 198-199). A partir de análises de espectrometria de fluorescência de raios X foi possível determinar que o conjunto associável ao Bronze Final inclui produções preponderantemente binárias, à semelhança do panorama geral apresentado para a metalurgia do Bronze Final do centro do país, embora alguns exemplares sejam de ligas ternárias, relacionando os autores esses materiais a fases cronológicas mais tardias (*Ibidem*, p. 205).

O sítio da Moita da Ladra corresponde, sem dúvida, a um dos achados mais emblemáticos do Bronze Final da Estremadura durante a última década. Nas proximidades de um antigo povoado calcolítico (Cardoso J. L. e Caninas, 2005; Cardoso J. L. e Caninas, 2010) e numa área consideravelmente bem destacada na paisagem, identificaram-se vestígios relacionados com práticas deposicionais, possivelmente com forte cariz simbólico, que podem inclusivamente estar relacionadas com rituais de comensalidade. Trata-se de cerca de 50 recipientes, abundantes vestígios de fauna mamalógica e malacológica, elementos de adorno de bronze (fíbulas, alfinetes e argolas) e uma conta de colar de moscovite (Monteiro e Pereira, 2013, p. 90).

Depósitos de artefactos de bronze surgem também nesta área. Na freguesia de Triana, no conselho de Alenquer, foi recolhida uma espada de bronze com uma nervura central no sítio designado Moinho do Raposo, mas da qual se desconhece a proveniência exacta (Barbosa, 1955), e, no sítio da Abrigada, foram identificados dois machados: um de talão e outro de alvado (Savory, 1951; Barbosa, 1955).

A uma distância de 30 quilómetros da Serra do Socorro encontra-se a Serra de Sintra, com a qual mantem uma relação de intervisibilidade assinalável. Aqui foram identificados e escavados os sítios do Castelo dos Mouros e da Penha Verde, classificados como sítios de *habitat* calcolíticos (CNS 19448 e 4436 respectivamente), e ainda o do Monte do Sereno (CNS 19446), interpretado como depósito.

O Castelo dos Mouros encontra-se bem destacado na Serra de Sintra, a cerca de 450m de altitude, numa zona de concentração de grandes blocos graníticos e pequenas plataformas. Esta área é ainda caracterizada por pequenos abrigos entre os grandes blocos pétreos, aproveitados como espaços habitacionais e/ou sagrados. A Serra de Sintra reveste-se de uma carga sagrada desde o Calcolítico, comprovada pelos

ideoartefactos de calcário nesta estação (Jalhay e Paço, 1941, Fig. 17; Cardoso, J. L. e Sousa, M. J., 2014, p. 367). A dispersão de artefactos enquadráveis no Bronze Final é bastante ampla, surgindo no interior e exterior da actual zona muralhada.

Aí, foi registado um conjunto significativo de materiais do Bronze Final, alguns dos quais decorados com ornatos brunidos, aplicados tanto em taças como em formas fechadas. Entre estes, destaca-se um exemplar completo de uma taça decorada no fundo interno, com caneluras pouco profundas concêntricas, partida em duas metades, colocadas uma sobre a outra, sugerindo algum tipo de actividade ritual (Cardoso J. L. e Sousa, M. J., 2014, p. 370). Destaca-se ainda um recipiente com uma decoração inédita para o território nacional, caracterizada por filas de espinhados em relevo, com paralelos no Bronze Valenciano, cronologicamente situável entre 1400 e 1000 a.C. (*Ibidem*, p. 367-368).

Após os trabalhos de escavação, que tiveram lugar entre o ano de 2009 e de 2011 nas zonas intra e extramuralhas, a análise tipológica do material recolhido integrável no Bronze Final permitiu documentar uma intensa ocupação do local entre o século XI e final do IX a.C. (Cardoso J. L. e Sousa, M. J., 2014, p. 367). De facto, os investigadores tiveram de se auxiliar da análise tipológica do conjunto artefactual, pois o sítio apresentava uma estratigrafia muito perturbada devido a intervenções antigas e sucessivas reocupações do local, além de que conta com uma larga diacronia ocupacional com uma génese atestada no Neolítico (*Ibidem*). Ainda assim, foi identificada uma lareira que poderá estar associada ao período em questão (*Ibidem*, p. 372).

A cerca de um quilómetro do Castelo dos Mouros, encontra-se a estação da Penha Verde implantada num cabeço rochoso isolado a 360m de altitude. Aí foram documentados um alfinete de ouro, de secção circular e cabeça achatada, um pequeno lingote de bronze, vários ponderais também de bronze de formato troncocónico, uma conta bicónica de ouro, um fragmento de argola de bronze, taças carenadas de superfície bem alisada e grandes potes de bordo exvertido ou convexo (Cardoso, J. L., 1999-2000; 2010-11b; Cardoso, J. L., e Sousa, M. J., 2014, p. 363-366). Foi ainda identificado um troço de muralha associado a estruturas de habitação calcolíticas, intuindo-se que ambas realidades são contemporâneas. Tendo em conta que a ocupação do Calcolítico é a mais densa, os materiais da Idade do Bronze Final são exclusivos da Casa 2 e da área anexa,

incluindo o designado “Fosso da Casa 2” (Cardoso, J. L., 2010-11b, p. 478), concentrando-se nessa área a reocupação proto-histórica.

Sobre o conjunto, os autores chamam a atenção para o facto de o número de cerâmicas ser demasiado reduzido para se poder considerar que esta ocupação se reveste de carácter habitacional (*Ibidem*). O sítio terá sido, portanto, palco de uma reocupação episódica, circunscrita à designada Casa 2, cujo pavimento era formado por lajes (Cardoso, J. L., 2010-11b), chegando-se mesmo a admitir que a ocupação do Bronze Final se destinava a actividades metalúrgicas e a trocas comerciais praticadas no local, auxiliando-se da identificação de ponderais com medidas estandardizadas para suportarem essa possibilidade. Relacionam ainda os artefactos metálicos supramencionados com o colar de ouro decorado recolhido em área adjacente, no Casal de Santo Amaro, com 1,2 kg (Cardoso, J. L. e Sousa, M. J., 2014, p. 365-366 e 372).

Pouco se conhece acerca da estação do Monte do Sereno. Sabemos que foram feitas recolhas em 1922, durante obras no Casal do Monte do Sereno. Temos conhecimento de um machado uniface de talão com uma argola lateral (Cardoso, J. L., 2004a, p. 188), de uma lâmina, quatro machados de pedra polida a par de uma enxó (Marques, 1982-83), sem vestígios de utilização. Sem que tenham sido identificadas estruturas ou outros materiais, o sítio foi classificado como depósito (CNS 19446).

Sensivelmente à mesma distância do núcleo da Serra de Sintra, a leitura do sítio da Tapada da Ajuda tem demonstrado ser essencial para o estudo das comunidades do Bronze Final na área da Estremadura portuguesa. Esta estação foi identificada em 1980, no âmbito de terraplanagens para a construção de um complexo desportivo, e foi escavada entre 1983 e 1987 (Cardoso, J. L., 1994a; 1995a; Cardoso, J. L. e Silva, 2004, p. 227). Foi no ano de 1986, no sector Norte da estação, que se identificaram os níveis habitacionais, destacando-se, da intervenção de 1987, a identificação de uma cabana de planta elipsoidal de onde provém o grosso do material exumado. O embasamento estava constituído por um muro perimetral de alvenaria de grandes blocos de basalto com o núcleo preenchido com pedra miúda (*Ibidem*, p. 229). Além dessa estrutura foi identificado um muro de pedra seca, também com a forma de elipse, com 10m de eixo máximo orientado a Norte-Sul (Cardoso, J. L. e Silva, 2004, p. 231).

Neste sítio foram recolhidos cerca de 2000 fragmentos cerâmicos, com uma rica variedade formal, destacando-se os potes e as formas carenadas, que, todavia, não exibem decorações brunidas. Ainda assim, note-se a existência de um conjunto

assinálvel de elementos de foice sobre lasca de sílex (Cardoso, J. L. e Silva, 2004). O espólio metálico cinge-se a uma argola de bronze e a um fragmento indeterminado (Melo, 2000, p. 84).

As datações radiométricas realizadas aos materiais da Tapada da Ajuda parecem enquadrar a estação num momento precoce do Bronze Final, século XIII a.C. (Cardoso, J. L. e Silva, 2004, p. 233; Cardoso, J. L., 2010-11a, p. 70).

* * *

Exposta, ainda que de forma breve, a rede de povoamento na imediata proximidade da Serra do Socorro, constatamos uma malha de povoamento que abrange sítios implantados em zonas destacadas na paisagem, com visibilidade tendencialmente circular, delimitados por aparelhos pétreos (que nem sempre podemos assegurar tratar-se de muralhas, como é o caso da Serra do Socorro) e sítios localizados em cotas mais baixas, sem aparentes preocupações defensivas.

As análises radiométricas feitas sobre o espólio de alguns dos sítios mencionados, em conjugação com o estudo tipológico dos materiais recolhidos, permitem tecer algumas considerações acerca deste cenário dicotómico na estratégia de implantação das comunidades do Bronze Final.

O cenário proposto para outras regiões, nomeadamente para o Alentejo, parece remeter para uma substituição gradual de um modelo de povoamento de maior dispersão por outro, de evidente concentração demográfica, o que terá provocado um eventual grau de complexidade social acrescido, quiçá mais ou menos hierarquizado (Vilaça e Arruda, 2004, p. 28; Mataloto, 1999, p. 18; Silva e Soares, 1998, p. 241-242).

Esta situação não terá, no entanto, imposto necessariamente uma ruptura cultural, social ou tecnológica, como, aliás, delata a própria morfologia do espólio cerâmico. Este fenómeno, a comprovar-se com novos dados, poderá ter resultado de uma resposta a uma conjuntura específica (Mataloto, 1999, p. 19), que terá desencadeado naquelas comunidades a necessidade de se centralizarem em povoados específicos, mais aptos a uma concentração populacional e albergando no mesmo espaço as comunidades provenientes dos povoados abertos que se encontravam dispersos no território envolvente imediato.

Aquando da transição para o I milénio a.C., verifica-se também, na área da Estremadura, uma preocupação das comunidades locais se implantarem em locais bem destacados na paisagem, ainda que os sítios de baixa altitude tenham permanecido, em grande parte, ocupados.

Conquanto as datações radiométricas para a Tapada da Ajuda enquadrem esta estação nos últimos dois séculos do 2º milénio a.C., para outros sítios, também implantados em zonas baixas e sem aparentes defesas, como a Quinta do Percevejo, o sítio do Abrunheiro ou o Cabeço do Mouro, as datações apontam para o início do 1º milénio a.C. (Barros, 2000; Cardoso, J. L., 2010-11a, p. 70; 2006, p. 45). Além disso, no Moinho da Atalaia, na Rua das Alcássimas, na Praça da Figueira ou ainda na Quinta do Percevejo documentaram-se cerâmicas de retícula brunida de tipo “Lapa do Fumo” associadas à fase mais recente do Bronze Final. Portanto, ainda que se admita que os povoados abertos possam corresponder a um momento precoce do Bronze Final, os dados compilados permitem atestar um momento de contemporaneidade em que estes dois modelos de implantação convivem (Vilaça e Arruda, 2004, p. 27-28; Cardoso, J. L., 2004a, p. 178).

Este complexo cenário da rede do povoamento, também seguramente dentro das próprias comunidades, poderia estar associado aos primeiros contactos com agentes exógenos, vindos do Mediterrâneo, durante o designado período pré-colonial que antecedeu a presença efectiva fenícia na região, entre os séculos XI/X e o final do século IX a.C. (Torres, 2008; Cardoso, J. L., 2010-11a, p. 72).

Nesta lógica, tal alteração na estratégia de implantação, que agora é mais expressiva no terreno, seria a resposta das comunidades locais aos primeiros contactos com esses agentes que, de alguma forma, terão influenciado o quotidiano indígena. Ainda assim, tal situação não terá implicado necessariamente um clima de tensão ou de conflito.

Outro cenário possível poderia estar relacionado com as próprias transacções comerciais com os recém-chegados. Estando implantados em locais específicos, o acesso a artefactos exóticos seria facilitado, ainda que grande parte da população não tivesse acesso directo a esses materiais, como se atesta pela sua pouca expressividade na região em análise.

Sublinhamos, assim, a coexistência, durante a fase mais recente do Bronze Final, destes povoados de altura com outros, concretamente a cotas baixas, vocacionados para

a produção agrícola intensiva, sendo a relação que mantinham entre si (fosse de subordinação ou não) evidência de uma complexificação social destas comunidades nesta fase.

Esta complexidade social é frequentemente medida através dos contextos funerários nos quais tal realidade se perpetuou, bem como na identificação de artefactos de excepção, destacando-se os metálicos, que, por sua vez, tendem a surgir com maior frequência em contextos de “depósito”. Neste sentido, importa abordar também, ainda que sinteticamente, estes contextos.

Durante o Bronze Final, verificamos que, enquanto os sítios de *habitat* beneficiam de uma maior expressividade, o mundo funerário torna-se mais retraído no registo arqueológico e menos estruturado (Parreira, 1998; Soares, 2005; 2013; Mataloto, 2012; 2013; Serra, 2014), sugerindo que nesta fase são os povoados que adquirem um papel de centralidade e de estruturação do território (Soares, 2005; 2013; Mataloto, 2012; 2013).

De facto, importa sublinhar uma união inter-regional marcada por essa ausência generalizada de contextos funerários no registo arqueológico (Ruiz-Gálvez, 1987, p. 252; Bélen, Escacena e Bozzino, 1991, p. 229). Contudo, a compilação dos dados dispersos que têm vindo a ser publicados permitiu distinguir, *grosso modo*, os vários rituais adoptados no território peninsular em sepulturas de inumação e de incineração (Bélen, Escacena e Bozzino, 1991, p. 229).

Estas modalidades são divisíveis em inumações em cista com estrutura tumular, inumações em cista cobertas com lajes, inumações em fossa simples, inumações em monumentos megalíticos, inumações em gruta e incinerações em urna (*Ibidem*, p. 229-249).

No quadro regional aqui em estudo importa referir novamente o colar de ouro do Casal de Santo Amaro, que se insere ainda nos limites da Quinta da Penha Verde. Nesse local foi identificada, no final do século XIX, uma sepultura de inumação individual coberta por lajes “toscas” (Vasconcelos, 1896, p. 20; Vilaça e Cruz, 1999, p. 81; Cardoso, J. L., 2000, p. 66), na qual se encontrou a peça áurea.

A peça parece resultar da união de três aros simples, de secção circular, que foram unidos por fundição do próprio ouro. Os aros ostentam decorações com motivos geométricos feitos a punção (Vasconcelos, 1986, p. 22; Armbruster e Parreira 1993; Cardoso, J. L., 1995a, p. 14, Cardoso, J. L., 2000, p. 66) e encontra paralelos nos colares

identificados em Baiões, em São Pedro do Sul (Kalb, 1990-92), Herdade de Álamo em Moura (Coffyn, 1985), e em outros identificados na Extremadura, dos quais se destacam os exemplares de Sagrajas, em Badajoz, e Berzocana, em Cáceres (Almagro-Gorbea, 1974).

O fecho da peça, por sua vez, é comparável a parte de um bracelete de tipo “Villena/Estremoz” (Armbruster, 1995). Estes paralelos remetem para tipologias de filiação atlântica, o que contrasta com as quatro campânulas fixadas por rebiteagem, associáveis aos braceletes de Torre Vã, em Ourique, de influência marcadamente mediterrânea (Armbruster e Parreira, 1993).

Esta peça é conotada com uma importância acrescida, pois sintetiza em si a realidade económica, social e cultural do Bronze Final, uma vez que nela se reúnem distintas tradições, tanto ao nível tecnológico como cultural, que marcaram, na época, a área da Península de Lisboa (Cardoso, J. L., 2000, p. 66).

Importa ainda aqui destacar o reduzido diâmetro da peça, apenas 14 cm, o que põe de parte a sua utilização como colar. A questão da sua real funcionalidade foi já debatida (Vasconcellos, 1896; Ruiz-Gálvez Priego, 1995; Cardoso, J. L., 2000), admitindo-se que poderia corresponder a um dote feminino, não sendo, portanto, incompatível com o cariz funerário daquele contexto.

Esta solução funerária não corresponde ao quadro apresentado para o núcleo de Alpiarça, que, apesar de já se encontrar numa área mais interior, deve ser destacada no âmbito dos ritos funerários da região, durante o Bronze Final.

Na “Quinta dos Patudos”, propriedade privada a que Mendes Corrêa tinha acesso, a identificação dos primeiros materiais adveio de trabalhos agrícolas, não tendo sido possível ao autor ter acesso aos mesmos *in situ* (Corrêa, 1916 *apud* Vilaça, Cruz e Gonçalves, 1999, p. 9).

Foi recolhido espólio cerâmico, concretamente urnas com cinzas e carvões no interior, a 1,20m de profundidade, braceletes de bronze e, a dois metros, um machado de bronze de gume curvilíneo, três braceletes de bronze e fragmentos de *tegulae*. Na última obra, que dedicou aos materiais de Alpiarça, Mendes Corrêa admitiu que os materiais identificados no Tanchoal e em Meijão integram uma mesma necrópole de incineração consagrando a expressão “*Urnenfelder* de Alpiarça”, ao associar aqueles achados aos Campos de Urnas do Nordeste da Península (Corrêa, 1936), mas que actualmente se considera inapropriado (Vilaça, Cruz e Gonçalves, 1999, p. 10).

Igualmente ultrapassada está a proposta de G. Marques que rotulava esta realidade como “Cultura de Alpiarça”, relacionando-a com uma cronologia da Idade do Ferro (Marques, 1972; Marques e Andrade, 1974).

Através dos restos de uma das urnas do Tanchoal, realizaram-se datações radiocarbono a 2 sigma, cujos resultados foram: GrA-9270 2830±50 BP (material osteológico) e GrA-9572 2790±50 BP (carvão vegetal), as quais, calibradas, apontam para um intervalo de confiança entre 1048 e 889 cal BC (92,7%), indicando, assim, a forte probabilidade de que a cremação tenha ocorrido entre meados do século XI e meados do IX a.C. (Vilaça, Cruz e Gonçalves, 1999, p. 14-15), confirmando uma cronologia que a tipologia do material associado, bem como a presença de decorações brunidas nos recipientes, já nos indicava (final da Idade do Bronze).

Décadas mais tarde, no âmbito de escavações por parte do Instituto Arqueológico Alemão, P. Kalb e M. Höck identificaram outro núcleo funerário em área próxima, o Cabeço da Bruxa (Kalb e Hock, 1980). Com os dados dessas intervenções foi possível acrescentar novos elementos à discussão acerca daqueles contextos.

Situado na Quinta da Goucha, o pequeno outeiro de areia designado Cabeço da Bruxa encontra-se a 6m de altitude em relação à área circundante. Para este sítio os trabalhos de escavação e a posterior publicação dos resultados levados a cabo por P. Kalb e M. Höck permitiram avançar uma diacronia de ocupação semelhante à apontada para o Tanchoal. Relativamente ao conjunto artefactual, que remete concretamente para uma ocupação funerária do local durante a Idade do Bronze, este é composto por urnas com espólio associado.

Identificaram-se três fossas, sinalizadas à superfície com concentrações de pedras brancas (Kalb e Höck, 1981, 2, p. 67-68), encontrando-se no seu interior as urnas com os restos incinerados. Os recipientes cerâmicos eram de perfil bitroncocónico, com colos curtos e sub-verticais, sendo que dois deles se faziam acompanhar de taças carenadas. Numa das fossas, além da urna e da taça carenada, foi também documentado um bracelete de bronze. Numa outra fossa, a urna estava associada a cinco braceletes (Kalb e Höck, 1981, 2, p. 67-68; 1985, p. 52-57).

As últimas e mais recentes intervenções arqueológicas realizadas no Cabeço da Bruxa, no ano de 2013, não revelaram níveis nem contextos conservados que permitissem ampliar o conhecimento deste cabeço. (Arruda *et al.*, 2017)

Como vimos, os dados são escassos e provêm de trabalhos antigos que, por vezes, não beneficiam de registo. O facto de alguns dos contextos terem sido violados agrava o entendimento e impede uma leitura clara e objectiva, tendo o arqueólogo que recorrer aos poucos factos a que tem acesso.

Em primeiro lugar, destaca-se a questão da invisibilidade das necrópoles do Bronze Final, já abordada em outros trabalhos e que é transversal a toda a realidade peninsular, com a excepção do Nordeste. Tal situação pode estar relacionada com a adopção de tratamentos *post mortem*, que não favoreceram a conservação dos restos, com uma atribuição cronológica incorrecta de casos específicos, ou, ainda, com a incapacidade da Arqueologia captar a diversidade de contextos funerários de menor expressão na paisagem (Ruiz-Gálvez, 1991; Bélen, Escacena e Bozzino, 1991, p.251 Jorge, 1996-97, p. 83-86; Cardoso, J. L., 2000, p. 61).

Nesta região, foram ainda identificadas duas ocorrências em monumentos funerários calcolíticos de falsa cúpula (*Tholoi*). Tal como ocorre com outras nomenclaturas, o conceito *Tholos* abrange um conjunto diversificado de soluções arquitectónicas. Ainda assim, no caso concreto da Península Ibérica, estas estruturas remetem para monumentos funerários destinados a enterramentos colectivos, compostos por uma câmara (com sistema de falsa cúpula) e um corredor (Gonçalves, 1992, p. 237 Sousa, A. C., 2016, p. 216). Assim, e atendendo ao facto de estes sítios terem sido palco de ocorrências em fases muito espaçadas no tempo, diríamos mesmo que, mais do que um monumento funerário, estes edifícios correspondem a espaços com alguma carga simbólica associada.

Sítio	CNS	Concelho	Tratamento <i>post mortem</i>
Tanchoal dos Patudos	267	Alpiarça	Incineração
Meijão	268	Alpiarça	Incineração
Cabeço da Bruxa	92	Alpiarça	Incineração
Casal de Santo Amaro	4876	Sintra	Inumação

Tabela 2-Contextos Funerários da área em estudo

No concelho de Torres Vedras, o célebre *Tholos* do Barro, foi identificado pelo Padre Paul Bovier-Lapierre, em 1909, na sequência da recolha de materiais pelo pároco local. No mesmo ano, E. Jalhay e F. Pereira levaram a cabo uma intervenção no local, cujo material recolhido se encontra actualmente depositado no Museu Nacional de Arqueologia. Em 1940 este monumento foi classificado como Monumento Nacional (CNS 662), o que não impediu a exploração de uma pedreira que quase atingiu a estrutura. O material foi extensivamente publicado nos *Megalithgräber*, por V. Leisner, que sublinhou a possibilidade da existência de um povoado nas imediações do monumento, posição defendida também por Schubart (Madeira *et al.*, 1972, p. 207-208; Odriozola *et al.*, 2017).

Em 1965, L. Trindade, no âmbito de trabalhos de prospecção, procede à recolha de algum material cerâmico de superfície, associável ao Calcolítico e ao Bronze Final (Madeira *et al.*, 1972, p. 208).

Em 1971, um grupo de alunos da Faculdade de Letras de Lisboa visitou aquele local e recolheu do corte da pedreira alguns materiais, a sensivelmente 10m do monumento funerário. Estes materiais estão patentes no trabalho publicado posteriormente pelo grupo que visitou o local (Madeira, *et al.*, 1972).

Os materiais integráveis na Idade do Bronze são provenientes da área anexa ao monumento e do seu interior, destacando-se uma conta de ágata inteira, raiada de branco e vermelho escuro, cerâmica decorada com ornatos brunidos (*Ibidem*, p. 211) e anéis de bronze (Leisner e Schubart, 1966, p. 32, *apud* Madeira *et al.*, 1972, p. 212). Foram recentemente publicados os resultados das análises feitas sobre as contas recolhidas nesta estação, tendo as duas amostras remetido para quartzo ferruginoso cristalino e não âmbar, como vinha sendo admitido (Odriozola *et al.*, 2017).

O monumento dispõe de uma câmara de planta circular, com cerca de 6m de diâmetro, revestida com blocos pétreos sobrepostos formando falsa cúpula. O acesso era feito por um corredor com aproximadamente 4m de comprimento. A estrutura era integralmente envolvida por mamoas, constituída essencialmente por material pétreo, perfazendo cerca de treze metros de diâmetro (Martins, 2005)

Foram identificados artefactos de sílex e de pedra polida, além de fragmentos cerâmicos e ídolos cilíndricos. Relativamente ao espólio metálico, foram registados artefactos de cobre e de bronze.

Através da análise do espólio cerâmico foi possível enquadrar a utilização do monumento no Calcolítico, parecendo certo que foi, mais tarde palco de uma ocupação, durante o Bronze Final. Desta foram registados os referidos fragmentos decorados com ornatos brunidos e ainda um machado plano de bronze, podendo eventualmente também associar-se a estes a conta de colar (Madeira *et al.*, 1972, p. 208).

Esta estação foi, infelizmente, muito afectada pela pedreira, o que tem dificultado uma leitura clara acerca das suas ocupações. O monumento permite intuir uma ocorrência de cariz funerário durante o Calcolítico, mas os dados escasseiam no que à Idade do Bronze se refere.

No que respeita ao período em questão, temos um pequeno conjunto de materiais de excepção que, por um lado, podem indicar uma reutilização daquele espaço, provavelmente motivada por crenças associadas ao monumento. Por outro, não podemos averiguar se foi somente um espaço de culto ou se deteve uma eventual função funerária. Vários autores apontam ainda para a possibilidade de um povoado na encosta do Barro (Leisner, 1965; Leisner e Schubart, 1966, p. 46, nota 73; Spindler, 1981; Madeira *et al.*, 1972, p. 208). Esta hipótese, contudo, só poderia vir a ser atestada com trabalhos de escavação no local, que, dependendo do grau de afectação dos trabalhos da pedreira, se poderiam, ou não, justificar.

Na Serra de Sintra, a cerca de 491m de altitude, foi identificado, em 1878 por C. Ribeiro, o *Tholos* do Monge (Ribeiro, 1880, Leisner, 1965, p. 82-85). A sua implantação parece integrar-se no quadro apresentado para outros monumentos de falsa cúpula que se inserem em zonas bem destacadas na paisagem, como os casos da Bela Vista e da Pedreira do Campo (Boaventura, 2009, p. 213). A edificação deste monumento foi datada do Calcolítico Pleno, entre c. 2300 e 2000 a.C. (Jorge, 1990, p. 184).

A estrutura foi escavada no substrato rochoso e apresenta uma câmara de planta subcircular, com cerca de 4,5m de diâmetro máximo e 3,5m de altura. A galeria é de 6,5m x 6m e apresenta uma configuração irregular limitada por uma “parede tosca” de pedra seca (pórfiro e granito). Estas duas áreas comunicavam, por sua vez, através de um pequeno corredor, com 1m de comprimento por 0,5m de largura, que seria coberto por uma grande laje (Ribeiro, 1880, p. 74-76). Foram identificadas lâminas e lascas de sílex, cerâmicas em abundância, entre as quais se destacam alguns exemplares com

decoração de ornatos brunidos, o que comprova uma reutilização durante o Bronze Final (Jorge, 1990, p. 243).

Foram recolhidas cerâmicas de fabrico grosseiro e outras de superfícies mais cuidadas. A nível morfológico, C. Ribeiro refere taças, tigelas e pequenos recipientes que não têm mais de dois centímetros de diâmetro e 1,5cm de altura. Relativamente a gramáticas decorativas, o autor referiu que: “*Os labores em chevron e em xadrez são frequentes nos vasos mais bera acabados d'esta estação, de modo a fazer lembrar as ornamentações dos vasos que se encontraram nas grutas artificiaes de Palmella.* (Op. Cit. Ribeiro, 1880, p. 76). A presença de cerâmicas com ornatos brunidos neste local é ainda referida por V. Leisner (1965, Tf. 66, nº 25).

O fenómeno das revisitações de monumentos megalíticos, durante o Bronze Final / início da Idade do Ferro, não é estranho no registo arqueológico, tendo sido verificado em outras áreas na Península Ibérica, nomeadamente nas Beiras (Kalb e Höck, 1979; Kalb, 1994; Cruz, 2001; Vilaça, 2014; 2015), Alentejo (Cardoso, J. L., 2004a; Mataloto, 2007), Andaluzia Ocidental (García Sanjuán, 2005) e Meseta (Delibés de Castro, 2004).

No entanto, há que ter em consideração que esta (re)utilização, de espaços megalíticos ancestrais, não obriga necessariamente a que, durante o Bronze Final, a ocupação tenha sido igualmente de cariz funerário.

No caso concreto das duas estações mencionadas, o registo prova-se insuficiente, situação directamente associada às limitações metodológicas, próprias da época em que foram identificadas e estudadas. De facto, os dados a que temos acesso cingem-se a conjuntos artefactuais tipologicamente enquadráveis no Bronze Final, sem informação detalhada acerca dos contextos de proveniência. Esta situação tem por consequência a impossibilidade de caracterizar aquelas ocupações e, assim sendo, não podemos confirmar se estas teriam uma conotação funerária, ritual ou outra.

Certo é, que estes monumentos parecem ter funcionado, directa ou indirectamente, como pontos estruturantes não só da paisagem, como também do cognitivo daquelas sociedades. Esta situação parece comprovar-se pelas revisitações daqueles espaços, evidenciadas pelas deposições de espólio de excepção em épocas muito posteriores às suas edificações. Importa ainda sublinhar aqui a multiplicidade de sentidos e significados que revestiram estes monumentos para comunidades tão espaçadas no tempo (Gomes, 2016, p. 37-38).

* * *

Pelo panorama apresentado, é evidente que existiram diferentes soluções arquitectónicas e até rituais das comunidades do Bronze Final na área da Estremadura.

Os dados expostos permitem admitir que houve uma ruptura com os precedentes na área. Porém, deve-se admitir que embora o registo arqueológico beneficie, para o Bronze Pleno, de abundantes contextos funerários, notando-se uma carência de dados habitacionais, os contextos do final da Idade do Bronze transparecem a situação inversa. Para este momento, os contextos funerários são meramente pontuais na Estremadura portuguesa, situação que parece contrastar com os sítios de *habitat*, que, nesta fase final da Idade do Bronze, parecem gozar de uma expressividade acrescida na paisagem.

Ainda assim, os dados que têm sido compilados permitem assumir que o mundo da morte neste período é passível de ser dividido em pelo menos dois grupos: as inumações, bem representadas no Alentejo e Algarve mas em menor número para a região em análise, conhecendo-se apenas a inumação de Santo Amaro, em Sintra e a Roça do Casal do Meio em Sesimbra; e as incinerações, das quais destacamos o emblemático núcleo de Alpiarça (Gomes, 2016, p. 54).

Apesar disso, não excluimos, a possibilidade de (re)utilização de monumentos megalíticos na Península de Lisboa, a par do que tem sido documentado no Alentejo e Algarve (*Ibidem*). No entanto, face à inexpressividade de dados que apontem nesse sentido, não é possível, sem outros argumentos, avançar com essa ou outras considerações.

Embora se admita que as elites do Bronze Final não beneficiam, ainda, no registo arqueológico, de uma individualização clara, nos espaços domésticos ou nos funerários (Cardoso, J. L., 2000, p. 61), contamos com algumas evidências que se apresentam como excepções neste cenário global.

Admitindo que as pontuais manifestações funerárias são uma expressão de elites locais, notamos um evidente desequilíbrio entre os sítios habitacionais e os espaços da morte, o que obriga a questionar a localização das principais necrópoles proto-históricas que espelham a real densidade demográfica desse momento e desses *habitats*.

O debate acerca dos contextos funerários durante o Bronze Final parece estar ainda longe de conseguir respostas conclusivas, ainda assim, acreditamos que dados

futuros trarão uma nova luz sobre os espaços da morte do Bronze Final, iluminando um passado que permanece, em parte, “sepultado”.

* * *

Com base nos dados expostos ao longo deste capítulo, pretendemos agora debater algumas considerações acerca da malha de povoamento na fase final da Idade do Bronze na Península de Lisboa.

Temos conhecimento de algumas ocupações bem destacadas, com condições de visibilidade e defesa apreciáveis, delimitadas por aparelhos pétreos. Nestes integramos a Serra do Socorro, o Castro do Amaral, o Cabeço de Alcaíça, o Castelo da Amoreira e o Castelo dos Mouros. Para estes aglomerados assumimos um papel de relativa centralidade

na malha de povoamento regional, inserindo-se nos designados “povoados centrais”. A partir destes é visível a linha do Tejo e, para a maioria, o Atlântico, além de cursos de água menores, que se localizavam nas imediações, como o Rio Grande da Pipa, para o Castro do Amaral, a Ribeira da Costa para o Castelo da Amoreira ou ainda a Ribeira de Cheleiros para o Cabeço de Alcaíça. Estes povoados controlavam, assim, não só o espaço adjacente, como o acesso aos recursos hídricos.

Os povoados centrais, como já foi discutido, conviveram com outros, implantados em zonas baixas sem condições de defesa natural, que parecem concentrar-se, sobretudo, a Sul da Península de Lisboa, em zonas próximas das margens do Tejo. Insistimos que é plausível uma eventual inter-relação entre estes, que pode ter por base uma subordinação, situação que, ainda assim, nos parece improvável. Refira-se, neste âmbito, que, além das consideráveis distâncias face aos povoados centrais, estas relações poderiam estar assentes em alianças ou em trocas comerciais bilaterais, conquanto admitamos algum grau de dependência.

A este propósito a bibliografia tem sublinhado a importância que as actividades agrícolas assumiram nesses povoados abertos, colocando-se ainda a hipótese de esses produzirem excedentes, ainda que se deva ter em conta o período que tratamos e a real definição deste conceito, que seriam comercializados com os povoados de altura. Esta possibilidade é, embora não unanimemente, corroborada pela maior densidade de

elementos de sílex denticulados nesses sítios, chegando, nos casos do Abrunheiro e da Tapada da Ajuda, a reunir centenas de exemplares (Cardoso J. L. e Silva, 2004, p. 233; Cardoso, J. L., 2010-11a, p. 48).

Apesar de não se poder ter em conta a Tapada da Ajuda nesta discussão, uma vez que o seu abandono foi anterior à afirmação dos povoados de altura e atendendo à fundação de tantos outros núcleos implantados em cotas baixas, contemporâneos daqueles, parece que devemos ter em conta alguns indícios que apoiam eventuais trocas entre ambos, pelo menos, a uma escala regional (Cardoso, J. L., 1994b; 1995a; 1665b; 1996; 2016-17, p. 550). Por outro lado, voltando à possibilidade de os povoados abertos terem produzido mais do que o necessário para o autoconsumo, a hipótese de tais excedentes terem sido comercializados não parece ser descabida (*Ibidem*). Neste sentido, ganha particular relevância a quantidade de denticulados que habitualmente aparecem nos povoados de cota baixa (*videm* Tabela 3), situação que delata uma evidente produção activa, mesmo se tivermos em conta a amortização cronológica. O mesmo elemento, porém, não aparece com a mesma intensidade nos povoados de altura, como a Serra do Socorro e o Cabeço de Alcaíça (Ponce, 2012, p. 64), embora admitamos que neles está presente.

Assim, e mesmo que a actividade agrícola tenha sido praticada em ambos, parece possível admitir que seriam os de cota baixa que reuniam condições mais favoráveis à agricultura. Provavelmente, terá sido este um dos motivos que favoreceu uma relação mais intensa destes com aqueles que lhes estavam mais próximos. Não se deve, portanto, desconsiderar a densidade demográfica dos povoados centrais, quando comparada com uma eventual produção e, sobretudo, com o consumo. Parece evidente o desequilíbrio entre estes no registo arqueológico, conquanto devamos admitir que este pode ser resultado de um maior número de intervenções realizadas nos aglomerados de cota baixas.

A própria orografia do terreno permitia a estes grupos, do sul da Península de Lisboa, explorarem de forma extensiva os solos, sendo de destacar, neste contexto que a zona, integrada no complexo basáltico de Lisboa, a riqueza não só em termos de potencial agrícola, mas também nos recursos aquíferos.

As estratégias económicas desses aglomerados não se cingiriam unicamente à produção cerealífera. Estas comunidades dedicavam-se ainda à criação de gado e à cinegética, actividades comprovadas pela identificação e classificação de fauna

mamalógica nos sítios do Abrunheiro, Cabeço do Mouro e Praça da Figueira (Cardoso,

SÍTIOS	CNS	ESCAVAÇÃO	OCUPAÇÃO	IMPLANTAÇÃO	DENTICULADOS	O. BRUNIDOS
Serra do Socorro	986	1991; 2007; 2008	<i>Habitat</i>	Altura	4	5
Cabeço de Alcainça	6177	-	<i>Habitat</i>	Altura	1	4
Castelo dos Mouros	19448	2009; 2010; 2011	<i>Habitat</i>	Altura	-	5
Castelo da Amoreira	2658	1986; 1993	<i>Habitat</i>	Altura	-	5
Castro do Amaral	18155	2009	<i>Habitat</i>	Altura	-	-
Alcáçova de Santarém	85	1979; 1983; 1984; 1985; 1986; 1987; 1988; 1989; 1990; 1995; 1997; 1998; 1999; 2000; 2001	<i>Habitat</i>	Altura	-	3
Penha Verde	4436	1957; 1958	Esporádica	Altura	-	-
Tapada da Ajuda	5216	1983; 1984; 1986; 1987	<i>Habitat</i>	Encosta	136	-
Praça da Figueira	1925	1962; 1999; 2000; 2001	<i>Habitat</i>	Planície	3	4
Qta Nva. de Sto António	6228	2009	<i>Habitat?</i>	Planície	-	-
Abrunheiro	-	1990	<i>Habitat</i>		>216	-
Gruta Correio-mor	13117	Ano?	Gruta		-	14
Moita da Ladra	19186	2003; 2004; 2005; 2006; 2009	Depósito votivo	Encosta	-	-
Rua das Alcássimas	217	2000; 2004; 2005; 2006; 2007	<i>Habitat</i>	Encosta	10	34
Cabeço do Mouro	8286	2003	<i>Habitat</i>	Encosta	1	-
Alto das Cabeças	15363	-	<i>Habitat</i>	Encosta	26	-
Tholos do Barro	662	1965	?	Altura	1	-
Tholos do Monge	3385	1878	?	Altura	>1	-
Cova da Moura	4008	Ano?	Gruta		-	>1
Quinta das Lapas	4729	-	Gruta		-	-
Quinta da Carapinha	30380	-	<i>Habitat</i>	Encosta	>1	-
Penedo do Lexim	664	1998; 1999; 2000; 2002; 2003; 2004	Esporádica	Altura	-	-
Cabecinho da Capitôa	22983	2006	Depósito	Altura	3	-
Funchal	1780	-	<i>Habitat</i>	Altura	-	-
Fojo dos Morcegos	174	-	Gruta		-	>1
Monte do Sereno	19446	-	Depósito	Altura	-	-
Pragança	1260	1893; 1988; 1989; 1990	Esporádica	Altura	-	-
Ota	3036	-	Esporádica	Altura	-	-
Quinta do Percevejo	7458	1990	<i>Habitat</i>	Planície	-	1
Quinta do Marcelo¹	3237	1986	<i>Habitat</i>	Planície	2	7

Tabela 3 - Expressão do nº de denticulados e cerâmicas com ornatos brunidos.

¹ Informação cedida por Mariana J. Loureiro que se encontra a estudar os materiais proto-históricos da Quinta do Marcelo

J. L., 2010-11a, p. 69; 2006, p. 44; Silva, 2013, p. 48 e 53). O seu posicionamento próximo das margens do Tejo, conferia-lhes ainda um acesso facilitado a recursos marinhos, tendo sido recolhidos conjuntos assinaláveis de restos malacológicos no Cabeço do Mouro, no Abrunheiro, na Praça da Figueira e Quinta do Percevejo (Cardoso, J. L., 2006, p. 45; 2010-11a, p. 71; Silva, 2013, p. 48 e 53; Barros e Santo, 1991, p. 333; Barros, 1998, p. 32-33).

Insistimos que não se pretende, contudo, negar a existência de produções na periferia dos “povoados centrais”, apesar de o registro arqueológico ter fornecido mais evidências de uma exploração intensiva naqueles. Lembramos, neste âmbito, a quantidade de elementos de foice que tem sido reconhecida em uns e outros, a menor dimensão dos povoados de cotas baixas e a eventual existência de trocas transregionais já defendidas por outros autores (Cardoso, J. L., 2016-17, p. 550). Além disso, seguramente que a maior densidade populacional e a menor intensidade produtiva própria não foi suficiente para abastecer os “povoados centrais”. De facto, não parece credível pensar que, durante a fase mais tardia do Bronze Final, os aglomerados fossem completamente independentes uns dos outros, o que implica a existência de relações sociais, culturais e/ou económicas entre eles.

Esta fraca expressividade, no que se refere a indicadores de produção nos “povoados centrais” poderá, inclusivamente, estar relacionada com os quadros metodológicos que estiveram por trás das próprias recolhas nos povoados de altura e zonas adjacentes, que foram, na maioria, alvo de escavações e prospecções antigas e com um registo pouco preciso, enquanto os sítios implantados em zonas mais baixas têm sido alvos de escavações e publicações recentes.

Neste sentido, chamamos a atenção para a necessidade de reavaliar não só os conjuntos artefactuais das recolhas antigas, que se encontram depositados em instituições dispersas e que carecem de um estudo pormenorizado, como dos próprios contextos, com novas escavações que forneçam mais dados. Sublinhamos, ainda, a extrema importância que teria a identificação de faunas, escassas nos povoados mais interiores do território, bem como análises palinológicas, com o objectivo de colmatar o obscurantismo das estratégias económicas levadas a cabo nestes “povoados centrais”.

Além da eventual produção de excedentes para permuta com os povoados centrais, sublinhada na bibliografia (Cardoso, J. L., 2010-11a, p. 71; 2004a, p. 177), outro argumento a favor de eventuais trocas à escala regional seria a exploração de

recursos mineiros na zona estuarina. A esse respeito, e a título de exemplo, chamamos a atenção para o topónimo *Oeiras*, actual unidade administrativa localizada junto ao Rio Tejo, cujo topónimo remete justamente para “Ouro” (Guerra, 2009, p. 596).

De facto, remontam aos mais antigos autores clássicos a riqueza aurífera do Tejo, de que é exemplo o tópico “*aurifer Tagus*” na obra de Catulo (XXIX), mencionando Ovídio que “/.../ e o ouro que Tejo arrasta no seu leito flui, derretido pelas chamas /.../” (*Met.* II, 251, cf. Guerra, 2009, p. 597). Plínio-o-Velho indica ainda que as areias do Tejo são ricas em ouro (*Nat. Hist.*, IV, cap. CXV). As referências destes autores clássicos são ainda corroboradas pela epígrafe de Idanha-a-Velha (Encarnação *et al.*, 2011), na qual fica evidente a riqueza do Tejo.

[T]I(berius) (hedera) CLAVDI/VS (hedera) RVFVS / [I]OVI (hedera)
O(ptimo) (hedera) M(aximo) / OB (hedera) REPE[RTA] / 5 [A]VRI (hedera)
P(ondo) · CXX[...?] / V(otum) (hedera) L(ibens) (hedera) S(olvit) [?]

Lê-se: “Tibério Cláudio Rufo a Júpiter Ótimo Máximo.

Cumpriu o voto de boa vontade, por ter encontrado cento e vinte (?) libras de ouro”

(*Op. Cit.* 2011, Encarnação *et al.*, p. 113)

Apesar de esses autores não fornecerem informações mais detalhadas acerca da exploração de ouro no Rio Tejo, temos ainda outras referências que remontam à ocupação islâmica da área. Apesar de igualmente sucintas, comprovam essa actividade em períodos recuados. Esta informação não atesta uma eventual exploração durante a transição do II para o I milénio a.C., contudo esta deve ter em consideração, sobretudo se pensarmos na identificação de ouro nos sítios da Penha Verde (Cardoso, J. L., 2010-11b) e na Quinta do Marcelo (Barros, 2000).

Para outros sítios, de génese ocupacional durante o Calcolítico, mais tarde reocupados durante o Bronze Final, os conjuntos artefactuais proto-históricos são escassos, demonstrando tratar-se de uma limitada e pontual utilização do espaço. Da ocupação da Idade do Bronze, destacam-se os conjuntos metálicos, entre os quais se integram os elementos de pesagem (ponderais), que parecem ser particularmente expressivos nestes contextos. Todavia, os elementos que atestam actividades metalúrgicas contrastam com o número de recipientes cerâmicos do inventário, que,

sendo reduzido, não permitem o seu enquadramento em uma ocupação efectiva, de carácter habitacional. Esta fraca expressividade de cerâmicas pode, contudo, estar relacionada com as próprias recolhas, uma vez que, tratando-se de “explorações” antigas, particularmente os casos da Ota e Pragança, os seus recolectores podem ter dado preferência aos metais e recipientes decorados, em detrimento de recipientes cerâmicos lisos.

Para estes sítios arqueológicos, admite-se uma provável ocupação esporádica, vocacionada para transacções comerciais, com uma carga simbólica associada (Cardoso, J. L., 2010-11b, p. 588-589; Sousa, E., 2016, p. 397), e, talvez, para práticas associadas à manipulação e transformação do metal (Cardoso, J. L. e Sousa, M. J., 2014, p. 365; Vilaça, 2011, p. 160). Esta realidade pode ser atestada pela identificação de ponderais que seriam utilizados como unidades de peso e medida estandardizados, sobretudo se pensarmos em matérias-primas de valor acrescido. Enquadramos neste tipo de ocupação o Castro de Pragança, o da Ota, o Penedo do Lexim e a Penha Verde.

Além disso, não parece descabido pensar que esta actividade seria praticada por um grupo restrito de membros da sociedade. Seguramente que o manusear dos metais era algo transmitido na mesma linhagem, conservando-se um eventual destaque social, económico e, quiçá, simbólico. Neste sentido, talvez assim possamos melhor aceitar o labor destas actividades, embora próximas, fora dos grandes aglomerados populacionais. Por outro lado, também o elevado risco de incêndios no interior dos povoados pode ser responsável por um possível afastamento das actividades que exigiam a constante presença de fornalhas. Estas evidências são constatadas para momentos mais recentes, nomeadamente: a proibição de actividades relacionadas com o fogo no interior das cidades romanas (Lindsay, 2000, p. 170) e a restrição de actividades metalúrgicas registada para a época Medieval (Bazzana, Bedia e Trauht, 2002, p. 114; Bazzana, 2011, p. 177). Podemos ainda chamar à colação alguns sítios rurais, coetâneos do citado anteriormente, que se dedicaram à produção metalúrgica. Mesmo nestes, como é o caso de Bagoeta, em Álava, as forjas parecem estar deslocadas das áreas habitacionais (Garai-Olaun, Torrecilla e Bustinza, 2011, p. 72-74).

Todavia, e mesmo admitindo a validade destes argumentos, outros poderão estar por de trás da existência de sítios vocacionados para actividades metalúrgicas fora dos principais aglomerados; é o caso da evidente necessidade de fácil acesso a combustível. Não se pretende demonstrar uma aparente marginalização destas actividades por parte

dos aglomerados principais. Tampouco se pretende negar que, neste período, conhecemos evidentes casos em que estes labores foram realizados dentro dos próprios povoados, como parece ser o caso da Beira interior (Vilaça, 1995). Porém, as evidências compiladas até ao momento para a região em análise parecem ser contrastantes com os daquela. De facto, e a título de exemplo, os ponderais reconhecidos, associados pela maioria dos investigadores a estas actividades (Vilaça, 2011; Cardoso, J. L. e Sousa, M. J., 2014), aparecem sempre nestes aglomerados de menores dimensões, eventualmente nas cercanias de outros, de maior concentração demográfica.

R. Vilaça admitiu, em *“Ponderais do Bronze Final-Ferro Inicial do Ocidente Peninsular: novos dados e questões em aberto”* (2011), que, para as comunidades indígenas do Bronze Final, estes elementos surgem maioritariamente em locais vocacionados para actividades metalúrgicas. Além disso, a mesma autora reconheceu que estes artefactos eram utilizados enquanto peso e medida no manusear do bronze e do ouro (Vilaça, 2011, p. 160), o que parece, na nossa perspectiva, estar de acordo com o facto de corresponderem a “matérias-primas de prestígio”.

Na Penha Verde, além dos quatro ponderais (Vilaça 2003; Cardoso, J. L., 2010-11b), foi ainda reconhecida a existência de um lingote de bronze e artefactos interpretados como sucata destinada à refundição (Cardoso, J. L., 2010-11b, p. 582, Fig. 3). A presença destes elementos, aos quais se podem somar outros, de ouro, pode, com efeito, demonstrar que alguns destes sítios estavam destinados à transformação do metal, ainda que tal realidade não inviabilize outras propostas. O grande inconveniente destes dados, reside, porém, no facto de a maioria de elementos metálicos disformes, como é o caso de escórias, pingos ou outros, não terem sido alvo de análises, não permitindo afirmar se estamos perante ligas binárias ou não.

No que respeita ao espólio encontrado no Penedo do Lexim, embora não possamos afirmar taxativamente que este pode ser associado às mesmas actividades de transformação do metal, encontramos indícios que permitem apontar nessa direcção. Desde logo a presença de um punção e um cinzel (Sousa, A. C., Valério e Araújo, 2004, p. 111, Fig. 13) pode corroborar tal possibilidade, pois trata-se de ferramentas utilizadas nesse âmbito. No entanto, o facto de os machados de bronze, encontrados durante a exploração da pedreira, apresentarem características que permitiram aos autores afirmar que não haviam sido utilizados, ostentando ainda as rebarbas de fundição e parecendo terem sido obtidos do mesmo molde (Arnaud, Oliveira e Jorge, 1971, p. 131; Sousa, A.

C., Valério e Araújo, 2004, p. 114), pode igualmente ser argumento de que, na área, existiu algum eventual contexto de transformação ou, pelo menos, laboração de metal durante a Idade do Bronze.

Sabemos, efectivamente, que foram realizadas actividades metalúrgicas durante a ocupação Calcolítica do local (Sousa, A. C., Valério e Araújo, 2004; Sousa, E. e Sousa, A. C. *no prelo*), atestada pela identificação de pingos de fundição de cobre (Sousa, A. C., Valério e Araújo, 2004, p. 108). No entanto, após a finalização do projecto no âmbito do qual o material metálico do Penedo do Lexim foi analisado “Metalurgia do Penedo do Lexim”, que decorreu em 2000 e 2001 (Araújo *et al.*, 2003, Sousa, A. C., *et al.*, 2004), outras peças metálicas foram recolhidas, concretamente nas campanhas de 2002 a 2004, requerendo estas últimas análises que confirmem a sua liga (Sousa, A. C., 2010, p. 348).

Os contextos de proveniência dos elementos de bronze publicados remetem para as U.E.’s 2, 8, 9 e 17. Destas, sobressai a U.E. 9, interpretada como uma provável estrutura de combustão (Sousa, A. C., 2010, p. 112 e 116), da qual são provenientes pelo menos três dos elementos de bronzes analisados, além de outros, de cobre. Parece evidente que a presença destes elementos brônzeos remete automaticamente para contextos que se podem relacionar com a ocupação esporádica do Bronze Final. Conquanto não possamos relacioná-los taxativamente com eventuais restos de fundição, a sua presença no sítio, assim como as características *ex novo* dos machados de bronze, permitem, ainda que de forma indirecta, supor a existência de tais actividades nesse momento.

Na Penha Verde, além do material exumado do interior da Casa 2, surgiram alguns artefactos enquadráveis na ocupação do Bronze Final, no designado “Fosso da Casa 2”, onde se documentaram três suportes de lareira, cerâmica diversa (nomeadamente com decoração campaniforme) e níveis de cinzas, tendo sido estes materiais associados a detritos da Casa 2 (Cardoso J. L. e Ferreira, 1990, p. 6). Deste contexto, são ainda provenientes evidências indirectas de actividades metalúrgicas, concretamente pingos de fundição (Zbyszewski e Ferreira, 1958, p. 52), que não podemos atribuir a nenhum dos dois momentos de ocupação do sítio, pois não foram ainda alvo de análise que descodifique se se trata, ou não, de uma liga.

Perante a ausência de evidências directas que confirmem práticas metalúrgicas nestas estações durante o Bronze Final, como por exemplo moldes, de cadinhos ou

restos de fundição de bronze, não podemos avançar com mais considerações a este respeito.

Esta ausência de contextos de produção metalúrgica na Estremadura contrasta com o panorama das Beiras, onde há dados que atestam uma produção metalúrgica efectiva, caracterizada, no entanto, por ser em pequena escala, de âmbito familiar e destinada ao consumo próprio no seio das zonas de *habitat* (Vilaça, 2004, p. 3).

Sabemos, no entanto, que muito provavelmente terá existido pelo menos um centro de produção metalúrgica na área de estudo neste trabalho, confirmada pela identificação do célebre molde de arenito do casal de Rocanes em Sintra (Fontes, 1916; Cardoso, J. L., 2004a). Outros casos se lhe podem somar, nomeadamente os da Ota e de Pragança, onde se reconheceram conjuntos de ponderais, mas para os quais não se conhece informação contextual que confirme as características da ocupação daqueles espaços.

A possível função de “centro metalúrgico” destes sítios, sem outros dados que a fundamentem, é, apesar de tudo, titubeante, não inviabilizando a proposta de outros investigadores, que atribuem a estes locais uma função predominantemente comercial, onde ocorreriam trocas mercantis. Com efeito, não parece descabido pensar que o local onde se produziam artefactos metálicos, ou as suas imediações, correspondesse a um eventual ponto-de-encontro onde se adquiriam artefactos de prestígio, já que assumiam características de destaque na paisagem.

Parece-nos, então, provável uma troca efectiva de bens nestes sítios, bem destacados na paisagem, escolhidos muito provavelmente pela sua visibilidade “*tanto na perspectiva de quem ali se encontra como na de quem se aproxima*” (Op. cit. Sousa, E., 2016, p. 363), com recurso a pesos com medidas estandardizadas, pressupondo a adopção de um sistema metrológico e de racionalização partilhado com base no siclo sírio de 9,3/9,4g, com seus respectivos múltiplos e divisores (Vilaça, 2011, p. 164).

* * *

As reutilizações de cavidades naturais são recorrentes no Bronze Final. Tendo já sido algumas delas abordadas ao longo deste trabalho, como a Gruta do Correio-Mor e a Cova da Moura, ainda se podem mencionar, entre outras, as grutas do Cabeço do

Castelo, em Torres Vedras, do Abrigo Grande das Bocas, em Rio Maior, de *Ibn Amar*, em Lagoa, da Ladoeira Grande, em Olhão, da Lapa do Fumo, em Sesimbra, do Poço Velho, em Cascais e da Ponte da Laje, em Oeiras (Belo, Ferreira e Trindade, 1961; Spindler, 1981; Gomes e Calado, 2007; Paço, 1942; Carreira, 1990-92; 1997-98b; Cardoso J. L., e Carreira, 1996; Almeida, 2014, p.131).

Embora não se rejeite a sua função funerária, a ausência de restos osteológicos e de cinzas levou alguns autores a proporem que estes espaços se revestiam de uma carga simbólica considerável, sendo assim, a sua ocupação, conotada com um forte cariz ritual (Cardoso, J. L., 2004b, p. 188, 201 e 204; Almeida, 2014, p. 131). Uma outra proposta admite uma possível utilização como espaços de armazenamento, apoiada pela identificação de grandes recipientes aptos para a armazenagem (Cardoso, J. L., 2004b, p. 201).

Estas cavidades naturais, com pouca luminosidade, seriam, possivelmente, espaços associados ao “sagrado” onde, durante a Pré e Proto-História, se prestavam cultos. De facto, os santuários em gruta foram uma realidade que se estendeu ao longo de todo o Mediterrâneo durante o II e I milénios a.C., dos quais se destaca a célebre gruta do Monte Ida, em Creta. Nesse local, de culto prestado a Zeus, foram identificados escudos, armas, recipientes cerâmicos, entre outros artefactos (Frothingham, 1888 *apud* Gomes e Calado, 2007, p. 154).

Além das características físicas das grutas, que só por si adquirem um aspecto misterioso, do interior destes espaços brotam, por vezes, águas com propriedades específicas, que se acreditava serem milagrosas (Gomes e Calado, 2007, p. 154).

Neste sentido, as cerâmicas recolhidas nestes contextos poderiam ter sido utilizadas para libações, e os grandes recipientes poderiam conter cereais, que podiam corresponder quer a oferendas às divindades quer a contentores onde se armazenavam os alimentos, que seriam consumidos apenas em âmbito ritual, quer ainda para a obtenção de bebidas fermentadas, feitas a partir de cereais ou frutos (Gomes e Calado, 2007, p. 155). De facto, estas reutilizações, durante o Bronze Final, são delatadas por conjuntos cerâmicos de produção cuidada (nomeadamente as taças de ornatos brunidos) e espólio metálico que se poderia associar a esses rituais.

As ocorrências mais enigmáticas, contudo, são os “depósitos”. Estes, por resultarem, em parte, de achados ocasionais aparentemente dispersos na paisagem, para os quais o registo se prova muitas vezes insuficiente, resultam numa dificuldade

acrescida quando procuramos dar-lhes significado. O próprio fenómeno em si prova ser uma realidade plural, apresentando uma grande variabilidade relativamente ao número de artefactos, composição, associação e meio onde foram depositados, o que intensifica a discordância nas propostas que têm sido avançadas (Vilaça, 2006, p. 9 e 21). Os trabalhos desenvolvidos não parecem aprofundar estes contextos de forma sistemática. Os estudos que se debruçaram sobre o tema resumem-se a: 1. breves apontamentos sobre novos achados; 2. estudos gerais sobre o Bronze Final; 3. ensaios sobre as dinâmicas de povoamento regionais; 4. análise de artefactos metálicos, cingindo-se, quase sempre neste caso, à tipologia e análise dos materiais.

O primeiro estudo sistemático que se centrou especificamente nos depósitos, a nível nacional, foi publicado por R. Vilaça, que procurou reunir e problematizar a informação até então disponível (2006). Nesse trabalho, a autora sublinha que estas deposições, aparentemente aleatórias, são transversais no tempo e no espaço, tendo sido identificados em contextos do Neolítico, da Idade do Ferro, da ocupação Romana, alcançando inclusivamente a Idade Média (*Ibidem*, p. 20). Esta prática de deposição e ocultação do metal é um fenómeno que parece ter maior expressividade na Idade do Bronze, que, por sua vez, se estende desde o Atlântico até ao Mar Negro, do Norte da Europa até ao Mar Mediterrâneo (*Ibidem*).

Apesar de ser um tema com muitas limitações, devido à diversidade de fenómenos movidos por crenças ou motivações inacessíveis, estes contextos são frequentemente tidos como estáticos e esgotados *per se*, não permitindo abrir espaço a novos entendimentos nem a novas leituras. A autora sublinha ainda que os mesmos não se devem esgotar no conteúdo, devendo tomar-se em consideração os espaços onde se inserem e redefinir a concepção de contexto para estas realidades, pois poderá ser a partir dessa adaptação que nos conseguiremos aproximar das motivações que moveram os agentes responsáveis pelas deposições, até porque os conteúdos podem resultar de significados e entendimentos distintos (*Ibidem*, p. 89-91).

Já foi dissecada a variedade de depósitos reconhecidos até ao momento; podendo estes contextos ser divisíveis em: depósitos votivos, depósitos rituais, depósitos de sucata, depósitos utilitários, depósitos de artífice, depósitos de mercador e depósitos de fundidor (Vilaça, 2006, p. 10; Arruda e Vilaça, 2007, p. 30).

Em suma, os reconhecidos até ao momento podem corresponder a deposições votivas, quando revisitados podem ser interpretados como lugares sagrados; achados

isolados, resultantes do que resta de um depósito original (podiam conter elementos percíveis como flores, objectos de outras matérias-primas), podendo nestes casos ser confundidos com situações de perdas ou de abandono propositado; ou podiam ainda resultar de apropriações simbólicas do espaço, funcionando assim como elementos estruturantes do espaço cultural dessas comunidades (Vilaça, 2006, p. 91).

* * *

É notória, no registo arqueológico, uma evolução da malha de povoamento do Bronze Final na Península de Lisboa, com indícios mais discretos para o Bronze Final I, destacando-se os dados da estação da Tapada da Ajuda. Durante o Bronze Final II denota-se a emergência de povoados em altura, com alto índice de visibilidade e controlo da paisagem, o que poderá estar associado aos primeiros contactos com comunidades de origem exógena. Em simultâneo surgem também, de forma disseminada, povoados de encosta/vertentes, situados a altimetrias relativamente baixas, próximos das margens do Tejo.

A generalidade destes povoados corresponde tanto a fundações de raiz, como a reocupações de espaços antes ocupados, e para os quais não temos conhecimento do seu real significado. Infelizmente, à luz dos dados disponíveis, não é ainda possível intuir um padrão nestas ocupações. Por outras palavras, não é ainda possível verificar se os que foram fundados de raiz correspondem unicamente aos de altas ou baixas cotas.

Verifica-se ainda uma complexidade social acrescida, que se reflecte na própria diversidade de ocorrências, sejam de *habitat* ou ocasionais, para as quais o registo arqueológico se mostra ainda insuficiente na sua caracterização. Esta situação advém da ausência de estruturas edificadas reconhecidas para esta época. Além disso, para a zona mais interior da Estremadura, os estudos carecem de uma actualização, o que se soma à referida invisibilidade dos respectivos contextos funerários. Como é norma, são estes que, geralmente, permitem leituras mais assertivas acerca da complexidade social que marcou esta área na transição para o I milénio a.C.

A Estremadura absorveu, enquanto zona de confluência de contactos, as diversas influências, tanto a uma escala regional como supra-regional. Teve, provavelmente, um papel activo nas vias de aprovisionamento do estanho e do cobre,

oriundos da Beira Alta e do Sudoeste, respectivamente. Estas transacções, com as zonas mais interiores do território, são ainda demonstradas pela dispersão de cerâmicas decoradas com ornatos brunidos no curso do médio e alto Tejo, que, segundo J. L. Cardoso, poderá coincidir com a rota do estanho (2004a, p. 185). Além disso, os próprios artefactos, principalmente os metálicos, permitem assumir, com relativa segurança, transacções com o Mediterrâneo e o Atlântico. Através destes contactos não chegariam apenas materiais inéditos para as comunidades locais (autênticos fosseis-directores), mas também novos conhecimentos, assimilados em híbridas recriações, seja ao nível da cultura material ou de comportamentos e ideologias (Vilaça, 2007, p. 138).

6. Considerações Finais

A Serra do Socorro

Importa, neste capítulo, inserir e compreender a Serra do Socorro no quadro do povoamento da Península de Lisboa durante a transição do II para o I milénio a.C., tendo sempre em conta a centralidade que este sítio assumiu entre o Tejo e o Atlântico.

Este exercício não foi fácil, apresentando, frequentemente, falhas e carências, muitas devidas às heranças das investigações que as têm perpetuado, sem que se insista nas suas resoluções. Além desta situação, que reconhecemos ser potenciada por uma outra, a dispersão de dados para a Estremadura sobre os sítios do Bronze Final (sejam achados isolados, recolhas antigas e de superfície, cujos materiais se encontram por estudar) é amplamente constrangedora para o avanço da investigação.

A própria Serra do Socorro tem vindo a ser alvo de diversas recolhas e interpretações, como, aliás, já mencionámos neste trabalho, tendo sido por diversas vezes aludida em publicações dedicadas a distintas temáticas e variados períodos. Esta situação é, ela própria, sintomática da importância que este sítio arqueológico ganhou no discurso da Proto-História da região. Se, por um lado, a ampla diacronia demonstra que foi primordial na fixação das comunidades da Antiguidade, por outro, a elevada quantidade de materiais que tem oferecido, nem todo provenientes de intervenções arqueológicas, demonstra que essas comunidades gozaram de relativo poder aquisitivo.

A atribuição crono-cultural e caracterização dos dados artefactuais nem sempre foi linear. Referimo-nos concretamente ao impugnado conceito definido por G. Marques, a “Cultura de Alpiarça”, tendo-o o autor associado aos materiais que recolheu nas suas intervenções no local, que incluímos na amostra deste estudo.

Não obstante, as escavações mais recentes permitiram a identificação de novos dados, ainda que, devido à limitada potência estratigráfica da área alvo da intervenção, aliada às diversas remobilizações do terreno, não permitiram a identificação de níveis estratigráficos plenamente conservados. Ainda assim, merece destaque a identificação de uma estrutura de planta circular, no *Locus 1* que poderá corresponder, provavelmente, segundo as autoras do relatório técnico-científico, a uma edificação do Bronze Final, associada a uma estrutura de combustão.

Das intervenções de G. Marques, sabemos que, particularmente na Sondagem 3, havia níveis conservados com materiais exclusivos do Bronze Final, que foram recolhidos em uma camada sedimentar que cobria um provável pavimento de argila.

Infelizmente, estas foram as únicas intervenções arqueológicas realizadas até ao momento neste sítio, que, como vimos, se resumem em poucas palavras e são de limitados resultados, não permitindo grandes conjecturas. Se uma corresponde a uma intervenção antiga, da qual se perdeu a maior parte da informação e registo de campo, a outra foi realizada numa área da serra que apresenta profundas alterações do subsolo, devidas às ocupações mais recentes. Todavia, o relevo topográfico do cume da serra, na parte oposta àquela onde se implantou a ermida quinhentista, parece estar bastante mais conservada, alheia às construções modernas da parte Sudoeste, sendo aí que, porventura, se encontrarão eventuais níveis proto-históricos conservados. Lamentamos a inexistência de acompanhamento arqueológico aquando a colocação de uma antena de telecomunicações na parte nordeste, o que teria confirmado se, efectivamente, existem contextos conservados.

No que à implantação diz respeito, a ocupação do Bronze Final parece integrar-se no quadro apresentado para outras ocorrências da zona mais interior da Estremadura, no qual os aglomerados proto-históricos parecem circunscrever-se a pontos elevados e bem destacados na paisagem. O mesmo acontece com a cultura material, cujas morfologias identificadas e analisadas neste trabalho encontram paralelos em outras estações, coevas cronologicamente, do Bronze Final.

Podemos também associar, com relativa segurança, a ocupação da Serra do Socorro a um sítio de *habitat*, que, muito provavelmente, desempenharia um papel de centralidade na malha de povoamento regional, o que pode estar, de alguma forma, relacionado com a sua localização central entre o Tejo e o Atlântico. De facto, a excelente visibilidade para um e para o outro marcador da paisagem pode ter facilitado o controlo do território envolvente.

Esta posição estratégica pode, por sua vez, estar ainda associada a rotas pelas quais circularam bens, produtos e gentes, integrando a Serra do Socorro nas redes de trocas inter-regionais. A comprová-lo encontramos o fragmento com decoração impressa de tipo Cogotas I, cujo horizonte cultural tem o seu epicentro na área da Meseta, tendo mesmo alcançado a costa atlântica. Porém, reconhecemos que os casos documentados nesta área são escassos, contando-se os da Alcáçova de Santarém

(Arruda e Sousa, E., 2015) e do Alto dos Cacos (Sousa, E. *et al.*, 2016-17, p. 13), aos quais somámos agora o exemplar da Serra do Socorro.

A identificação de um punhal de rebites é outro indicador, correspondendo este modelo a influências de cariz mediterrâneo (Cardoso, J. L., 2002, p. 327). A presença deste artefacto é, desde logo, uma clara evidência de bens de prestígio e de elementos destacados da comunidade. Se não podemos assegurar a origem desta lâmina de punhal, a sua recolha na Serra do Socorro comprova que este aglomerado não estava isolado daqueles que eram transmissores de influências e que, quiçá a sua posição estratégica, integrava elementos da sociedade de relativa importância.

Os fragmentos que ostentam ornatos brunidos, apesar de se limitarem apenas a cinco exemplares, são igualmente indicadores do papel desempenhado pela Serra do Socorro nessas redes, pois mais do que simples trocas de artefactos se assumem enquanto autênticas influências manifestas na cultura material. A análise e a caracterização das pastas dos fragmentos identificados permitem admitir um provável fabrico local, correspondendo, assim, à reprodução desse modelo decorativo que se encontra bem atestado nas áreas adjacentes aos principais cursos de água do território nacional, com maior destaque para o Guadiana, o Sado e o Tejo.

A discussão em torno das cronologias absolutas deste estilo decorativo permanece em debate, propondo-se um período de utilização compreendido entre os séculos XIII/XII a.C. e VIII/VII a.C. Estas balizas foram apresentadas com base em datações por radiocarbono que assinalaram uma contemporaneidade destas decorações nas Beiras com as do litoral andaluz, afirmando A. M. Soares que:

“Não parece aceitável que o aparecimento destas cerâmicas nas Penínsulas de Lisboa e de Setúbal ou, mesmo, no Alentejo se tenha dado num momento posterior ao surgimento destas nas Beiras. Se isso acontecesse, esse facto estaria em contradição com o que tem sido proposto que a Península de Setúbal, a qual teria constituído um dos focos de origem da cerâmica de ornatos brunidos tipo “Lapa do Fumo” (...) não será descabido propor uma data dentro dos séculos XIII/XII a.C. (...) para o aparecimento das decorações brunidas” (*Op. cit.* Soares, 2005, p. 140).

Com esta citação pretende-se salientar que a génese deste fenómeno decorativo no território nacional encontra-se ainda por determinar, sendo, de momento,

desconhecidas as reais influências e estímulos que estiveram na origem da incorporação dos ornatos brunidos na cultura material destas comunidades (Almeida, 2014, p. 134).

Sobre a tipologia da ocupação, a vigente legislação (base de dados Endovélico, DGPC) classifica-a como “povoado fortificado” (CNS 986). De facto, o seu carácter habitacional encontra-se patente na dispersão de materiais, que se estendem por toda a plataforma superior até às zonas de encosta. Se tivermos em conta a localização da Sondagem 3, das intervenções de G. Marques, como limite da área ocupada, a dispersão é aproximadamente de 48.000m².

Todavia, atendendo aos limites do talude de terra que envolve a plataforma do topo da serra, sob a qual não é improvável encontrar-se uma eventual estrutura pétreo defensiva, não faz muito sentido que a ocupação se estenda pelas encostas. A elevada inclinação da maioria destas parece inviabilizar a edificação de estruturas habitacionais, embora não desminta a utilização destas zonas para outros fins. Não obstante esta situação, os dados que extraímos da intervenção de G. Marques, concretamente da sondagem 3, localizada no sopé da serra, demonstram que na base da mesma também se terão instalado algumas estruturas. De facto, esses vestígios encontrar-se-iam na única zona onde seria possível efectivar uma ocupação, pois foram documentados num patamar pelo qual se teria acesso ao povoado.

Esta estrutura pétreo, composta por grandes blocos, parece circundar toda plataforma superior. No entanto, não dispomos, de momento, de suficientes elementos caracterizadores para discernir se se trata de uma edificação natural ou artificial, embora nos inclinemos para a segunda hipótese. Sendo viável, contudo, a existência de uma estrutura defensiva, desconhecemos a cronologia da sua construção, ainda que possamos intuir a sua provável dimensão. G. Marques, nos seus apontamentos, parece assumir tratar-se de um aparelho artificial, sublinhando ter identificado um fragmento de cerâmica campaniforme associado à estrutura. A presença deste elemento datante pode, assim, denunciar que a génese deste recinto muralhado é anterior à ocupação do Bronze Final, não inviabilizando, porém, uma reutilização proto-histórica.

Além disto, a quantidade de cerâmicas atribuíveis à ocupação do Bronze Final, bem como a diversidade morfológica documentada, permite igualmente apontar nesse sentido, principalmente se tivermos em consideração as reduzidas áreas intervencionadas.

Os elementos de foice e de moagem juntam-se aos anteriores argumentos para confirmar uma permanência ocupacional daquele espaço, pois pressupõem a existência de uma produção agrícola no local, que não é compatível com uma ocupação esporádica. Talvez por este motivo, G. Marques tenha registado evidências dessa ocupação no sopé da serra, a Sul, áreas que, embora não fossem consideradas ideais para ocupar, eram seguramente utilizadas para fins agrícolas.

De facto, é no topo da Serra onde se regista a maior concentração de vestígios arqueológicos, podendo os que se têm recolhido nas vertentes resultar de escorrimentos. O maior grau de rolamento e a sua maior raridade e dispersão são, na nossa perspectiva, indício dessa situação. Contrariamente, no topo as cerâmicas são abundantes à superfície, o que aponta para o facto de se situar aí a ocupação nuclear.

Não obstante, a estrutura pétreia, à qual foi atribuída a U.E. 12, com apenas 1m de diâmetro, parece-nos excessivamente diminuta para poder ser utilizada, irrefutavelmente, como prova da ocupação habitacional proto-histórica. A dita edificação, de planta subcircular, tem um embasamento nitidamente composto por blocos basálticos, matéria-prima local, e parece ser delimitada externamente por buracos de poste.

De facto, para a Idade do Bronze, as escassas estruturas habitacionais intervencionadas apresentam planta elíptica ou circular e embasamentos constituídos por buracos de poste periféricos, ou por muretes (Cardoso, J. L., Caninas e Henriques, 1998, p. 11). Embora raros, encontramos alguns casos análogos ao da Serra do Socorro, com estruturas de planta circular, concretamente no Outeiro de Beijós, em Carregal do Sal, cujo embasamento é composto somente por buracos de poste, sugerindo paredes compostas por materiais vegetais, com um diâmetro de sensivelmente 2m (Senna-Martinez, 1994, Fig. 2; Senna-Martinez, 2000).

Na Cidade de Terroso, na Póvoa do Varzim, as cabanas de planta circular, apresentam uma base de alvenaria. No entanto, estas estruturas são cronologicamente enquadráveis num momento tardio, em torno do século VIII a.C., (Silva, 1986), quando comparados com o caso em estudo.

Na estação de São Domingos, em Castelo Branco, foram documentadas duas cabanas, com diâmetros internos de cerca de 2 e 3m, cujo embasamento era composto por blocos e lajes de xisto e de grauvaque. Na área central da cabana maior, foi ainda identificado um buraco de poste, delimitado por elementos geológicos. Ambas cabanas

tinham entradas orientadas para Sudeste, claramente com o propósito de proteger o acesso da intempérie, pois o povoado implantou-se a meia-encosta (Cardoso, J. L., Caninas e Henriques, 1998, p. 6-10).

Na Fraga dos Corvos, em Macedo de Cavaleiros, as cabanas 1, 2, 3, 7, 8 e 9, associadas à fase inicial da Idade do Bronze, têm cerca de 3m de diâmetro e encontram-se delimitadas por 13/14 buracos de poste, além de um outro central de maiores dimensões (Senna-Martinez; Luís, 2009, p. 69).

Com base nos exemplos sinteticamente expostos, verifica-se que a utilização de buracos de poste funcionaria como alternativa a embasamentos de alvenaria e vice-versa. Assim, não deixa de ser curioso que a estrutura da Serra do Socorro tenha utilizado ambas soluções arquitectónicas. Neste caso concreto, a utilização dos buracos de poste teria, eventualmente, como função não a suspensão, mas sim a cobertura da estrutura de base. A reduzida dimensão da estrutura inviabilizava a utilização de um poste central. A entrada da estrutura não foi identificada, o que nos leva a crer que, a existir, estaria sobrelevada.

Insistindo no reduzido diâmetro do embasamento da estrutura da Serra do Socorro, devemos questionar a sua utilização num âmbito habitacional. A dimensão e morfologia não parece incompatível com uma função de armazenamento, que poderia ser corroborada com a identificação de grandes recipientes cerâmicos. No entanto, repetimos, devido ao elevado grau de afectação destes níveis e ao ineditismo da estrutura, não é possível avançar com propostas taxativas.

Com efeito, a componente artefactual aliada à análise de contextos e características da implantação assumem um papel decisivo na leitura e interpretação da Serra do Socorro, tendo em vista um efectivo enquadramento em âmbito mais amplo. Este exercício, de análise fundamental de um sítio arqueológico, revela-se imperativo para compreendermos a sua orgânica e, a partir dela, avançarmos para outra, contextual, na qual se revelem afinidades morfológicas, decorativas e construtivas com outros sítios. A actual estratégia de análise e interpretação dos dados arqueológicos têm como finalidade última essa integração de determinado povoado, apoiada pelos dados analíticos fundamentais e contextuais, num panorama bem mais amplo do que aquele que foi possível esboçar aqui.

Todavia, não tomaremos as dificuldades sentidas ao longo deste trabalho como desalentadoras. Pelo contrário, serão um forte estímulo para seguir a investigação deste

período nesta área geográfica. Esperamos que este não seja o último parágrafo por nós escrito acerca da Serra do Socorro, mas que seja aquele que potenciou um novo investimento científico sobre este importante sítio.

7. Bibliografia

7.1. Referências

- A. C. (1975) – Castro da Serra do Socorro. Expedição arqueológica da Escola Técnica. *Jornal Badaladas* de 14 de Junho de 1975. Torres Vedras, nº 1014.
- ALMAGRO BASCH, M. (1940) – El hallazgo de la Ria de Huelva en el Occidente de Europa. *Ampuries*. Madrid. 2, p. 85-143.
- ALMAGRO GORBEA, M. (1974) - Los tesoros de Sagrajas y Berzocana y los torques de oro macizo del occidente peninsular. *III Congreso Nacional de Arqueología*. Oporto, p. 259-282.
- ALMAGRO GORBEA, M. (1977) – *El Bronze Final y el período orientalizante en Extremadura*. Madrid: Biblioteca Praehistorica Hispana, vol. XIV.
- ALMEIDA, S. (2014) - Estilos e tendências na cerâmica de ornatos brunidos do Sudoeste Peninsular. VILAÇA, R. e SERRA, M. (coords.) - *Idade do Bronze no Sudoeste: Novas perspectivas sobre uma velha problemática*. Coimbra, p. 129- 147.
- ALVAR ESQUERRA, J. (2008) - Modos de contacto y medios de comunicación: los orígenes de la expansión fenicia. CELESTINO PEREZ, S.; RAFEL, N.; ARMADA PITA, X. L. (eds.) - *Contacto cultural entre el Mediterráneo y el Atlántico (siglos XII-VIII ANE): La precolonización a debate*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, p. 19-25.
- ANGELUCCI, D. (2006) - O Penedo do Lexim: aspectos geológicos e morfológicos. *Boletim Cultural de Mafra*. Mafra. 2005, p. 465-475.
- ARAÚJO, A.; MARQUES, T.; CORREIA, S. e LOURENÇO, F. (1986) - Lisboa e Arredores. *Roteiros da Arqueologia Portuguesa* 1. Lisboa. Departamento de Arqueologia, IPPC, p. 64.
- ARAÚJO, F.; VALÉRIO, P. e SOUSA, A. C. (2003) – EDXRF study of archaeological metallic artefacts from Penedo do Lexim (Portugal). International Conference Archaeometallurgy in Europe (Milão, 2003 - Proceedings of the International... Milano). Associazione Italiana di Metallurgia, Vol. II, p. 591-597.
- ARMBRUSTER, B. (1995) - O colar de Sintra. JORGE, S. (coord.) - *A Idade do Bronze em Portugal. Discursos de Poder*. Lisboa: Instituto. Português de Museus, p. 103.
- ARMBRUSTER, B. e PARREIRA, R. (1993) – *Inventário do Museu Nacional de Arqueologia. Coleção de ourivesaria. Do Calcolítico à Idade do Bronze*. Lisboa: Instituto Português de Museus. Vol. I.

- ARNAUD, J. M.; OLIVEIRA, V. S.; JORGE, V. O. (1971) – O povoado fortificado neo- e eneolítico do Penedo do Lexim (Maфра). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série 3: 5, p. 97-131.
- ARRUDA, A. M. (1994) – A Idade do Ferro do Centro/ Sul. MEDINA, J. (dir.), *História de Portugal*, Amadora, 2, p. 45-68.
- ARRUDA, A. M. (2005) - O 1º milénio a.n.e. no Centro e no Sul de Portugal: leituras possíveis no início de um novo século. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4, 23, p. 9-156.
- ARRUDA, A. M. (1999-2000) - *Los Fenicios en Portugal. Fenícios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VII-VI a.C.)*. Cuadernos da Arqueologia Mediterránea, 5/6. Barcelona: Universidad Pompeu Fabra.
- ARRUDA, A. M.; SOUSA, E. (2015) – Late Bronze Age in Alcáçova de Santarém (Portugal). *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 72: 1, p. 176-187.
- ARRUDA, A. M.; SOUSA, E.; BARRADAS, E.; BATATA, C.; DETRY, C. e SOARES, R. (no prelo) – O Cabeço Guião (Cartaxo – Portugal): um sítio da Idade do Ferro do vale do Tejo.
- BALFET, H.; FAUVET-BERTHELOT, M. e MONZÓN, S. (1983) – *Pour la normalisation de la description des poteries*. Paris: Musée de l'Homme, Laboratoire d'Ethnologie, Département de Technologie Comparée. Éditions du CNRS.
- BARBOSA, E. (1955) - *Alenquer nas Épocas Pré e Proto-Históricas*. Dissertação de licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas, apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa.
- BARBOSA, E. (1956) – O Castro da Ota (Alenquer). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série 3: 3, p. 117-124.
- BARROS, L. (1998) – *Introdução à Pré e Proto-História de Almada*. Almada: Câmara Municipal.
- BARROS, L. (2000) – *O fim do bronze e a Idade do Ferro no território de Almada*. Dissertação em arqueologia apresentada à Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, para obtenção do grau de Mestre.
- BARROS, L. e SANTO, P. (1991) – Quinta do Percevejo – Almada. Uma intervenção de emergência. *Actas das IV Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Lisboa 1990)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 333-342.
- BAZZANA, A. (2011) – Técnicas metalúrgicas medievales à la luz de las excavaciones en la ciudad de Saltés (Huelva). PÉREZ MACÍAS, J.; DELGADO DOMÍNGUEZ, A.; PÉREZ LÓPEZ, J. e GARCÍA DELGADO, F. (eds.) – Río Tinto. Historia, Patrimonio Minero y turismo cultural. Huelva: Universidad, p. 173-196.

- BAZZANA, A.; BEDIA, J. e TRAUHT, N. (2002) – Saltés, una ciudad islámica en las marismas. PÉREZ MACÍAS, J. (coord.) – El Territorio Medieval: II Jornadas de Cultura Islámica. Huelva: Universidad, p. 99-136.
- BELÉN DEAMOS, M.; ESCACENA CARRASCO, J.; BOZZINO M. (1991) - El mundo funerario del Bronce Final en la fachada atlántica de la Península Ibérica. I. Análisis de la documentación. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid, 48, p. 225-256.
- BELO, A.; TRINDADE L. e FERREIRA, O. da V. (1961) - A gruta da Cova da Moura (Torres Vedras). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa, 45, p. 391-418.
- BELTRÁN, A. (1968) – *Arte Rupestre Levantino*. Saragoça: Facultad de Filosofía y Letras.
- BELTRÁN, A. (1981) – Las pinturas de la cueva de Porto Badisco y el arte parietal «esquemático» español. *Caesaraugusta*. Madrid, 53-54, p. 183-194.
- BELTRÁN, A. (1983) – El arte esquemático en la Península Ibérica: orígenes e interrelación. Bases para un debate. *Zephyrus*. Salamanca, XXXVI, p. 37-41.
- BELTRÁN, A. (1986) – Megalitismo y arte rupestre esquemático: Problemas y planteamientos. *Actas de la Mesa Redonda sobre Megalitismo Peninsular*. Madrid, p. 21-32.
- BOAVENTURA, R. (2009) – *As antas e o Megalitismo da região de Lisboa*. Tese apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, Universidade de Lisboa, para obtenção do grau de Doutor.
- BOAVENTURA, R.; PIMENTA, J. e VALLES, E. (2013) – O povoado do Bronze final do Castelo da Amoreira (Odivelas). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras, 20, p. 623-640.
- BOTTAINI, C.; SERRA, M. e PORFÍRIO, E. (2012) - Metais da Idade do Bronze do Museu de Beja. *Actas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*, p. 631-646.
- BRADLEY, R. (1990) – *The Passage of Arms. An archaeological analysis of prehistoric hoards and votive deposits*. Cambridge: University Press.
- CALADO, M. (1994) - A Idade do Bronze. MEDINA, J. (dir.) - *História de Portugal*. Lisboa. 1, p. 327-353.
- CARDOSO, J. L. (1985) - Jazida da Idade do Bronze da Tapada da Ajuda – 1983. *Informação Arqueológica*. Lisboa. 5, p. 83-84.
- CARDOSO, J. L. (1986) - A jazida da Idade do Bronze da Tapada da Ajuda – 1984. *Informação Arqueológica*. Lisboa. 6, p. 54-55.
- CARDOSO, J. L. (1987) - No estuário do Tejo, do Paleolítico à Idade do Ferro. *Arqueologia no vale do Tejo*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural, p. 69-81.
- CARDOSO, J. L. (1994a) - Do Paleolítico ao Romano. Investigações arqueológicas na área de Lisboa. Os últimos 10 anos: 1984-1993. *Almadam*. Almada. 2ª Série, 3, p. 59-74.

- CARDOSO, J. L. (1994b) - Comentário ao sítio arqueológico da Tapada da Ajuda. In ARRUDA, A. M., ed. - Lisboa subterrânea. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 192-193.
- CARDOSO, J. L. (1995a) - O povoado da Tapada da Ajuda. In *A Idade do bronze em Portugal, Discursos de Poder*. Lisboa: Instituto Português de Museus, p.48.
- CARDOSO, J. L. (1995b) - O Bronze Final e a Idade do Ferro na região de Lisboa: um ensaio. In *Conimbriga*. Coimbra XXXIV, p.33-74
- CARDOSO, J. L. (1996) – O Bronze Final da Baixa Estremadura e as cerâmicas de ornatos brunidos da Lapa do Fumo (Sesimbra). *Sesimbra Cultural*. Sesimbra. 5, p. 6-14.
- CARDOSO, J. L. (1997-98a) – O povoado do Bronze Final do Castelo dos Mouros. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 7, p. 169-177.
- CARDOSO, J. L. (1997-98b) – As cerâmicas de ornatos brunidos da Gruta do Correio-Mor (Loures). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*.
- CARDOSO, J. L. (1999-2000) – Aspectos do Povoamento da Baixa Estremadura no Decurso da Idade do Bronze. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 7, p. 355-413.
- CARDOSO, J. L. (2000) – Manifestações funerárias da Baixa Estremadura no decurso da Idade do Bronze e da Idade do Ferro (II e I milénios A. C.): breve síntese. *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Porto. 5, p. 61-100.
- CARDOSO, J. L. (2002) - *Pré-História de Portugal*. Lisboa: Verbo.
- CARDOSO, J. L. (2003) – A gruta do Correio-Mor (Loures). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 11, p. 229-321.
- CARDOSO, J. L. (2004a) – *A Baixa Estremadura dos finais do IV milénio a.C. até à chegada dos romanos: um ensaio de História regional*. Estudos Arqueológicos de Oeiras, 12. Oeiras: Câmara Municipal.
- CARDOSO, J. L. (2004b) - Uma tumulação do final do Bronze Final/inícios da Idade do Ferro no Sul de Portugal: a tholos do Cerro do Malhanito (Alcoutim). LOPES, M. e VILAÇA, R. (eds.) - *O passado em cena: narrativas e fragmentos*. Coimbra, Porto: Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto, p. 193-223.
- CARDOSO, J. L. (2006) – A estação do Bronze Final do Cabeço do Mouro. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 9, nº 1, p. 21-46.
- CARDOSO, J. L. (2010-11a) – O Casal agrícola do Bronze Final de Abrunheiro (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 18, p. 33-74.
- CARDOSO, J. L. (2010-11b) – A ocupação do Bronze Final d povoado pré-histórico da Penha Verde. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 18, p. 579-590.

- CARDOSO, J. L. (2013) - Moita da Ladra 2 (Vila Franca de Xira), um sítio ritual do Bronze Final da região de Lisboa. *Revista da Faculdade de Letras* (Homenagem a Armando Coelho Ferreira da Silva). Porto. 12, p. 49-67.
- CARDOSO, J. L. (2014) – O Bronze Final na Serra de Sintra. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 21, p. 361-374.
- CARDOSO, J. L. (2016-17) - A ocupação do Bronze Final do Centro Histórico de Oeiras. Os materiais da Rua das Alcássimas. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 23, p. 531-554.
- CARDOSO, J. L. e CANINAS, J. (2010) – Moita da Ladra (Vila Franca de Xira). Resultados preliminares da escavação integral de um povoado muralhado. GONÇALVES, V. e SOUSA, A. C. (eds.) - *Transformação e mudança no centro e sul de Portugal: o 4^a e o 3^o milénios a.n.e.* Cascais: Câmara Municipal de Cascais, p. 65-95.
- CARDOSO, J. L. e CARDOSO, G. (1996) – O povoado do Bronze Final do Alto das Cabeças (Leião, Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, p. 351-359.
- CARDOSO, J. L. e CARREIRA, J. (1993) – Le bronze Final et le début de L'Âge du Fer dans la region riveraine de l'estuaire du Tage. *Mediterrâneo*. Lisboa. 2, p. 193-206.
- CARDOSO, J. L. e CARREIRA, J. (1996) – Materiais Cerâmicos da Idade do Bronze da Gruta da Ponte da Laje (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, p. 341-350.
- CARDOSO, J. L. e CARREIRA, J. (1997) – Contribuição para o conhecimento da ocupação Pré- Histórica de Lisboa: os materiais da Praça da Figueira *Olisipo*. Lisboa. II Série, 5, p. 7- 12.
- CARDOSO, J. L. e FERREIRA, O. V. (1990) – Três suportes de lareira da Penha Verde (Sintra). *Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa*. Lisboa. 1, p. 5-12.
- CARDOSO, J. L. e LEITÃO, V. (2014) - O bronze do Sudoeste na cidade de Lisboa: o vaso da encosta de Sant'Ana. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 21, p. 349-360.
- CARDOSO, J. L.; RODRIGUES, J.; MONJARDINO, J. e CARREIRA, J. (1986) - A jazida da Idade do Bronze Final da Tapada da Ajuda. *Revista Municipal*. Lisboa. Série II, 15, p. 3-18.
- CARDOSO, J. L.; ROQUE, J.; PEIXOTO, F. e FREITAS, F. (1980-1981) - Descoberta de jazida da Idade do Bronze da Tapada da Ajuda. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 6-7, p. 117-147.
- CARDOSO, J. L. e SILVA, I. (2004) – O povoado do Bronze Final da Tapada da Ajuda (Lisboa): estudo do espólio cerâmico. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7, 1, p. 227-271.
- CARDOSO, J. L. e SOUSA, M. J. (2014) – O Bronze Final na Serra de Sintra. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 21, p. 361-374.

- CARREIRA, J. (1990-92) – As ocupações das Idades do Bronze e do Ferro das grutas do Poço Velho (Cascais). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 8-10, p. 229-245.
- CARREIRA, J. (1997) - Catujal: um povoado da Idade do Bronze (Médio) à entrada da "ria de Loures". Contribuição para o estudo das influências do Bronze do Sudoeste na formação do Bronze estremenho. *Vipasca*. Aljustrel. 6, p. 119-140.
- CARREIRA, J. (1998) - A ocupação da Pré-História Recente do Alto de Chibanes (Palmela), Setúbal. *Trabalhos de Arqueologia da EAM*. Lisboa. 3-4, p. 123-213.
- CARREIRA, J. e CARDOSO, J. L. (2001/2002) – A gruta da Casa da Moura (Cesareda, Óbidos) e sua ocupação pós-paleolítica. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 10, p. 249-361.
- CARVALHO, A.; BRAGANÇA, F.; NETO, F. e JUSTINO, L. (1999) – O sítio da Idade do Bronze “Pleno” do Casal da Torre (Assentiz, Torres Novas). *Trabalhos de Arqueologia da E.A.M.* Lisboa. 5, p. 63-81.
- CASTRO-MARTÍNEZ, P.; MICÓ PÉREZ, R. e SANAHUJA YLL, M. (1995) - Genealogía y cronología de la cultura de Cogotas I. *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*. Valladolid. 61, p. 51-118.
- COFFYN, A. (1985) – *Le Bronze Final Atlantique dans la Péninsule Ibérique*. Paris: Diffusion de Boccard.
- COFFYN, A. e ROUX, D. (1991) – Le “Bronze Atlantique”: Mythe ou Réalité? Approche d’une méthodologie des partitions: le cas de la Gironde. CHEVILLOT, C. e COFFYN, A. (eds.) - *L’age du Bronze Atlantique*, Actes du 1 Colloque du Parc Archéologique de Beynac, p. 165-182.
- CORRÊA, A. M. (1916) - Sobre alguns objectos protohistóricos e lusitano-romanos, especialmente de Alpiarça e Silvã. *O Archeologo Português*. Lisboa. 21, p. 331-337.
- CORRÊA, A. M. (1936) – “Urnfelder” de Alpiarça”. *Anuário de Prehistoria Madrileña*. Madrid. 4/6, 1933/35, p. 133-137.
- CRUZ, D. (2001) – *O Alto Paiva: megalitismo, diversidade tumular e práticas rituais durante a Pré-História Recente*. Tese apresentada à Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, para obtenção do grau de Doutor.
- DELIBES DE CASTRO, G. (2004) - La impronta Cogotas I en los dólmenes del occidente de la cuenca del Duero o el mensaje megalítico renovado. *Mainake*. Madrid, 26, p. 211-231.
- DOMINGOS, J. e GOMES, J. (2005) – Castro de Pragança. ARNAUD, J. M. e FERNANDES, C. (coords.) – *Construindo a Memória. As colecções do Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 123-126.
- ENCARNAÇÃO, J.; SALVADO, P.; BATATA, C. e BATISTA, J. (2011) - Gestão aurífera e afirmação epigráfica: o caso de *Tiberius Claudius Rufus* (CIL II 5132) de Idanha-a-

- Velha. BATATA, C. (eds.) - *Actas VI Simpósio sobre Mineração e Metalurgia Históricas no Sudoeste Europeu* (realizado na Casa das Artes e Cultura do Tejo – Vila Velha de Ródão – nos dias 18, 19 e 20 de Junho de 2010). Abrantes, p. 109-121.
- FERNANDES, P. e VILAR, M.^a (2008) - A Ermida de Nossa Senhora do Socorro. *Boletim Cultural de Mafra*. Mafra. 2007, p. 531-575.
- FIGUEIREDO, E.; MELO, A. e ARAÚJO, M. (2007) – Artefactos metálicos do Castro de Pragança: um estudo preliminar de algumas ligas de cobre por Espectrometria de Fluorescência de Raios X. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série 4, 25, p. 195-215.
- FONTES, J. (1916) - Sur un moule pour faucilles de bronze provenant du Casal de Rocanes. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 21, p. 337-347.
- FROTHINGHAM, A. (1888) - Early bronzes recently discovered on Mount Ida in Krete. *American Journal of Archaeology*. Boston. 4, p. 431-449.
- GARAI-OLAUN, A.; MARTÍNEZ TORRECILLA, J. e SOLAUN BUSTINZA, J. (2011) – Metalurgia y hábitat en el País Vasco de época medieval: El asentamiento ferrón de Bagoeta, Álava (ss. VII-XVI d.C.). *Arqueología y Territorio Medieval*. Jaén. 18, p.71-89.
- GARCÍA SANJUÁN, L. (2005) - Grandes piedras viejas, memoria y pasado. Reutilizaciones del Dolmen de Palacio III (Almadén de la Plata, Sevilla) durante la Edad del Hierro. CELESTINO PÉREZ, C. e JIMÉNEZ ÁVILA, J. (eds.) - *El Periodo Orientalizante*. Actas del III Simposio Internacional de Arqueología de Mérida. Protohistoria del Mediterráneo Occidental (Mérida, 5-8 de mayo de 2003). Mérida: CSIC, p. 595-604.
- GARCÍA SANJUÁN, L. (2005a) - Las piedras de la memoria. La permanencia del megalitismo en el Suroeste de la Península Ibérica durante el II y I milenios a.n.e. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 62, 1, p. 85-100.
- GIMBUTAS, M. (1965) – *Bronze Age cultures in Central and Eastern Europe*. The Hague: Mouton.
- GOMES, F. (2016) - *Contactos culturais e discursos identitários na I Idade do Ferro (séculos VIII-V a.n.e.): leituras a partir do registo funerário*. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, para obtenção do grau de Doutor.
- GOMES, M. (2006) - Faca da Idade do Bronze do Medo do Espartal (Aljezur). *Al-Rihana*. Aljezur. 2, p. 157-165.
- GOMES, M. (2010) – *Arte Rupestre do Vale do Tejo: um ciclo artístico-cultural pré e proto-histórico*. Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, para obtenção do grau de Doutor.
- GOMES, M. e CALADO, D. (2007) – Conjunto de cerâmicas da gruta da Ladoeira Grande (Moncarapacho, Olhão, Algarve) e os santuários subterrâneos, da Idade do Bronze

- Final, no Sul de Portugal. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 10, 1, p. 141-158.
- GOMES, J. e DOMINGOS, J. (1983) - A “Xorca” da Serra das Ripas (Alenquer). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 1, p. 287-300.
- GONÇALVES, J. (1990-92) – Olelas e Pragança. Duas fortificações calcolíticas. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série 2, 8/10, p. 33-40.
- GONÇALVES, J. (1992) - Grutas artificiais da Quinta das Lapas (Monte Redondo - Torres Vedras). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 9/10, p. 247-276.
- GONÇALVES, V. (1995) – *Sítios, horizontes e artefactos: leituras críticas de realidades perdidas*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- GONZÁLEZ DE CANALES, E.; LLOMPART GÓMEZ, J. e SERRANO PICHARDO, L. (2004) - *El Emporio Fenicio Precolonial de Huelva, ca. 900-770 a.C.* Madrid: Editorial Biblioteca Nueva.
- GORJÃO, S. (1997) - Memórias Paroquiais. *Boletim Cultural de Mafra*. Mafra. 96, p. 307-344.
- GUERRA, A. (2009) - A propósito do topónimo “Oeiras”: algumas considerações linguísticas e históricas. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 17, p. 595-605.
- HATT, J. (1958) – Chronique de Protohistoire IV. Nouveau Project de chronologie pour l’age du bronze en France. *Bulletin de la Société préhistorique française*, t. LVIII, p. 184-195.
- JALHAY, E. (1946) – O monumento pré-histórico do Casal do Zambujal (Torres Vedras). Contribuição para o estudo da época do bronze. *Brotéria*. Lisboa. 42, 4, p. 387-393.
- JALHAY, E. e PAÇO, A. (1941) – A Gruta II da necrópole de Alapraia. *Anais da Academia Portuguesa da História*. Lisboa. 4, p. 107-140.
- JORGE, S. (1990) - O desenvolvimento da hierarquização social e da metalurgia. SERRÃO, J. e MARQUES, A. (coords.) - *Nova História de Portugal*. Lisboa: Ed. Presença, Vol. I, p. 163-212.
- JORGE, S. (1996-97) – Diversidade Regional na Idade do Bronze na Península Ibérica. Visibilidade e opacidade no “registro arqueológico”. *Portugália*. Porto. 17-18, p. 77-96.
- KALB, P. (1980) – O “Bronze Atlântico” em Portugal. *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*. Guimarães. Vol. I, p. 113-120.
- KALB, P. (1990-92) – As xorcas de ouro do castro da Senhora da Guia Baiões (concelho de São Pedro do Sul, Portugal). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 8-10, p. 259-276.
- KALB, P. (1994) – Reflexões sobre a reutilização de necrópoles megalíticas na Idade do Bronze. *Estudos Pré-históricos*. Porto. II, p. 415-426.
- KALB, P. e HÖCK, M. (1979) – Escavações na necrópole de mamóas “Fonte da Malga” – Viseu, Portugal. *Beira Alta*. Viseu. XXXVIII, 3, p. 593-604.

- KALB, P. e HÖCK, M. (1980) – Cabeço da Bruxa, Alpiarça (Distrikt Santarém). Vorberich uber die Grabung im Januar und Februar 1979. *Madrider Mitteilungen*. Madrid. 21, p. 91-104.
- KALB, P. e HÖCK, M. (1981-82) – Cabeço da Bruxa, Alpiarça (Distrito de Santarém). Relatório preliminar da escavação de Janeiro e Fevereiro de 1979. *Portugália*. Porto. Nova série, 2-3, p. 61-69.
- KALB, P. e HÖCK, M. (1985) - *Cerâmica de Alpiarça. Exposição temporária na Galeria dos Patudos. Catálogo*. Alpiarça: Câmara Municipal de Alpiarça/Casa Museu dos Patudos; Instituto Arqueológico Alemão de Lisboa.
- KRISTIANSEN, K. (1985) – The place of chronological studies in Archaeology: a view from the Old World. *Oxford Journal of Archaeology*. Oxford. 4, 3, p. 251-266.
- KULLBERG, M. e KULLBERG, J. (2000) - Tectónica da região de Sintra. *Tectónica das regiões de Sintra e Arrábida*. Mem. Geociências, Museu Nac. Hist. Nat. Univ. Lisboa, nº 2, p. 1-34.
- KUNST, M. (1995) – A Idade do Bronze na Estremadura. JORGE, S. (coord.) - *A Idade do Bronze em Portugal. Discursos de poder*. Lisboa: Instituto Português de Museus, p. 124-125.
- LEISNER, V. (1965) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Westen*. Berlin: Walter de Gruyter. 2 volumes.
- LEISNER, V. e SHUBART, H. (1966) – Die Kupferzeitliche Befestigung von Pedra do Ouro/Portugal. *Madrider Mitteilungen*. Heidekberg. 7, p. 45-60.
- LILLIOS, K. (1993) - Agroal and the Early Bronze Age of the portuguese lowlands. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 33, 3/4, p. 261-281.
- LOPES, S. (2014) - Mesa Redonda: A Idade do Bronze em Portugal: Os Dados e Problemas. *Antrope*. Coimbra. 1, p. 14-16.
- LÓPEZ, S. e SANTOS, J. (1985) - Alabarda y puñales de lengüeta y remaches procedentes del S.O. de la Cuenca del Duero. *Zephyrus*. Salamanca. XXXVII-XXXVIII, p. 255-264.
- LUNA, I.; SOUSA, A. e LEAL, R. (2008) - Telegrafia Visual na Guerra Peninsular. 1807- 1814. *Boletim Cultural de Mafra*. Mafra. 2007, p. 26-136.
- MACWHITE, E. (1951) - *Estudios sobre las relaciones atlánticas de la Península Hispánica en la Edad del Bronce*. Madrid: Publicaciones del Seminario de Historia Primitiva del Hombre.
- MADEIRA, J.; GONÇALVES, J.; RAPOSO, L. e PARREIRA, R. (1972) – Achados da Idade do Bronze no Monte da Pena (Barro/Torres Vedras) – notícia prévia. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III, 6, p. 207-218.

- MARIA, Fr. A. S. (1707) - *Santuário Mariano e história das imagens milagrosas de Nossa Senhora, e das milagrosamente aparecidas, em graça dos Prégadores e dos devotos da mesma Senhora*. Vol.2 (Arcebispado de Lisboa). Lisboa.
- MARQUES, G. (1971) – Fojo dos Morcegos - Assafora (Sintra). *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*. Coimbra: Ministério da Educação Nacional. 1, p. 143-150.
- MARQUES, G. (1972) - *Arqueologia de Alpiarça. As estações representadas no Museu do Instituto de Antropologia do Porto*. Porto: Trabalhos do Instituto de Antropologia Prof. Mendes Corrêa.
- MARQUES, G. (1982-83) - Aspectos da Proto-história do território português. II - Povoado de Santa Eufémia (Sintra). *Sintria*. Sintra. 1-2, p. 59-88.
- MARQUES, G. e ANDRADE M. (1974) - Aspectos da proto-história do território português. 1- Definição e distribuição geográfica da Cultura de Alpiarça (Idade do Ferro). *Actas do Congresso Nacional de Arqueologia (CNA)*. Porto. p. 125-149.
- MARTINS, A. (2005) - *A Associação dos Arqueólogos Portugueses na senda da salvaguarda patrimonial. Cem anos de transformação (1863-1963)*. Tese apresentada à Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, para obtenção do grau de Doutor.
- MATALOTO, R. (1999) – As ocupações Proto-históricas do Castelo do Giraldo (Évora). *Revista de Guimarães*. Actas do Congresso de Proto-História Europeia. Guimarães. Vol. 1, p. 333-362.
- MATALOTO, R. (2007) – Paisagem, memória e identidade: tumulações megalíticas no pós-megalitismo alto alentejano. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 10, 1, p. 123-140.
- MATALOTO, R. (2012) – Os Senhores e as Serras. O final da Idade do Bronze no Alentejo Central. JIMÉNEZ ÁVILA, J. (ed.) - *Sidereum Ana II. El río Guadiana en el Bronce Final*. Anejos de Archivo Español de Arqueologia. LXII, p. 185-213.
- MATALOTO R. (2013) - Do vale à montanha, da montanha ao monte: a ocupação do final da Idade do bronze no Alentejo Central. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 221-272.
- MATIAS, C. (2004) – Serra do Socorro. *Boletim Cultural de Mafra*. Mafra. 2003, p. 308-355.
- MATTHEW, A.; WOODS, A. e OLIVER, C. (1991) – Spots before the eyes: New comparison charts for visual percentage estimation in archaeological material. MIDDLETON A., FREESTONE, J. (eds.) - *Recent development in ceramic petrology*. British Museum Occasional Paper, 81, p. 211-264.
- MELO, A. (2000) – Armas, utensílios e esconderijos. Alguns aspectos da metalurgia do Bronze Final: o depósito do Casal dos Fiéis de Deus. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 3, 1, p. 15-120.

- MILLOTE, J. (1970) – *Précis de Protohistoire Européenne*. Paris: Armand Colin – Collection U2.
- MOITA, I. (1951) - O Padre Eugénio Jalhay. *O Archeólogo Português*. Lisboa. Série 2, 1, p. 213-219.
- MONTEAGUDO, L. (1977) – *Die Beile auf der Iberischen Halbinsel*. München: C. H. Beck'sche Verlagsbuchhandlung. (Prähistorische Bronzefunde; Abteilung IX, 6. Band).
- MONTEIRO, M. e CARDOSO, G. (2016) - A ocupação da Idade do Ferro na Serra de Monte Deixo. Moinhos Velhos e Moinho da Mariquitas (Torres Vedras). *EMERITA- Estudos de Arqueologia e Património Cultural*. Lisboa. 2, p. 6-20.
- MONTEIRO M. e PEREIRA A. (2013) - Um depósito votivo da Idade do Bronze na Moita da Ladra (Vila Franca de Xira): síntese dos trabalhos. *Cira- Arqueologia*. Vila Franca de Xira. 2, p. 181-194.
- MURALHA, J.; COSTA, C. e CALADO, M. (2002) – Intervenções arqueológicas na Encosta de Sant'Ana (Martim Moniz, Lisboa). *Al-Madan*. Almada. 2.^a Série, 11, p. 256-246.
- NETO, N.; GONZALEZ, C.; REBELO, P.; SANTOS, R. e ROCHA, M. (2013) – Trabalhos arqueológicos na Quinta Nova de Santo António ou dos Ingleses – Carcavelos. A ocupação do Bronze Final. *Cira – Arqueologia*. Vila Franca de Xira. 2, p. 19-39.
- ODRIOZOLA, C.; SOUSA, A. C.; MATALOTO, R.; BOAVENTURA, R.; ANDRADE, M.; GARCÍA, R.; GARRIDO-CORDERO, J.; RODRIGUEZ, E.; BLANES, J.; AVILÉS, M.; DAURA, J.; BORRAS, M. e RIQUELME, J. (2017) - Amber, beads and social interaction in the Late Prehistory of the Iberian Peninsula: an update. *Archaeological and Anthropological Sciences*. Berlim. 9, p 1–29.
- OLIVEIRA, C. (2006) – *A Cerâmica Manual do Castelo de Castro Marim*. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, para obtenção do grau de Mestre.
- OLIVEIRA, C. (2013) – O final da Idade do Bronze no Algarve: balanço e resultados da investigação arqueológica. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 339-354.
- PARREIRA, R. (1998) – As arquitecturas como factor de construção da paisagem na Idade do Bronze do Alentejo interior. JORGE, S. (ed.) - *Existe uma Idade do Bronze Atlântico?*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. *Trabalhos de Arqueologia*. 10, p. 267-273.
- PEREIRA, F. (1909) - Processo oficial do monumento pré-histórico do Monte da Pena (Torres Vedras). *O Archeólogo Português*. Lisboa. 14, p. 354-369.
- PEREIRA, G. (1986) – O Collar da Penha Verde. *Boletim Real da Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses*. Lisboa. 3.^a série 7, 67, p. 77-78.
- PEREIRA, N. (2001) – As Linhas de Torres Vedras no concelho de Mafra: estado de conservação dos redutos. *Boletim Cultural de Mafra*. Mafra. 2000, p. 339-351.

- PIMENTA, J. e MENDES, H. (2007) - A intervenção arqueológica na Casa da Câmara de Alverca do Ribatejo (Vila Franca de Xira). *Catálogo da Exposição Alverca da Terra às Gentes*. Museu Municipal de Vila Franca de Xira/Núcleo de Alverca, p. 53-70.
- PIMENTA, J. e MENDES, H. (2010/2011) – Novos dados sobre a presença fenícia no vale do Tejo. As recentes descobertas na área de Vila Franca de Xira. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 18, p. 591-618.
- PIMENTA, J.; SILVA, R. e CALADO, M. (2013) - Sobre a ocupação pré-romana de *Olisipo*: a intervenção arqueológica urbana da Rua de São Mamede ao Caldas n.º 15. ARRUDA, A. M. (ed.) - *Fenícios e Púnicos, por Terra e Mar*. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. Vol. 2, p. 712–723.
- PINTO, C. e PARREIRA, R. (1978) – Contribuição para o estudo do Bronze Final e do Ferro Inicial a norte do Estuário do Tejo. *Actas das III Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Lisboa 1977)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 147-163.
- PONCE, M. (2012) – *O Bronze Final na Península de Lisboa. O caso do Cabeço de Alcaíça na transição entre o 2.º e o 1.º milénio a.C.* Dissertação apresentada à Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, para obtenção do grau de Mestre.
- RIBEIRO, C. (1880) – *Estudos Prehistoricos em Portugal: Noticia de algumas estações e monumentos prehistoricos. II - Monumentos megalithicos das visinhanças de Bellas*. Lisboa: Typographia da Academia.
- RIPOLL PERELLÓ, E. (1968) – Cuestiones en torno a la cronología del arte rupestre portpaleolítico en la Península Iberica. *Simposio Internacional de Arte Rupestre*. Barcelona: Diputación Provincial, p. 165-192.
- RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1984) – *La Península Ibérica y sus relaciones com el círculo cultural atlántico*. Madrid, 2 vols., Tesis Doctoral 139/84, editorial de la Universidad Complutense de Madrid.
- RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1987) - Bronze Atlántico y “cultura” del Bronze Atlántico en la Península Ibérica. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 44, p. 251-264.
- RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1991) - Songs of a Wayfaring Lad: Late Bronze Age Atlantic exchange and the beginning of regional identity in the west Iberian peninsula. *Oxford Journal of Archaeology*. Oxford. 10, 3, p. 277-306.
- RUIZ GALVEZ PRIEGO, M. (1995) - Depositos del Bronze Final: Sagrado o profano? Sagrado y, a la vez, profano?. RUIZ GALVEZ PRIEGO, M. (ed.) - *Ritos de Paso Y Puntos de Paso. La ria de Huelva en el mundo del Bronze Final Europeo*. Complutum extra. Madrid. 5, p. 21-32.

- SÁNCHEZ, P. (1997) - Nuevos puñales de remaches de bronce procedentes de La Mesa de Carpio (Villagonzalo de Tormes, Salamanca). *Zephyrus*. Salamanca. 50, p. 263-272.
- SAVORY, H. (1951) - A Idade do Bronze atlântico no Sudoeste da Europa. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 61, 34, p. 323-377.
- SCHUBART, H. (1974) – La cultura del Bronce en el sudoeste peninsular, “Miscelánea Arqueológica”. *XXV Aniversario de los Cursos Internacionales de Prehistoria y Arqueología en Ampurias (1947 -1971)*, Vol. II, Barcelona, p. 345-370.
- SCHUBART, H. (1975) - *Die Kultur der Bronzezeit im Südwesten der Iberischen Halbinsel*. Berlin: Walter de Gruyter
- SENNA-MARTINEZ, J. (1994) – Subsídios para o estudo do Bronze Pleno na Estremadura Atlântica: (1) A alabarda de tipo «Atlântico» do Habitat das Baútas (Amadora). *Zephyrus*. Salamanca. XLVI-XLVII, p. 161-182.
- SENNA-MARTINEZ, J. (2000) – O Crasto do Outeiro dos Castelos de Beijós (Carregal do Sal). J. C. SENNAMARTINEZ & I. PEDRO, Eds. *Por Terras de Viriato: Arqueologia da Região de Viseu*. Viseu. Governo Civil do Distrito de Viseu e Museu Nacional de Arqueologia, p. 144-145.
- SENNA-MARTINEZ, J. (2002) – “Aspectos e Problemas da Investigação da Idade do Bronze em Portugal na segunda metade do século XX”. *Arqueologia 2000. Balanço de um século de investigação arqueológica em Portugal*. Lisboa. Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 103-124.
- SENNA-MARTINEZ, J. e LUÍS, E. (2009) – A Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros): um sítio de Habitat da Primeira Idade do Bronze em Trás-os-Montes Oriental. A Campanha 6 (2008). *Cadernos Terras Quentes*. Macedo de Cavaleiros. 6, p. 69-79.
- SENNA-MARTINEZ, J. e LUÍS, E. (2016) – O Conjunto dos Machados de Bronze de “Tipo Bujões” de Escaroupim (Salvaterra de Magos): Um “Depósito” do Bronze Médio sobre a linha do Tejo? *Magos*. Salvaterra de Magos. 3, p. 25-38.
- SENNA-MARTINEZ, J.; LUÍS, E.; PIMENTA, J.; FIGUEIREDO, E.; LOPES, F.; ARAÚJO, M. F. e SILVA, R. (2013) - Nota sobre um machado plano em bronze de “Tipo Bujões” de Vila Franca de Xira. *Cira - Arqueologia*. Vila Franca de Xira. 2, p. 95-102.
- SERRA, M. (2014) - Muralhas, Território, Poder. O papel do povoado do Outeiro do Circo (Beja) durante o Bronze Final. VILAÇA, R. e SERRA, M. (eds.) - *Idade do Bronze do Sudoeste - Novas perspetivas sobre uma velha problemática*. Coimbra, p. 75-99.
- SILVA, R. (2013) – A ocupação da idade do bronze final da Praça da Figueira (Lisboa): novos e velhos dados sobre os antecedentes da cidade de Lisboa. *Cira – Arqueologia*. Vila Franca de Xira. 2, p. 40-102.

- SILVA, C. e SOARES, J. (1998) - From the collapse of the Chalcolithic mode or production to the development of the Bronze Age societies in the south-west of Iberian peninsula. JORGE, S. (ed.) - *Existe uma Idade do Bronze Atlântico?.*, Trabalhos de Arqueologia 10, Lisboa, IPA.
- SOARES, A. (2005) – Os povoados do Bronze Final do Sudoeste na margem esquerda portuguesa do Guadiana: novos dados sobre a cerâmica de ornatos brunidos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8, 1, p. 111-145.
- SOARES, A. (2013) - O sistema de povoamento do Bronze Final no Baixo Alentejo – Bacia do Guadiana. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 273-302.
- SOUSA, A. C. (1998) - *O Neolítico Final e o Calcolítico na área da Ribeira de Cheleiros*. Trabalhos de Arqueologia, 11. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- SOUSA, A. C. (2000) - *Penedo do Lexim: campanha 1999*. Cadernos de Arqueologia de Mafra, 1. Câmara Municipal, p. 11-76.
- SOUSA, A. C. (2002) - No sopé do Penedo do Lexim: contextos, limites do povoado pré-histórico. *Boletim Cultural de Mafra*. Mafra. 2001, p. 205-229.
- SOUSA, A. C. (2004) - Natureza e transformação. O Penedo do Lexim e outros casos do Calcolítico estremenho. JORGE, S. (ed.) - *Recintos Murados na Pré-história Peninsular*. Porto: Faculdade de Letras do Porto, p. 178-197.
- SOUSA, A. C. (2006) - Novas incorporações de velhas recolhas: fragmentos reencontrados da (Pré) História do Penedo do Lexim. *Boletim Cultural de Mafra*. Mafra. 2005, p. 287-333.
- SOUSA, A. C. (2008) - Arqueologia na A21. Uma análise preliminar dos trabalhos arqueológicos 2004-2007. *Boletim Cultural de Mafra*. Mafra. 2007, p. 411-497.
- SOUSA, A. C. (2010) - *O Penedo do Lexim (Mafra) na sequência do Neolítico final e Calcolítico da Península de Lisboa*. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, para obtenção do grau de Doutor.
- SOUSA, A. C. (2011) – Percursos e circuitos nas Linhas de Torres. SOUSA, A. C. (coord.) – *A Guerra Peninsular em Mafra: Rota Histórica das Linhas de Torres*. Mafra: Câmara Municipal, p. 28-35.
- SOUSA, A. C. e MIRANDA, M. (2001) - Gestão dos bens arqueológicos móveis do concelho de Mafra: trajectos e rumos de pesquisa. *Boletim Cultural de Mafra*. Mafra. 2000, p. 223-238.
- SOUSA, A. C., VALÉRIO, P. e ARAÚJO, M. (2004) - Metalurgia antiga no Penedo do Lexim (Mafra): Calcolítico e Idade do Bronze. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7, 2, p. 97-117.

- SOUSA, A. C.; GOMES, J.; MIRANDA, M. e GARCIA, J. (2011) – Métodos e práticas das intervenções. SOUSA, A. C. (coord.) – *A Guerra Peninsular em Mafra: Rota Histórica das Linhas de Torres*. Mafra: Câmara Municipal, p. 48-55.
- SOUSA, E. (2011) – *A ocupação pré-romana da Foz do Estuário do Tejo durante a segunda metade do 1º milénio a.C.* Tese apresentada à Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, para obtenção do grau de Doutor.
- SOUSA, E. (2014) – *A ocupação pré-romana da foz do Estuário do Tejo*. Estudos & Memórias, 7. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.
- SOUSA, E. (2016) – Algumas considerações sobre a ocupação do final da Idade do Bronze na Península de Lisboa. SOUSA, A. C., CARVALHO, A. e VIEGAS, C. (eds.) – *Terra e água Escolher as sementes, invocar a deusa*. Estudos em Homenagem a Victor S. Gonçalves. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, p. 387-401.
- SOUSA, E. e PIMENTA, J. (2014) – A produção de ânforas no Estuário do Tejo durante a Idade do Ferro. MORAIS, R.; FERNÁNDEZ, A. e SOUSA, M. (eds.) - *As Produções Cerâmicas de Imitação na Hispânia*. Porto, 1, p. 303- 316.
- SOUSA, E.; PIMENTA, J.; MENDES, H. e ARRUDA, A. M. (2016-17) - A ocupação Proto-Histórica do Alto dos Cacos (Almeirim, Portugal). *Cira – Arqueologia*. Vila Franca de Xira, 5, p. 9-32.
- SOUSA, E. e SOUSA, A. C. (no prelo) – Late Bronze Age sacred landscapes in the Western Iberia: the case study of Penedo do Lexim.
- SPINDLER, K. (1981) - *Cova da Moura: die Besiedlung des atlantischen Küstengebiets Mittelportugals vom Neolithikum bis an das Ende der Bronzezeit*. Madrider Beiträge, 7. Mainz: Philipp von Zabern.
- STIENSTRA, P. (1986) - Systematic macroscopic description of the texture and composition of ancient pottery – some basic methods. *Newsletter*. Department Pottery Technology 4, p. 28-48.
- TERESO, S. e FERREIRA, S. (2007) – O povoado proto-histórico da Quinta da Aramenha (Santana, Cartaxo). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, 10, 1, p. 179-208.
- TEXUGO, A. (2016) - *O 4º e o 3º milénio a.n.e. sítio da Ota (Alenquer): perscrutando por entre colecções antigas e projectos recentes*. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, para obtenção do grau de Mestre.
- TORRES ORTIZ, M. (2008) - Los tiempos de la Precolonización. CELESTINO PEREZ, S.; RAFEL, N.; ARMADA PITA, X. L. (eds.) - *Contacto cultural entre el Mediterráneo y el Atlántico (siglos XII-VIII ANE): La precolonización a debate*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, p. 59-91.

- VASCONCELLOS, J. L. de (1896) - Xorca de ouro. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 2, p. 17-24.
- VASCONCELLOS, J. L. (1909) – Necrologia – António Maria Garcia. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série 1, 14, p. 245-247.
- VICENTE, E. e ANDRADE, G. (1971) – A estação arqueológica do Cabeço de Moinhos. Breve notícia. *II Congresso Nacional de Arqueologia*. Coimbra: Ministério da Educação, p. 223-238.
- VICENTE, E. e ANDRADE, G. (1977) - Os menires da Barreira e do Funchal. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa. S. 95, 1-6, p. 84-85.
- VICENTE, E. e MARTINS, A. (1979) - Menires de Portugal. *Ethnos*. Lisboa. 8, p. 107-138.
- VILAÇA, R. (1995) - *Aspectos do Povoamento da Beira Interior (Centro e Sul) nos Finais da Idade do Bronze*. Trabalhos de Arqueologia, 9. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico.
- VILAÇA, R. (2003) – Acerca da existência de ponderais em contextos do Bronze Final/Ferro Inicial no território português. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série 4, 21, p. 245-288.
- VILAÇA, R. (2004) - Metalurgia no Bronze Final no entre Douro e Tejo português: contextos de produção, uso e deposição. PEREA, A. (dir.) - *Ámbitos tecnológicos, Ámbitos de poder. La transición Bronze Final-Hierro en la Península Ibérica*. Madrid, p. 1-12.
- VILAÇA, R. (2006) – Artefactos de ferro em contextos do Bronze Final do território português: novos contributos e reavaliação dos dados. *Complutum*. Madrid. 17, p. 81-101.
- VILAÇA, R. (2008-09) – Sobre *tranchets* do Bronze Final do Ocidente Peninsular. *Portugália*. Porto. 29-30, p. 61-84.
- VILAÇA, R. (2011) – Ponderais do Bronze Final-Ferro Inicial do Ocidente Peninsular: novos dados e questões em aberto. GARCÍA-BELLIDO, M.; CALLEGARIN, L. e JIMÉNEZ DÍEZ, A. (eds.) – *Barter, money and coinage in the Ancient Mediterranean (10th-1st centuries BC)*. Madrid: CSIC, p. 139-167.
- VILAÇA, R. (2015) – As faces da Morte. Do Bronze para o Ferro, entre o Norte e o Sul do Território Português. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 53-55, p. 83-105.
- VILAÇA, R. e ARRUDA, A. M. (2004) – Ao longo do Tejo, do Bronze ao Ferro. *Conimbriga*. Coimbra. 43, p. 11-45.
- VILAÇA, R. e CRUZ, D. (1999) – Práticas funerárias e culturais dos finais da Idade do Bronze na Beira Alta. *Arqueologia*. Porto. 24, p. 73-99.
- VILAÇA, R.; CRUZ, D. e GONÇALVES, A. (1999) – A necrópole de Tanchoal dos Patudos (Alpiarça, Santarém). *Conimbriga*. Coimbra. 38, p. 5-29.

ZBYSZEWSKI, G. e FERREIRA, O. V. (1958) – Estação pré-histórica da Penha verde (Sintra).
Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal. Lisboa. 39, p. 37-57.

7.2. Fontes

CAIUS VALERIUS CATULUS: *Romulum cathamitum*, Liber Vicesimusnonus.

<http://www.thelatinlibrary.com/catullus.shtml#29>

PUBLIUS OVIDIUS NASO: *Metamorphosis*, Liber Secundus.

<http://www.thelatinlibrary.com/ovid/ovid.met2.shtml>

GAIUS PLINIUS SECUNDUS: *Natvralis Historia*.

<http://www.thelatinlibrary.com/pliny.nh4.html>

7.3. Relatórios técnico-científicos

AA.VV. (2013) - *Proposta da Revisão do PDM de Mafra. Estudos de Caracterização*. Relatório técnico. Departamento de Obras e Urbanismo. p. 48-70.

AA.VV. (2006) - *Projecto de Investigação e Estudo do Património Biológico e Análise Geológica e Geomorfológica da Região de Óbidos*. Relatório de Progresso, Museu Nacional de História Natural, Lisboa, p. 6.

ARNAUD, J. M. (1991) - Relatório dos Trabalhos Arqueológicos Realizados na Serra Do Socorro. Policopiado, consultado no IPA.

CARDOSO, J. L. e CANINAS, J. C. (2006) – Relatório Final dos Trabalhos executados no povoado muralhado calcolítico de Moita da Ladra (Vila Franca de Xira). Relatório não editado, fornecido pela EMERITA, Lda.

PEREIRA, C. (2006) – *Cabecinho da Capitôa (Mafra). Indícios de ritualidade?* Relatório técnico-científico realizado no âmbito do estágio profissional.

SOUSA, A. C. (2007) - Serra do Socorro: Relatório Preliminar. Mafra: Câmara Municipal.

SOUSA, A. C. e MIRANDA, M. (2017) – Serra do Socorro / Mafra. Rota Histórica das Linhas de Torres. Relatório Final das Campanhas de 2007 e 2008. Entregue à DGPC.

7.4. Manuscritos

MARQUES, G. – *Caderno de Campo de Gustavo Marques*. Acessível no legado do Museu Nacional de Arqueologia.

7.5. Processos Consultados

Serra do Socorro: S - 00986, 2002/1(123) e 2007/1(408)